

Mirelly Karolinny de Melo Meireles
(Organizadora)

MULHERES AIL

**NO IFRN-CAMPUS CAICÓ:
TECENDO SABERES E
PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS**



Mirelly Karolinny de Melo Meireles
(Organizadora)

MULHERES AIL
NO IFRN-CAMPUS CAICÓ:
TECENDO SABERES E
PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS



editora**ifrn**
Natal, 2021

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Milton Ribeiro

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Tomás Dias Sant'ana



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Reitor

José Arnóbio de Araújo Filho

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
Avelino Aldo de Lima Neto

Coordenadora da Editora IFRN
Gabriela Dalila Bezerra Raulino

Conselho Editorial

Avelino Aldo de Lima Neto
Ana Lúcia Sarmento Henrique
Anderson Luiz Pinheiro de Oliveira
Annaterra Teixeira de Lima
Cláudia Battestin
Claudia Pereira de Lima Parente
Danila Kelly Pereira Neri
Denise Cristina Momo
Diogo Pereira Bezerra
Elizomar de Assis Nobre
Emanuel Neto Alves de Oliveira
Emiliana Souza Soares
Francinaide de Lima Silva Nascimento
Gabriela Dalila Bezerra Raulino
Jean Leite Tavares
José Carlos Morgado

José Everaldo Pereira
Julie Thomas
Lenina Lopes Soares Silva
Luciana Maria Araújo Rabelo
Maria da Conceição de Almeida
Maria Jalila Vieira de Figueirêdo Leite
Marcelo Nunes Coelho
Marcio Monteiro Maia
Miler Franco D Anjour
Neyvan Renato Rodrigues da Silva
Paulo Pereira da Silva
Rebeka Caroca Seixas
Renato Samuel Barbosa de Araujo
Rodrigo Luiz Silva Pessoa
Samuel de Carvalho Lira
Sílvia Regina Pereira de Mendonça

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

André Duarte da Silva

Supervisão de Diagramação

Charles Bamam Medeiros de Souza

Revisão Linguística

Maria Regina Soares Azevedo de Andrade

Supervisão de Revisão

Rodrigo Luiz Silva Pessoa

Prefixo editorial: Editora IFRN

Linha Editorial: Apoio didático-pedagógico

Disponível para *download* em:

<http://memoria.ifrn.edu.br>



Contato

Endereço: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol.
CEP: 59015-300, Natal-RN.

Fone: (84) 4005-0763 | E-mail: editora@ifrn.edu.br

*Dedico esta obra às
mulheres e, em especial,
àquelas que me fizeram
ser a mulher que hoje sou:
minha mãe Raimunda,
minha mainha Joana, minhas
Titia Lula e Titia Ui e a minha
florzinha Mariana...*





Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente a opinião do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores. É permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

M956 Mulheres mil no IFRN - Campus Caicó : tecendo saberes e práticas emancipatórias [livro eletrônico] / Mirelly Karolinny de Melo Meireles (organizador). – Natal : IFRN, 2021.
225 p. ; PDF

Bibliografia.
ISBN: 978-65-86293-83-8

1. Educação – Mulheres. 2. Inclusão social. 3. Política pública – Gênero. I. Meireles, Mirelly Karolinny de Melo. II. Título.

IFRN/SIBi

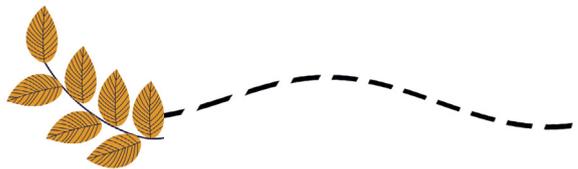
CDU 376

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da publicação na fonte elaborada pela Bibliotecária
Marise Lemos Ribeiro – CRB-15/418

Esta obra foi submetida e selecionada por meio de edital específico para publicação pela Editora IFRN, tendo sido analisada por pares no processo de editoração científica.

“Não se nasce mulher: torna-se.”

Simone de Beauvoir



SUMÁRIO

PREFÁCIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1.....**20**

O Programa Mulheres Mil no IFRN-campus Caicó: uma análise do perfil socioeconômico das mulheres atendidas no ano de 2019

Mara Regina Alves da Costa Farias

Ana Larissa da Silveira

CAPÍTULO 2.....**40**

Produção de confecção, cenário econômico e mundo do trabalho: introdução à área de atuação profissional através da aula inaugural

Layla de Brito Mendes

CAPÍTULO 3.....**52**

Mapa da Vida: trajetórias de vidas e metas profissionais das mulheres

Suely Soares da Nóbrega

CAPÍTULO 4.....**78**

Um relato de experiência da disciplina de Língua Portuguesa no Programa Mulheres Mil

Maria José de Oliveira

Felipe Garcia de Medeiros

CAPÍTULO 5.....106

**As mulheres mil e o ensino da Matemática:
teoria e prática no contexto social das alunas**

Joaildo Maia

CAPÍTULO 6.....129

**Direito da mulher no programa Mulheres Mil:
costurando vivências cidadãs**

Ana Paula Dantas Ferreira

Ana Santana Batista de Farias

Suely Soares da Nóbrega

CAPÍTULO 7.....156

**A confecção de *ecobags* utilizando resíduos da
bonelaria: um relato de experiência nas aulas
de corte e costura do Mulheres Mil**

Mirelly Karolinnny de Melo Meireles

Clarisse Gabriele Pereira de Souza

CAPÍTULO 8.....176

**O empoderamento da mulher do Seridó
Norte-rio-grandense: inclusão social a partir do
Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do
Rio Grande do Norte (Brasil)-*campus* Caicó**

Maria das Vitórias de Macêdo Azevedo

Emília Vilarinho

CAPÍTULO 9.....207

**Criação e Gestão de Projeto: Um Estudo de Caso
do Programa Mulheres Mil**

Artemissa Keisy Sales da Silva

PREFÁCIO -----

O Mulheres Mil é um programa de política pública para mulheres que está inserido nos eixos de promoção da equidade, da igualdade entre sexos, do combate à violência contra a mulher e do acesso à educação. O seu objetivo é promover educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, possibilitando a inclusão social, através da oferta de cursos que foquem na autonomia feminina e na criação de alternativas para a sua inserção no mercado de trabalho, melhorando a qualidade de vida da aluna e da sua comunidade.

Em 2014, iniciou-se o Programa Mulheres Mil no *campus* Caicó do IFRN. Segundo a delegada Ana Paula Diniz, Caicó é uma das cidades do Rio Grande do Norte com maior registro de violência contra mulher e, em 2013, foram realizadas mais de 200 denúncias nesse sentido. A partir desses dados, conseguimos imaginar o impacto que um programa como o Mulheres Mil teria nessa cidade.

Inicialmente, o Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertado era o de reciclador, porém, com a montagem dos laboratórios de costura no *campus*, logo se iniciou o curso que verdadeiramente mudou a vida de muitas mulheres na

localidade: o de costureiro. A região do Seridó é conhecida por seu forte potencial na área têxtil e de vestuário, o que favorecia o encaminhamento dessas mulheres ao mercado, aumentando significativamente sua perspectiva de melhoria financeira. O que as alunas não sabiam é que o objetivo da equipe não era apenas esse, mas o de ir muito mais longe, trabalhando o empoderamento feminino e colocando a mulher como protagonista do curso.

Para tanto, era necessário dedicação, estudo e empenho da equipe a fim de transformar a vida de mulheres por meio da imersão do conhecimento. Nas disciplinas técnicas, as participantes se empolgavam, criavam, se reinventavam e se descobriam como costureiras. Nas demais, elas construía novas mulheres dentro de si, ressignificando a própria história em discussões e debates sobre os mais variados temas. Viam nos professores o acolhimento que, muitas vezes, não tinham em casa. E desabrochavam. Saía novas, prontas para encarar o mundo através de um olhar diferente, cheio de sabedoria, e com vontade de mudar o mundo, começando pela família, pelos amigos e pela comunidade.

O objetivo deste livro é possibilitar que o leitor se sinta parte integrante do programa por

meio da leitura de cada capítulo. Os relatos de experiência descritos por cada autor devem provocar uma profunda reflexão que o leve a se questionar sobre as inúmeras possibilidades de se construir uma sociedade melhor por meio da educação e que a metodologia de ensino mais utilizada aqui é a do amor ao próximo.

Assim, esta coletânea composta por nove capítulos se inicia com uma breve **Introdução** acerca da descrição do Programa Mulheres Mil no IFRN-*campus* Caicó. Em seguida, serão apresentados os capítulos, a partir dos quais será possível conhecer o perfil das mulheres que acolhemos em nosso *campus* através do programa; viajar por riquíssimos relatos de experiências de aulas ministradas no formato de oficinas; entender como o programa é relevante na vida dessas mulheres, através de um estudo com as egressas; e, por fim, verificar como uma boa gestão é importante para o sucesso de um projeto.

O capítulo 1, intitulado **O Programa Mulheres Mil no IFRN-*campus* Caicó: uma análise do perfil socioeconômico das mulheres atendidas no ano de 2019**, foi escrito pelas assistentes sociais do *campus* Mara Regina Alves da Costa Farias e Ana Larissa da Silveira. O seu objetivo é traçar o perfil socioeconômico das alunas, com o objetivo

de alimentar o banco de dados local do programa e colaborar para a produção do conhecimento no âmbito dos institutos federais.

O capítulo 2, **Produção de confecção, cenário econômico e mundo do trabalho: introdução à área de atuação profissional através da aula inaugural**, é de autoria da docente do IFRN-*campus* Caicó Layla de Brito Mendes e tem como objetivo relatar uma experiência vivenciada na aula inaugural do programa.

O capítulo 3, **Mapa da vida: trajetórias de vidas e metas profissionais das mulheres**, escrito por Suely Soares da Nóbrega, técnica em assuntos educacionais do *campus*, traz um relato de atividades trabalhadas na disciplina Mapa da Vida, ministrada por ela.

O capítulo 4, **Um relato de experiência da disciplina de Língua Portuguesa no Programa Mulheres Mil**, de autoria dos docentes de Língua Portuguesa do nosso *campus* Maria José de Oliveira e Felipe Garcia de Medeiros, visa relatar uma experiência vivida na disciplina de Português do Programa.

O capítulo 5, **As mulheres mil e o ensino da Matemática: teoria e prática no contexto social das alunas**, escrito pelo professor de Matemática do *campus* Joaildo Maia, busca oportunizar

às mulheres experiências educacionais nas aulas de Matemática, a fim de vincular os conteúdos às suas experiências de vida.

O capítulo 6, **Direito da mulher no Programa Mulheres Mil: costurando vivências cidadãs**, escrito pela técnica administrativa Ana Paula Dantas Ferreira, pela auditora Ana Santana Batista de Farias e pela técnica em assuntos educacionais Suely Soares da Nóbrega, tem como objetivo discutir, através de relato de experiência vivenciada ao longo de seis encontros, a promoção da Educação de Direitos Humanos através da utilização de uma abordagem pedagógica sociocultural no âmbito da disciplina Gênero, Cidadania e Direitos da Mulher.

O capítulo 7, **A confecção de ecobags utilizando resíduos da bonelaria: um relato de experiência nas aulas de corte e costura do Mulheres Mil**, escrito pela docente e coordenadora do programa Mirelly Karolinny de Melo Meireles e pela aluna de Design de Moda e bolsista do Mulheres Mil Clarisse Gabriele Pereira de Souza, faz um relato de experiência da utilização de resíduos para a confecção de bolsas na disciplina de Corte e Costura.

O capítulo 8, **O empoderamento da mulher do Seridó Norte-rio-grandense: inclusão social**

a partir do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)-*campus* Caicó, escrito a quatro mãos pela contadora do *campus* Maria das Vitórias de Macêdo Azevedo e pela professora da Universidade do Minho Emília Vilarinho visa analisar os efeitos do Programa Mulheres Mil para o capital social das alunas do curso de costureiro ministrado no Instituto Federal do Rio Grande do Norte-*campus* Caicó, no ano de 2018.

Por fim, o capítulo 9, intitulado **Criação e gestão de projeto: um estudo de caso do Programa Mulheres Mil**, de autoria da estagiária de Administração do *campus* Artemissa Keisy Sales da Silva, faz uma análise de como se deu a criação do projeto de extensão do Mulheres Mil, denominado de “Modelagem, Corte e Costura: Inclusão e valorização da diversidade de mulheres na educação profissional”, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte-*campus* Caicó e, dessa maneira, analisar o processo de gestão do projeto.

Simone Pereira

Coordenadora de Extensão do
IFRN-*campus* Caicó

INTRODUÇÃO

Mirelly Karolinny de Melo Meireles (Org.)

IFRN-campus Caicó

Coordenadora do Programa Mulheres Mil-campus Caicó

De acordo com a Portaria No 1.015/2011, sobre a existência dos IFs, “Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) iniciaram e promovem uma cultura de inovação e inclusão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a partir das características, experiências e necessidades de cada território e de suas populações” (BRASIL, 2011). Assim, para a materialização da referida cultura, são criados mecanismos para a promoção do acesso das populações tradicionalmente afastadas da possibilidade de inclusão ao conhecimento, à tecnologia e à inovação gerados nos institutos.

Portanto, o Programa Mulheres Mil intensifica tal processo através do estímulo ao desenvolvimento regional e institucional, pela melhoria do acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade social à educação e ao mundo do trabalho. Desse modo, o referido programa promove o crescimento humano dessas mulheres, através da me-

lhorias (sociocultural e econômica) de suas condições de vida, aumentando a possibilidade de elas contribuírem com a governança de suas comunidades, na medida em que se transformam em cidadãs social e economicamente emancipadas. Nesse sentido, o acesso à instituição passa a ser concebido como um instrumento de inclusão, promotor de permanência no ambiente dos institutos e no mundo do trabalho, com êxito e sustentabilidade, dada a mudança de concepção de acesso meritocrático e seletivo para um acesso inclusivo e afirmativo (ibid.).

A oferta de cursos FIC, como uma ação de governo no Programa Mulheres Mil, utiliza uma metodologia denominada Sistema de Acesso, Permanência e Êxito (IFRN, 2014). As alternativas metodológicas, além do reconhecimento de saberes ao longo da vida, também sugerem

[...] instrumentos e mecanismos de acolhimento de populações não tradicionais, que viabilizassem o acesso à formação profissional e cidadã, com elevação de escolaridade, a inserção produtiva e a mobilidade no mundo do trabalho, o acompanhamento das egressas e os impactos gerados na família e na comunidade (BRASIL, 2013, p. 3).

No que concerne às especificidades dessa

oferta, no âmbito do estado do Rio Grande do Norte (RN), o curso FIC em Costureiro, na modalidade presencial, oportuniza a qualificação profissional das mulheres em condição de vulnerabilidade social e econômica da região na qual se encontram, com vistas a promover sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho, além de estimular a elevação do seu nível de escolaridade e contribuir para o resgate da sua autoestima e da sua valorização enquanto cidadãs, melhorando suas relações familiares e participando das ações de interesse das comunidades nas quais estão inseridas (ROSA, 2011).

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Vestuário (2011), as empresas têxteis do estado do RN que atuam nas áreas de fiação, tecelagem e beneficiamento têxtil se destacam pela fabricação de tecidos planos do tipo brim e índigo, destinados à indústria da confecção do vestuário e de acessórios, colaborando para o aumento do PIB e do número de empregos.

Assim, por todo o RN, e principalmente na região do Seridó – onde fica localizado o município de Caicó/RN –, encontram-se empresas de confecção do vestuário e costureiras que atuam como trabalhadoras autônomas. Para a confecção do vestuário de uma forma completa, é importante

ter conhecimentos não só sobre costura, mas sobre modelagem, enfiar, risco e corte. Ter o conhecimento técnico de modelagem favorece que a costureira se torne independente, deixando de apenas copiar moldes de revistas e passando a produzir suas próprias modelagens e aumentando de forma significativa seus ganhos. Para mulheres em condição de vulnerabilidade social, a qualificação profissional contribui diretamente para a autoestima e para o aumento da renda familiar, ressaltando a relevância do Programa e do curso FIC para mulheres excluídas socialmente e que residem na região.

Embarcando nesse contexto, o objetivo geral do Programa Mulheres Mil, e mais especificamente desse programa no IFRN-*campus* Caicó, é oportunizar a qualificação profissional das mulheres em condições de vulnerabilidade física, social e econômica, com vistas a sua inserção no mundo de trabalho informal (costurar para si própria e para a família), além de estimular a elevação do nível de escolaridade e contribuir para o resgate da autoestima e a sua valorização enquanto cidadãs, melhorando suas relações familiares e participando das ações de interesse das comunidades nas quais estão inseridas.

Já como objetivos específicos, o programa apresenta:

i) oportunizar vivências educativas que incentivem a elevação das escolaridades das mulheres quanto à Língua Portuguesa e à Matemática Básica;

ii) favorecer o acesso à tecnologia de informação e comunicação através da informática básica e o conhecimento sobre os direitos e à saúde da mulher, ética, cidadania e segurança no trabalho, bem como a inserção social mediante o desenvolvimento das relações humanas e orientações quanto ao empreendedorismo, associativismo, emprego formal e à economia solidária;

iii) propiciar práticas profissionais de modo a capacitar as mulheres quanto ao projeto e modelagem de confecções do vestuário básico masculino, feminino e/ou infantil, ao enfiar, risco e corte do tecido e à operação de máquinas de costura na montagem de peças do vestuário, em conformidade às normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, meio ambiente e saúde.

Portanto, nesta coletânea, objetivamos expor algumas das nossas práticas no Programa Mulheres Mil do IFRN-*campus* Caicó, e reafirmar a relevância de um projeto como esse para aquelas que mais precisam, isto é, para as mulheres em situação de vulnerabilidade social. Ademais, visamos mostrar que a educação é transformadora, e

através desta conseguimos ver o desabrochar de inúmeras mulheres que, até então, estavam “adormecidas”, e para quem, como muitas nos relatam, a vida não fazia mais sentido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria No 1.015/2011**, de 21 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/brasilsem-miseria/legislacao/arquivos/portaria-mulheres-mil-n-1015.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada em Costureiro**. Deliberação No 19/2014 – CONSEPEX/ IFRN, de 20 de Maio de 2014. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-de-qualificacao-profissional/mulheres-mil/modelista-e-costureira-em-geral/view>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM VESTUÁRIO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN. Natal/RN: IFRN, 2011. Aprovado pela Resolução nº 51/2011-CONSUP, em 09 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.ifrn.edu.br/>. Acesso em: 08 mar. 2017.

ROSA, Stela. (Org.). **Mulheres Mil: do sonho à realidade**. Brasília: Ministério da Educação, 2011.



CAPÍTULO 1

O PROGRAMA MULHERES MIL NO IFRN-CAMPUS CAICÓ: UMA ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES ATENDIDAS NO ANO DE 2019

Mara Regina Alves da Costa Farias¹
IFRN-campus Caicó

Ana Larissa da Silveira²
IFRN-campus Caicó

INTRODUÇÃO

O Programa Mulheres Mil foi criado em julho de 2011, através da Portaria Nº 1.015 do Minis-

1 Mara Regina Alves da Costa Farias é assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-*campus* Caicó. Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN (2008). Especialista em Gestão do SUAS pela Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte (2013). Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2017). Tem interesse pelas seguintes áreas: Serviço Social, Assistência Social e Políticas Públicas.

2 Ana Larissa da Silveira é assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-*campus* Caicó. Graduada em Serviço Social.

tério da Educação, e integra um conjunto de ações que visam promover a educação, bem como a inclusão social e produtiva de mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica. Sob os eixos Educação, Cidadania e Desenvolvimento, o programa propõe uma “formação educacional, profissional e tecnológica, que permita sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade” (BRASIL, 2011, p. 05).

Pautado em um recorte de gênero, prioriza mulheres que vivem em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, nas diversas regiões do país, e, através da educação alinhada ao trabalho, visa amenizar o processo de exclusão social vivenciado por esses sujeitos. Nesse sentido, reitera-se que:

A opção pelo recorte de gênero dá-se pelo crescente número de mulheres que ampliam o seu papel na sociedade e em suas comunidades, assumindo a chefia das suas famílias, e que são responsáveis não só pelo sustento financeiro das suas residências, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família, fato que

repercute nas futuras gerações e no desenvolvimento igualitário e justo do País (ibid., p. 05).

No Instituto Federal do Rio Grande Norte-*campus* Caicó, o Programa Mulheres Mil teve início no ano de 2012, com a oferta do curso de costureira na modalidade FIC³, tendo como meta anual de atendimento 30 mulheres provenientes de bairros considerados com alto índice de vulnerabilidade e risco social.

A escolha pelo curso de costureira deu-se com base nas suas características, bem como no potencial têxtil da região Seridó, que apresenta um número considerável de empresas e atividades ligadas ao setor têxtil e de confecção de vestuário, gerando empregos diretos e indiretos. Essa escolha reforça a proposta dos institutos de construir caminhos para o incentivo ao desenvolvimento local e regional.

Dessa forma, o curso oportuniza a formação e qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social que possam ingressar nesse mercado de trabalho ou atuar de forma empreendedora e para autossubsis-

3 Os cursos FIC são definidos pela Organização Didática do IFRN como Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional (IFRN, 2012).

tência, além de estimular o retorno ou continuidade dos estudos dessas pessoas que tiveram o acesso ao processo educacional formal interrompidos em virtude, dentre outros, de fatores sociofamiliares e econômicos.

O programa ainda agrega o ensino de língua portuguesa, matemática básica e informática. Ademais, promove a discussão de temas transversais como direito da mulher, saúde e cidadania, segurança do trabalho, orientações e incentivo ao empreendedorismo, emprego formal e economia solidaria (IFRN, 2019).

Partindo dessas considerações, evidenciamos que a motivação pelo trabalho ora exposto surgiu do interesse da equipe multidisciplinar envolvida no processo de execução do programa em conhecer as condições de vida a que estão submetidas as mulheres atendidas no ano de 2019, e, a partir da sistematização dessas informações, alimentar o banco de dados local do programa, bem como colaborar para a produção do conhecimento no âmbito dos institutos federais.

PERFIL DAS ALUNAS MATRICULADAS NO PROGRAMA MULHERES MIL DO IFRN-CAMPUS CAICÓ NO ANO DE 2019: ANÁLISE E RESULTADOS

No Brasil, os Institutos Federais exercem um importante papel na formação cidadã e profissional voltada ao desenvolvimento nacional, regional e local (BRASIL, 2008). Partindo da concepção de educação profissional e tecnológica comprometida com a inclusão social de diferentes grupos e sujeitos, bem como com a qualificação continuada de trabalhadores e trabalhadoras, busca contribuir com a redução das desigualdades sociais na perspectiva de democratização do conhecimento (SANTOS, 2018). Por conseguinte, a sua necessidade em formar indivíduos vai além do seu caráter tecnicista, pois possibilita acesso aos conhecimentos com base em uma formação humana, integrando todas as dimensões da vida no processo formativo.

É nesse contexto que se desenvolvem as ações do Programa Mulheres Mil, o qual foi estruturado para atender mulheres de baixa renda, com pequeno grau de escolarização e oriundas de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, por meio atividades que promovam a elevação da escolaridade, bem como da autonomia e cidadania.

Com base nesses pressupostos, no ano de 2019, o *campus* Caicó atendeu 30 mulheres, sendo 15 provenientes de algumas áreas periféricas da cidade (bairros considerados vulneráveis ou de risco, em sua maioria caracterizados pela predominância de ruas não pavimentadas, moradias insalubres e ainda pela presença da criminalização, motivada principalmente pelo comércio de drogas)⁴.

Um aspecto a ser considerado refere-se à proposta de atuação dos IF's voltada para o desenvolvimento socioeconômico regional, sobre a qual Pacheco (2011, p.07) reforça:

Em sua intervenção, os Institutos devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu lócus, a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada. Para tanto, o monitoramento permanente

4 De acordo com o Edital 015/2018-PROEX/IFRN, que trata do processo seletivo para a execução do Programa Mulheres Mil 2019, os bairros com prioridade de atendimento são: Alto da Boa Vista, Barra Nova, Barra Nova II, Boa Passagem, Frei Damião, João Paulo II, João XXIII, Nova Caicó, Paulo VI, Recreio, Samanaú e Walfredo Gurgel. (Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/caico/editais/2019/edital-no-04-2019-programa-mulheres-mil>) Acesso em 15/03/2020.

do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência é de suma importância (PACHECO, 2011, p.07).

Nesse limiar, na perspectiva da articulação e da construção de um conjunto de ações que visam à consolidação das políticas públicas, houve a ampliação do acesso e a inclusão de mulheres de outros municípios. Assim, em uma ação intersetorial, o programa atendeu 05 mulheres oriundas da cidade de São Fernando-RN e 05 advindas do município de São José do Seridó-RN, ambos com baixo índice de desenvolvimento humano e que apresentavam escassa mão de obra qualificada para atendimento e empregabilidade junto aos polos de confecções existentes em seus setores industriais. Frente a essa conjuntura, ressalta-se que:

A articulação [...] Mulheres Mil, principalmente nas ações de busca ativa, identificação do público alvo, mobilização, sensibilização, encaminhamento e acompanhamento da trajetória das participantes, bem como nas etapas de estruturação dos cursos e serviços de apoio. As ações articuladas e intersetoriais consolidam o diálogo com as mulheres e suas comunidades e territórios, permitindo, assim,

a compreensão mútua das demandas, das necessidades locais e das potencialidades de atendimento (BRASIL, 2014, p. 06).

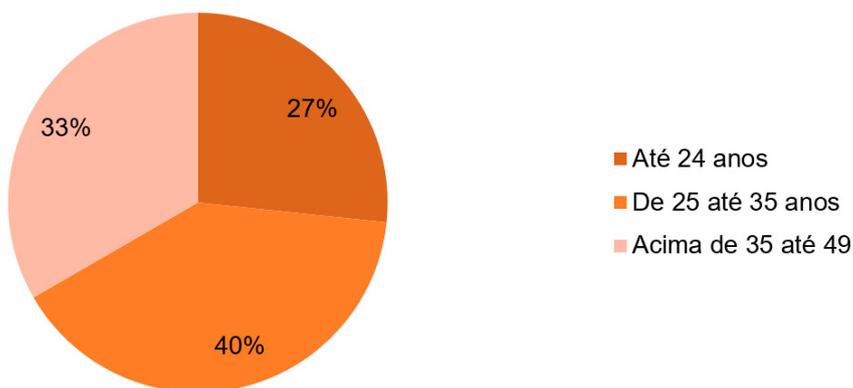
Outro dado importante refere-se à inserção no programa de 05 mulheres de nacionalidade venezuelana assistidas pela ONG internacional Aldeias Infantis, localizada em Caicó⁵. É importante destacar que essas mulheres vivenciaram um processo migratório no ano de 2018, quando, diante da crise econômica e humanitária instalada em seu país de origem, migraram para o Brasil em busca de refúgio, ou de “dignidade e melhores condições de vida” (ARAÚJO, 2018, p. 349).

Segundo Egas (2018), as tentativas de se traçar um perfil da população de refugiados venezuelanos revelam o aumento das vulnerabilidades sociais, entre elas a discriminação, o abuso e a exploração, as quais atingem principalmente mulheres e crianças. Nesse sentido, o autor resalta a importância de medidas de proteção e assistência, bem como a criação de condições para uma integração socioeconômica e cultural desses indivíduos.

5 Para mais informações, acessar: <https://www.aldeia-infantis.org.br/>.

Isso posto, serão apresentados quatro gráficos e uma tabela que ilustram o perfil socioeconômico das mulheres atendidas, incluindo as venezuelanas, quanto aos quesitos faixa etária (Gráfico 1); grau de escolaridade (Gráfico 2); estado civil (Gráfico 3); renda familiar aproximada (Gráfico 4); e tipos de atividades remuneradas (Tabela 1).

O levantamento desses dados foi realizado com base em informações extraídas diretamente dos formulários de inscrição. A princípio, retrata-se um quadro de mulheres com idade entre 16 e 49 anos, conforme demonstra o Gráfico 1.



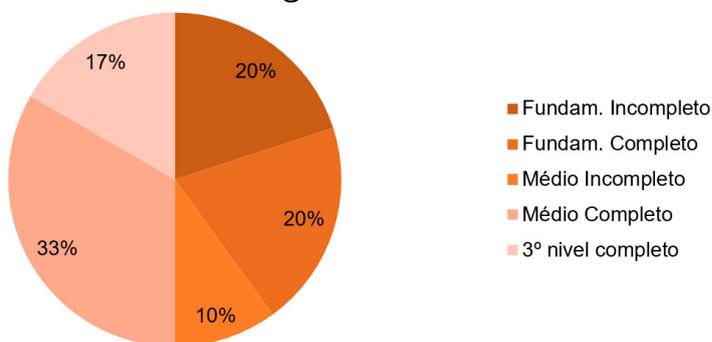
Fonte: elaborado pelas autoras (2020).

Em relação à faixa etária das mulheres atendidas, 27% são jovens de 16 até 24 anos, enquanto 33% delas têm idade entre 25 e 35 anos e 40% idade

superior a 35 anos. Convém ressaltar que o gráfico chama atenção para o percentual de alunas com idade acima de 35 anos que buscaram a inserção no programa. Considerando a realidade vivenciada por essas mulheres, infere-se que elas estejam há vários anos fora da escola, e que a inserção no programa marca o retorno a uma instituição de ensino. Assim, a realização de um curso torna-se um desafio, porém expressa a disposição dessas mulheres em adquirir novos conhecimentos.

No que diz respeito ao grau de escolaridade, improvavelmente foram constatados níveis diversificados, não havendo predominância significativa de mulheres com o nível fundamental incompleto, isto é, com baixa escolaridade, segundo a classificação da legislação de educação brasileira, como observado no Gráfico 2.

Gráfico 2: grau de escolaridade



Fonte: elaborado pelas autoras (2020)⁶.

6 O 3º nível completo refere-se ao grau de escolari-

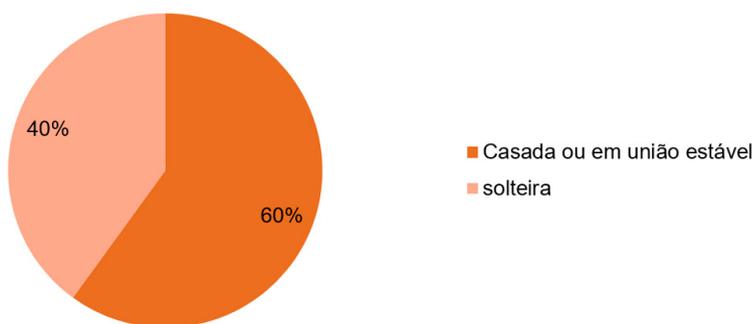
De acordo com o gráfico apresentado, 20% das alunas não chegaram a concluir o ensino fundamental e, coincidentemente, outras 20% declararam ter concluído. Quanto ao ensino médio, 3% não concluíram, em contraposição a 33% que apontaram a conclusão. Nota-se que esse último dado é revelador, pois demonstra um percentual significativo de mulheres com escolaridade elevada, mas que se encontram excluídas do mercado formal de trabalho e destarte não galgam melhores oportunidades, em contraste com as demais, pelo fato de possuírem um grau maior de escolarização. Um dos fatores que pode estar associado a essa constatação refere-se à atual conjuntura nacional, marcada pelo aumento dos índices de desemprego, além das mudanças no mundo do trabalho, com a gradativa precarização das condições de trabalho da classe trabalhadora, a qual vem sofrendo com o aumento da instabilidade e dos baixos salários.

Guerra (2016), ao discorrer sobre a relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes, afirma que muitas dessas mulheres são responsáveis pelos cuidados do-

dade das mulheres venezuelanas. Ao concluírem esse nível, também denominado de Educação Média Diversificada, os estudantes venezuelanos podem ingressar no Ensino Superior ou no mercado de trabalho.

mésticos e acabam por abrir mão de um trabalho para dedicar-se integralmente ao suprimento das demandas familiares e maternais. Coaduna com esse pensamento a estimativa de que 70% das participantes do programa se autodeclaram “Do lar”, manifestando, desse modo, não exercerem nenhum tipo de atividade remunerada ou fora do ambiente doméstico. Ao revelar o estado civil das mulheres atendidas, o Gráfico 3 parece evidenciar esse cenário.

Gráfico 3: estado civil



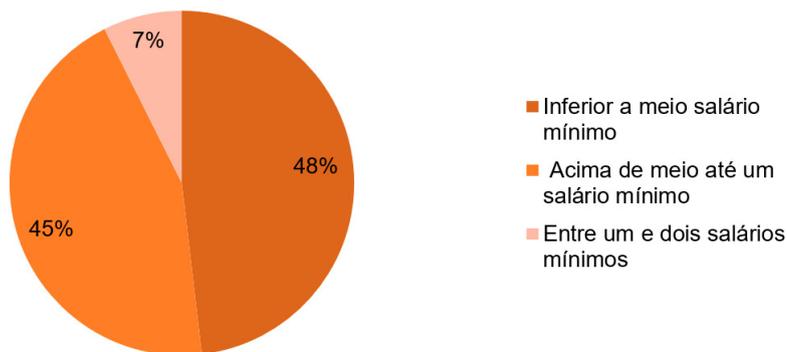
Fonte: elaborado pelas autoras (2020).

A imagem demonstra que 60% das alunas são casadas ou têm companheiro, isto é, residem com seus cônjuges e filhos. Das 12 mulheres que se declaram solteiras, quatro o fizeram pela ausência de um companheiro, mas na realidade são

chefes de família, ou seja, moram sozinhas com os filhos. Soma-se a esse quadro a existência de famílias extensas, com mais de cinco pessoas no domicílio, sendo observado que nesses lares as mulheres não exercem nenhum tipo de atividade formal ou informal, como explanado anteriormente, reforçando assim o argumento de Guerra (2016).

Não é difícil compreender que mulheres com esse perfil vivem comumente em situação de pobreza, cujo rendimento familiar é insuficiente para o provimento das necessidades básicas, conforme revela o Gráfico 4.

Gráfico 4: renda familiar aproximada



Fonte: elaborado pelas autoras (2020).

O Gráfico 4 aponta que 48% das mulheres atendidas pelo programa no ano de 2019 pos-

suíam renda familiar mensal inferior a meio salário mínimo. Agregando essa parcela ao quantitativo de famílias com renda de até 1 (um) salário mínimo, esse percentual sobe para 93%, indicando que quase a totalidade das mulheres beneficiárias vivem em situação de vulnerabilidade econômica.

Considerando ainda o fator renda, compreende-se que este pode ser o reflexo dos tipos de ocupações e vínculos empregatícios aos quais estão submetidas essas famílias, geralmente inseridas na informalidade.

É importante destacar que dentre o quantitativo total de mulheres pesquisadas, 21 declararam não exercer trabalho remunerado, sendo o cônjuge ou outro membro da família responsável pelo sustento da casa, geralmente por meio de atividades informais, tais como entregador, diarista, marchante, pescador, pedreiro, soldador, ajudante em oficina mecânica, agricultor, vendedora de doces, entre outras. No que se refere às participantes que desenvolvem algum tipo de atividade remunerada, no total nove delas, observe-se o Quadro 1.

Quadro 1: demonstrativo dos tipos de atividade remunerada

Nº	Nome⁷	Atividade
01	Margarida	Boneleira (sem carteira assinada)
02	Tulipa	Cambista
03	Jasmim	Diarista
04	Camélia	Babá
05	Hortência	Faz costuras em casa
06	Violeta	Produz tortas e vende na rua
07	Girassol	Produz canjica e panqueca e vende na rua
08	Lírio	Possui em casa uma pequena venda de gêneros alimentícios
09	Amarílis	Faxineira

Fonte: elaborado pelas autoras (2020).

O Quadro 1 demonstra que as atividades exercidas pelas mulheres atendidas no programa são aquelas típicas de baixa remuneração e pouco reconhecimento social, revelando, assim, o cenário de desproteção e desvalorização frente ao mercado de trabalho. Aliadas a isso estão as dificuldades de acesso à oferta de formação e qualificação profissional e cidadã que respeitem as peculiaridades e dificuldades dessa parcela da população que tem uma tripla jornada de trabalho, pois, além da

⁷ Optou-se pela utilização de nomes fictícios com o objetivo de preservar o anonimato das participantes.

atividade laboral de subsistência (domésticas, marisqueiras, costureiras, entre outras), cuidam dos filhos, da casa e muitas ainda são responsáveis pelo cuidado dos familiares mais idosos (BRASIL, 2011). Nesse sentido, “as mulheres mais pobres, dedicadas às atividades menos valorizadas [...] enfrentam barreiras muito mais difíceis de serem transpostas no sentido da sua emancipação como trabalhadoras, como representantes do gênero feminino” (ibid., p. 05).

CONCLUSÃO

A análise do perfil socioeconômico das participantes atendidas no Programa Mulheres Mil no ano de 2019 possibilitou traçar um panorama geral de como essas mulheres vivem. Em suma, pode-se concluir que pertencem a famílias vulneráveis social e economicamente, cuja fonte de renda, para quase totalidade delas, provém de atividades informais, que geram baixas remunerações e produzem pouco reconhecimento social.

Ainda foi possível detectar um número elevado de alunas consideradas como mulheres “do lar”, mas que ao serem inseridas no programa podem galgar a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e com isso aumentar os rendimentos

familiares. Além disso, a participação no programa pôde contribuir para que essas mulheres tivessem acesso à escola como um espaço público de socialização grupal e ampliação da cidadania.

Em relação às mulheres venezuelanas, é importante frisar que a inserção no programa é um dado relevante e positivo, com destaque para dois aspectos: primeiro, ao aprender o ofício de costureira elas puderam vislumbrar a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho mesmo que informalmente, e desse modo auferir alguma renda; segundo, a participação no programa viabilizou a interação social com outras mulheres, permitindo a partilha de experiências e a integração com a cultura local, conforme defende Egas (2018). Nesse ínterim, ressalta-se que a inclusão de refugiados venezuelanos em programas de extensão do IFRN é um marcador instigante que pode ser explorado em outras pesquisas.

Por fim, cabe reforçar o papel de agente transformador do IFRN, no que concerne ao desafio de formular e executar propostas de intervenção que possam gerar mudanças qualitativas na vida das pessoas, seja da coletividade acadêmica ou da comunidade externa, promovendo assim a inclusão social. Nesse percurso, conhecer e compreender a realidade vivida por esses indivíduos,

bem como suas especificidades, é um passo importante e necessário.

REFERÊNCIAS

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL. **Aldeias infantis**, 2015. Página inicial. Disponível em: <https://www.aldeiasinfantis.org.br/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

ARAÚJO, José Renato de Campos. Migrações internacionais e o federalismo brasileiro: os venezuelanos no Brasil. *In*: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jaroshinski. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. São Paulo: UNICAMP, 2018. p. 349-355. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 30/12/2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em 13 abr 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil**. 2011. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/ifrn/extensao/mulheres-mil/lateral/base-legal-do-programa/o-programa>. Acesso em: 03 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pronatec. Bra-**

sil sem Miséria. Mulheres Mil. [Cartilha de Orientação]. 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32231-setec-pmm-cartilha-pro-natec-mulheres-mil-pdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. **Mulheres Mil na Rede Federal:** caminhos da inclusão. Brasília/DF, 2011. Disponível em: http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/geral/mulheres_mil_na_rede_federal_-_caminhos_da_inclusao.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRASIL. **Portaria no 1.015, de 21 de julho de 2011.** Institui o Programa Nacional Mulheres Mil. Diário Oficial da União. Brasília/DF, 22 jul. 2011. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=38&data=22/07/2011>. Acesso em 23 mar. 2020

EDUVENEZUELA. **O “sistema da educação” na Venezuela,** 2009. Página inicial. Disponível em: <https://eduvenezuela.wordpress.com/sintese/>. Acesso em: 27 mar. 2020.

EGAS, José. A solidariedade com os refugiados começa com todos nós. *In*: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jaroshinski (coord.). **Migrações Venezuelanas.** São Paulo: UNICAMP, 2018. p. 31-37. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

GUERRA, Suzana Curi. **Relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes.**

2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2016. 136 f. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19926/1/2016_SuzanaCuriGuerra.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.

IFRN. **Editais nº 04/2019- DG/CA/RE/IFRN**. [Processo Seletivo para o Programa Mulheres Mil]. Caicó, 2019. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/caico/editais/2019/edital-no-04-2019-programa-mulheres-mil>. Acesso em: 12 abr. 2020.

IFRN. **Organização didática do IFRN**. Natal: IFRN, 2012.

IFRN. **Projeto de Extensão**: modelagem, corte e costura: inclusão e valorização da diversidade de mulheres na educação profissional. 2019. Disponível em: https://suap.ifrn.edu.br/projetos/projeto/4031/?tab=dados_edital. Acesso em: 12 abr. 2020.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. *In*: PACHECO, Eliezer (org.). **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

SANTOS, Fábio Alexandra Araújo. INSTITUTOS FEDERAIS: expansão, desafios e diretrizes educacionais. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 4, n. 12. Mossoró, nov/2018. Disponível em: periodicos.uern.br. Acesso em: 06 abr. 2020.



CAPÍTULO 2

PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO, CENÁRIO ECONÔMICO E MUNDO DO TRABALHO: INTRODUÇÃO À ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL ATRAVÉS DA AULA INAUGURAL

Layla de Brito Mendes
IFRN-campus Caicó

INTRODUÇÃO

A inclusão é um movimento educacional, social e político que deve estar presente no ambiente acadêmico. De acordo com Freire (2008), seu grande intuito é fazer com que os indivíduos usufruam do seu direito de participar da sociedade, de forma ativa e justa, e que dentro desse contexto sejam respeitados em sua individualidade. Para o autor, no âmbito educacional, a inclusão deve prezar por fazer com que as instituições de ensino se configurem em um espaço aberto onde os alunos possam desenvolver suas potencialidades e ter acesso a uma educação de qualidade, de maneira ética e

igualitária. A inclusão, portanto, deve ser um dos princípios básicos que norteiam a estruturação das instituições de ensino, sobretudo quando estas sejam de caráter público.

Um caminho para que as instituições de ensino exerçam o movimento de inclusão é através de atividades de extensão. Normalmente planejadas em projetos e/ou ações, tais atividades são responsáveis por expandir os conhecimentos para além dos muros da instituição, reiterando a sua responsabilidade social e política para com a comunidade na qual está inserida, segundo Mendes e Meireles (2020). As autoras ainda ressaltam que o espaço proporcionado pela extensão permite aos alunos o desenvolvimento de habilidades técnicas, conjugadas ao exercício da cidadania, importantes na sua formação global enquanto profissionais e cidadãos.

Os cursos ofertados pelo *campus* Caicó do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) têm, independentemente de sua área científica, o objetivo de formar profissionais aptos a atuar no mercado local, contribuindo assim com o desenvolvimento socioeconômico da região. Assim sendo, verifica-se a importância de se conhecer o contexto local no qual o *campus* está inserido, a fim de que o direcionamento da formação dos alunos

possa ser iniciado a partir dessa premissa. No que diz respeito ao programa Mulheres Mil, a formação das futuras costureiras profissionais deve se iniciar na apresentação da área em que elas irão atuar, esclarecendo a importância dessa atividade profissional dentro de todo um sistema de produção complexo, a níveis local, nacional e global.

Desse modo, o presente artigo consiste em um relato de experiência de como se inicia o processo de construção do conhecimento acerca da produção de confecção, através da aula inaugural do curso de modelagem, corte e costura do programa Mulheres Mil do IFRN *campus* Caicó. Essa aula, desenvolvida em formato de palestra, tem como objetivo apresentar às alunas a área de atuação profissional em questão, num panorama de desafios e perspectivas, de modo a esclarecer seus anseios e estimular sua permanência e êxito no programa.

PRODUÇÃO DE CONFECÇÃO: DE QUEM E PARA QUEM?

A invenção da máquina de costura foi o fato que marcou a confecção de peças do vestuário, pois assim esses produtos deixaram de ser produzidos apenas por processos artesanais e passaram

à chamada produção industrial (FRINGS, 2012). A indústria de confecção é uma das ramificações da indústria têxtil, parte da chamada indústria de transformação e de abrangência e impacto global, sobretudo com relação a aspectos econômicos e sociais (GROSE, 2013).

Contudo, a indústria de confecção não deve ser resumida apenas à produção de vestuário. Calçados, bolsas, artigos de cama, mesa e banho (têxteis-lar), decoração, estofados, alguns equipamentos esportivos, entre tantos outros, são produzidos por meio de operações de costuras, através de processos manuais ou com a utilização de máquinas. É importante ressaltar que a grande maioria das etapas de produção de confecção depende da utilização de mão de obra, ofício que, independentemente do caráter artesanal ou industrial, precisa ser realizado por um profissional treinado e qualificado, a fim de garantir a qualidade e a valorização do produto (TREPTOW, 2013).

De acordo com Frings (2012), a evolução da indústria de confecção e da moda foi responsável por grandes mudanças de caráter social, muito no que diz respeito às “diferenças rígidas entre os papéis de sexo” (FRINGS, 2012, p. 09). A produção de peças do vestuário (confecção) é algo que sempre pautou o lugar da mulher na sociedade, dos có-

digos de comportamento e vestimenta que eram aceitáveis em uma determinada época e deveriam ser seguidos, passando pelo direito de possuir algo – que se resumia aos artigos presentes em seus guarda-roupas. Segundo Bordin (2019), desde a infância as meninas eram direcionadas à costura, e esses conhecimentos eram passados de mãe para filha e dividiam espaço com as atividades domésticas do cotidiano. Posteriormente, costurar passou a representar a inserção efetiva da mulher no mercado de trabalho e sua participação na composição da renda familiar (FRINGS, 2012; BORDIN, 2019). A mulher, então, possui importante papel neste cenário: para além de maior consumidora, ela é quem mais atua, direta e indiretamente, na produção de confecção.

Por outro lado, Neves e Pedrosa (2007) colocam que a informalidade no contexto do trabalho na indústria de confecção é um problema global, consequência do processo de reestruturação do setor (a fim de torná-lo mais competitivo) e da crescente adoção da terceirização. Esse fato atinge diretamente a mulher, somado às questões de gênero (mais especificamente, à desigualdade salarial) e às condições de trabalho. Todavia, esse cenário pode ser melhorado, sobretudo por meio de políticas públicas, através de projetos e ações

que proporcionem a formação da mulher enquanto costureira e cidadã. Portanto, o programa Mulheres Mil tem o intuito de gerar nas participantes identificação profissional e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico a níveis local, regional e nacional.

AULA INAUGURAL DO PROGRAMA MULHERES MIL: INICIANDO O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DA IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Dentro do cronograma de atividades do programa Mulheres Mil tem-se a importância da aula inaugural, primeiro contato que as participantes têm, de fato, com o IFRN. Após um momento musical de boas-vindas e de acolhimento, conforme mostra a Figura 1, a coordenação do programa inicia sua fala com esclarecimentos acerca da dinâmica do curso e o funcionamento da instituição. Assim, é gerado o sentimento de pertencimento nas mulheres, que a partir desse momento se tornam efetivamente discentes do instituto. Esse acolhimento, essencial no processo de ensino-aprendizagem, é de grande importância para a construção do vínculo entre escola e alunas.



Fonte: arquivo Mulheres Mil (2017).

Na sequência, a aula inaugural segue para uma palestra. O planejamento dessa palestra passa pelo recolhimento e compilação de dados acerca da área de atuação profissional em questão, com o objetivo de informar e apresentar desafios e perspectivas. Nesse cenário, a escolha da servidora para ministrar a palestra não é feita ao acaso: trata-se de uma profissional com formação na área têxtil e de produção de confecção. No intuito de promover um sentimento de identificação entre as presentes, a servidora compartilha sua experiência profissional e os motivos pelos quais

escolheu essa carreira (Figura 2).



Fonte: Arquivo Mulheres Mil (2017).

Já no que diz respeito especificamente ao conteúdo da palestra, este se estrutura de forma a abordar os seguintes tópicos: o que é a produção de artigos confeccionados; quais as vantagens de se trabalhar com confecção; o que é um ateliê de costura e que serviços oferece; o que é necessário para se montar um ateliê de costura em casa; panorama do setor têxtil e de confecção no Brasil; a importância da costureira para o setor de confecção; e perspectivas futuras. Os tópicos, em suma, esclarecem que, após o curso, as alunas do programa poderão trabalhar com confecção tanto em escala industrial (em fábricas) como de maneira artesanal (montando seu ateliê em casa).

Ateliês de costura são negócios voltados

para a produção de produtos confeccionados (geralmente vestuário), de caráter personalizado (SEBRAE, 2007). Esse serviço é contratado por pessoas que buscam peças para uso no dia a dia, como fardamentos e artigos de cama, mesa e banho, ou produtos mais sofisticados a serem utilizados em ocasiões específicas, como casamentos, formaturas, entre outros. No geral, o ateliê de costura atende a uma clientela local, o que facilita a divulgação do serviço e o atendimento ao público. Representa uma oportunidade para aquelas que querem empreender, pois o investimento para se iniciar esse tipo de negócio em casa é baixo. Além do mais, se configura enquanto a formalização da atuação profissional das chamadas “costureiras de bairro”.

Com relação ao panorama da indústria têxtil e de confecção no Brasil, tem-se a importância de se apresentar dados reais e atualizados acerca do setor, com propósito informativo. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção-(ABIT, 2019), o Brasil é o único país do ocidente a ainda possuir a cadeia têxtil completa, desde as fibras ao varejo. A área têxtil e de confecção é a segunda, correspondente à indústria de transformação, a empregar, com 1,5 milhão de empregos diretos, sendo 75% da mão de obra

feminina. O setor ainda possui 25,2 mil empresas formais, em que 80% são confecções de pequeno e médio porte. Assim, é possível perceber que os caminhos a serem percorridos pela profissional de costura são reais e rentáveis, pois ela está situada no coração da indústria de confecção.

CONSIDERAÇÕES

Dentre tantas modalidades de ensino, o Programa Mulheres Mil do IFRN-*campus* Caicó se dedica a formar costureiras aptas a atuar na produção de artigos confeccionados, sendo esta uma profissão nobre e importante para o desenvolvimento da mulher enquanto protagonista da sociedade. A tradição em produção artesanal e industrial de vestuário na região do Seridó proporciona terreno fértil para que, em meio a toda transformação em que o mundo passa, as vocações locais continuem a ser desenvolvidas, gerando emprego e renda.

Assim, a aula inaugural do curso de modelagem, corte e costura do Programa Mulheres Mil é planejada enquanto um momento de acolhimento e partilha de experiências e atinge seu objetivo ao introduzir as participantes à área de confecção e reforçar a importância do exercício da profissão. Nesse primeiro contato, as mulheres podem per-

ceber que o campo profissional em questão apresenta diversas possibilidades, e nele elas serão valorizadas, exercitarão suas habilidades, serão estimuladas ao convívio social e poderão adquirir independência. Programas como esse reafirmam o caráter político do IFRN e o papel fundamental das instituições de ensino no desenvolvimento socioeconômico local, quais sejam, o de oferecer ensino gratuito e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ABIT. **Perfil do Setor**. 2019. Disponível em: <https://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>. Acesso em: 03 nov. 2020.

BORDIN, E. Z. **Ofício costureira**: um estudo sobre educação e as posições ocupadas no mercado de trabalho da confecção de vestuário na região metropolitana de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019, 138 p.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, v. 16, n. 1, 2008, p. 5-20. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Sofia_Freire2/publication/256429444_Um_olhar_sobre_a_inclusao/links/0046352d0091db08ec000000.pdf. Acesso em: 31 out. 2020.

FRINGS, G. S. **Moda**: do conceito ao consumidor. Porto Alegre: Bookman, 2012.

GROSE, V. **Merchandising de moda**. São Paulo: Gustavo Gilli, 2013.

GUSTAVSEN, D.; YATES, J. **Profissão Moda**: Guia das 55 carreiras profissionais de maior futuro no mundo da moda. São Paulo: Gustavo Gilli, 2013.

MENDES, L. B.; MEDEIROS, M. K. M. A implantação de um núcleo de extensão em um curso superior de tecnologia em Design de Moda. **Revista ENSINARMODE**, v. 4, n. 1, p. 167-179, fev./mai. 2020. Disponível em: www.revistas.udesc.br/index.php/Ensinarmode/article/view/16357. Acesso em: 31 out. 2020.

NEVES, M. de A.; PEDROSA, C. M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Revista Sociedade e Estado**, v. 22, n. 1, p. 11-34 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922007000100002>. Acesso em: 31 out. 2020.

SEBRAE. **Ateliê de costura**: apresentação. 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-um-atelie-de-costura,fe787a51b9105410VgnVCM-1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 03 nov. 2020.

TREPTOW, D. **Inventando moda**: planejamento da coleção. 5ed. São Paulo: Edição da Autora, 2013.



CAPÍTULO 3

MAPA DA VIDA: TRAJETÓRIAS DE VIDAS E METAS PROFISSIONAIS DAS MULHERES

Suely Soares da Nóbrega
IFRN-campus Caicó

*“Você pode ser bonita aos trinta,
charmosa aos quarenta e
irresistível para o resto da sua vida.”
Coco Chanel*

INTRODUÇÃO

O Programa Mulheres Mil teve seu início em cooperação com o governo canadense, tendo como objetivo a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres com vulnerabilidade social, psicológica e econômica.

Para isso, o currículo desenvolvido no programa tem a perspectiva de promover o acesso, a permanência e o êxito das alunas mediante processos e metodologias para formação cidadã, incluindo propostas de sustentabilidade, saúde e

direito da mulher, além de inclusão digital, com vistas à sua inserção no mundo do trabalho a partir da formação pessoal e profissional.

A partir de 2012, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte-*campus* Caicó oferta o Programa Mulheres Mil. Nessa proposta, os Projetos Pedagógicos de Cursos apresentam, dentre as disciplinas, o “mapa da vida” no núcleo articulador da matriz curricular. Na ementa, observamos a representação de trajetórias de vida e o estímulo ao planejamento das metas profissionais. Quanto aos objetivos, destacamos o de criar oportunidade e ambiente para a troca de experiências de vida das mulheres estudantes, objetivando a valorização, a reflexão e o registro das trajetórias individuais; estimulando, dessa forma, as mulheres a serem protagonistas de suas vidas e do grupo, da instituição ou da comunidade na qual se inserem.

A oferta desse ambiente de troca de experiências oportuniza às alunas um momento de reflexão sobre si mesmas e as demais, no qual podem partilhar pontos que se assemelham e se diferenciam em suas vidas. Nesse sentido, as mulheres vislumbram possibilidades de diversos olhares sobre as dificuldades enfrentadas por elas, que perpassam as conquistas relacionadas a

ser mulher, mãe, humana, profissional, filha e outros papéis que se delineiam na medida em que dialogam com a realidade vivenciada.

Além disso, o desafio de reescrever sua própria história a partir dessa reflexão tem a perspectiva de motivar cada uma das alunas a estabelecer metas para alcançar seus novos objetivos em suas trajetórias pessoal, profissional e acadêmica. Trata-se do início de uma nova história que, nesse contexto, quem escreve é a discente. Nesse sentido, as mulheres sentem que podem reconstruir uma vida pautada na superação e na compreensão do seu real papel na sociedade.

VIAGEM PELO MAPA DA VIDA

O mapa da vida consiste no registro, de forma criativa, por meio de desenhos, recorte e colagem com figuras de revista, jornal, produção textual ou poemas sobre a história da mulher que, atuante nesse processo, seleciona os fatos de sua vida que deseja contar e registrar, revelando as rupturas e os sujeitos significativos em sua trajetória. Rosa e Moreschi (2011, p. 13) afirmam que o mapa da vida é:

[...] uma ferramenta no processo de construção do Programa

Mulheres Mil e objetiva criar oportunidade e ambiente para a troca de experiências de vida das mulheres, para que elas possam ser compartilhadas e então devidamente registradas, validadas e valorizadas (ROSA e MORESCHI, 2011, p. 13).

Para iniciar essa disciplina, primeiramente, realizamos a dinâmica de grupo que intitulamos “VIAGEM PELA VIDA”, uma técnica criada com o objetivo de refletir sobre a história de vida pessoal de cada aluna. Disparamos as cadeiras em círculo e logo em seguida distribuímos uma folha de papel e uma caneta para cada participante. Além disso, utilizamos música de fundo para dar início à atividade.

Explicamos às participantes que elas iriam iniciar uma viagem através da imaginação e da memória pessoal, e que, sendo a dinâmica estritamente pessoal, seria necessário silêncio para ouvir a narração e fazer sua “viagem pela vida”. Em relação à avaliação, informamos que esta seria aberta ao final, e a participação seria livre e espontânea. As participantes colocaram o papel aberto sobre a mão, e pedimos que elas olhassem para a folha de papel e sentissem seu peso e sua textura por alguns instantes. Mencionamos que o papel seria,

naquele momento, uma extensão de cada uma. Solicitamos que fechassem os olhos porque a viagem imaginária iria começar. E, construído esse cenário, narramos a seguinte história:

Estão sentindo o papel na mão de vocês? Com os olhos da mente, imaginem que há no meio dele um pequeno pontinho e que este pontinho vai crescendo e se transformando em uma vida. O pontinho que cresce é você dentro da barriga da sua mãe. Imaginem que o papel vai ficando mais pesado sobre sua mão. É você crescendo na barriga da sua mãe e se tornando um bebê. O pontinho cresce a ponto de não caber mais neste papel e de repente: abram os olhos! Olhem para o branco do papel e vejam a sua claridade como se fosse a luz que você viu pela primeira vez ao nascer. Continue olhando para o papel segurando-o agora com as duas mãos. Com os olhos da sua memória, recorde momentos da sua infância, como se fossem fotografias neste papel que seguram. Lembrem-se dos momentos felizes e prazerosos que viveram; das brincadeiras infantis, de como eram quando tinham 5 anos, 8 anos, 10 anos, 12... Da adolescência... Do corpo começando a se transformar,

do primeiro amor... Lembrem da escola, das pessoas que fizeram parte da infância e da adolescência, focalizando os momentos bons. Segurem o papel com uma só mão numa de suas extremidades e balancem a folha de papel; ouçam o barulho; este barulho representa os seus sons, suas falas e seus movimentos na infância e na adolescência. Percebam como eram agitadas, quanta energia que as movia, os sonhos que tinham e até as brigas que travaram para alcançar seus objetivos. Peguem a caneta. Vamos criar alguns símbolos para representar alguns de nossos sentimentos. [avisar que quem quiser pode escrever palavras]. Agora amasse o papel. Amasse bem até caber totalmente na sua mão. Desamasse o papel, abra-o novamente, observe as marcas que ficaram. Agora segure em uma das suas extremidades e balance-o novamente. O que vocês ouvem? Para onde foi todo aquele barulho? Pensem em vocês hoje. Às vezes deixamos de fazer barulho para não machucar outras pessoas ou mesmo porque perdemos a coragem de enfrentar determinadas situações e nos calamos. Nosso corpo e nossa pele começam a ficar marcados pelas experiências

positivas e negativas. Às vezes parece que perdemos a vontade de gritar, de lutar, de mudar. Mas, somos capazes de fazer mudanças! Somos capazes de traçar novos planos, novos projetos, novos sonhos! Somos capazes de fazer escolhas e de nos transformar. Olhe para as pessoas que compartilham este círculo. Quem são elas? Quais são suas experiências e expectativas para esse momento? Agora peguem o papel amassado e coloquem o dedo indicador no seu centro. Vista o seu dedo com o papel, amassando-o em torno do seu dedo, com a outra mão segure a base amassada no dedo e modele uma flor. Esta flor que agora segura representa a mudança que você quer fazer na sua vida ao escolher participar do Programa Mulheres Mil. Agora você vai trocá-la com alguém que está aqui também neste círculo. Só tem duas regras: a primeira, você pode trocar a flor quantas vezes quiser; a segunda, ao trocar sua flor, compartilhe um abraço (INFORMAÇÃO ORAL)

.

Após a narração, refletimos sobre a atividade, perguntando sobre a “viagem”; pensando nos momentos vividos, fossem eles bons ou não;

e questionando se as participantes estavam realmente dispostas a fazer mudanças em suas vidas. Comparamos o curso a ser iniciado com uma plantinha que deveria ser regada todos os dias para poder florescer (como o papel amassado que virou flor), e cada abraço recebido e partilhado como representante da união que começaram a construir a partir daquele momento.

Nessa perspectiva, apresentamos o plano de curso da disciplina intitulada “Mapa da vida”, abordando a ementa, os objetivos a serem alcançados e a metodologia utilizada. Explicamos o desafio a ser realizado na aula: elaborar o mapa da vida, ou seja, representar por meio de desenhos ou da escrita a sua trajetória de vida e o planejamento das metas profissionais. Para isso, norteamos a produção diante das seguintes questões: quais os principais fatos importantes de sua vida? Quais as pessoas significativas? Quais as rupturas e por que elas aconteceram? Destaque suas experiências na escola. Destaque suas experiências no mundo do trabalho. Qual é o seu sonho? Quais valores nortearam sua vida?

Essas questões contribuíram para que as alunas pensassem sobre suas trajetórias, selecionando os fatos que marcaram suas vidas. Ao elaborar o mapa da vida, as mulheres se inseriram no

processo de ressignificação de compreensão, pois “[...] o aluno só aprende significativamente quando é capaz de trazer o conhecimento para sua própria realidade.” (ROSA e MORESCHI, 2011, p. 13).

Portanto, a viagem pelo mapa da vida oportunizou o encontro intrapessoal das mulheres na busca pela compreensão de sua realidade, com vistas à ressignificação dos seus saberes para planejar suas metas pessoais, profissionais e acadêmicas a partir do reconhecimento do seu potencial para novas aventuras na construção do conhecimento que diz respeito às suas vidas como mulheres no contexto socioeconômico e cultural no qual se encontram.

VIAGEM PELO CURSO FIC EM COSTUREIRO

O Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Costureiro, na modalidade presencial, no âmbito do Programa Mulheres Mil, tem como objetivo geral propiciar qualificação profissional articulada ao eixo tecnológico Produção Cultural e *Design*. As egressas desenvolvem habilidades para modelar, cortar, costurar e montar peças completas do vestuário, aplicando as técnicas de costura para tecidos, observando o sentido do fio do tecido e a sequência operacional. Assim, as mulheres

com trajetórias de vida e experiências diferentes se sentem motivadas a almejam um projeto de vida que valoriza os aspectos humanos e o exercício da cidadania, dando continuidade aos estudos com vistas à elevação da escolaridade.

Esse curso atende às necessidades de profissionais da área, visto que no estado do Rio Grande do Norte encontramos empresas de confecção do vestuário e costureiras que atuam como trabalhadoras autônomas. Nesse contexto, o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada em Costureiro na modalidade presencial, no âmbito do Programa Mulheres Mil (2014, p. 09) afirma:

Para a confecção do vestuário de uma forma completa é importante ter conhecimentos não só sobre costura, mas de modelagem, enfiar, risco e corte. Ter o conhecimento técnico de modelagem favorece que a costureira se torne independente, deixando de apenas copiar moldes de revistas e passando a produzir suas próprias modelagens, aumentando de forma significativa seus ganhos. Para mulheres em condição de vulnerabilidade social, a qualificação profissional contribui diretamente para a autoestima e para o aumento da renda familiar.

Observamos, então, que esse curso na região seridoense busca atender às necessidades do desenvolvimento sustentável e contribui para que as mulheres possam inserir-se no mundo do trabalho de forma autônoma e empreendedora, ocupando espaços de inovação e tecnologia face às exigências para atuação profissional.

Na matriz curricular, temáticas como saúde da mulher; autoestima e relações interpessoais; gênero, cidadania e direitos da mulher; inclusão digital, entre outras instigam o processo de emancipação das mulheres que cômicas de seus direitos, deveres, de suas possibilidades e capacidades, buscarão a melhoria na qualidade de vida, tornando-se sujeitas ativas na construção de um novo itinerário de vida, ao “[...] redesenhar espaços e papeis de atuação em seu entorno social e colaborar para o desenvolvimento da sociedade” (IFRN, 2014, p. 08).

Dentre os objetivos específicos do curso, destacamos:

- Favorecer o acesso à tecnologia de informação e comunicação e o conhecimento sobre os direitos e saúde da mulher, ética, cidadania e segurança no trabalho, bem como a inserção social, mediante o desenvolvimento das relações humanas e orientações quanto

ao empreendedorismo, emprego formal e à economia solidária;

- Propiciar práticas profissionais de modo a qualificar as mulheres quanto ao projeto de confecções do vestuário básico masculino e/ou feminino; ao enfesto, risco e corte do tecido; e à operação de máquinas de costura na montagem de peças do vestuário, em conformidade a normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, meio ambiente e saúde.
- Promover o processo de ensino e aprendizagem fundamentado na integração curricular e de forma interdisciplinar, possibilitando que as mulheres atuem como sujeitas do seu próprio processo de aquisição de conhecimento.
- Possibilitar às estudantes oportunidades de relacionar os novos conhecimentos com suas experiências cotidianas, de modo a situá-las em diferentes momentos de suas vidas (IFRN, 2014, p. 10).

Nessa perspectiva, o curso FIC em Costureiro consiste na oferta de uma educação profissional articulada com a formação humana, oportunizando às alunas vivências inter e intrapessoais que desenvolvem seu potencial para potencializar

a busca de conquistas pessoais, profissionais e acadêmicas.

Para isso, a egressa do curso de costureiro deverá saber utilizar as linguagens matemática e textual, bem como os conhecimentos tecnológicos e socioeconômicos, administrando ações que consolidem o papel da mulher na sociedade atual. Isso implica no exercício da cidadania e na sua inclusão no mundo do trabalho, tendo uma atitude ética e percebendo a importância do trabalho em equipe, para que possa desempenhar com autonomia, criatividade e responsabilidade suas competências e habilidades.

As diretrizes pedagógicas que norteiam o curso FIC em Costureiro têm como premissa a aprendizagem como um processo de construção do conhecimento, valorizando os conhecimentos das estudantes nas diversas dimensões de sua experiência de vida e as articulando com os conhecimentos acadêmicos. Nesse processo, a avaliação da aprendizagem assume uma prática diagnóstica e processual, com ênfase nos aspectos qualitativos.

A metodologia se baseia em propostas diversificadas, problematizando e contextualizando as temáticas que perpassam a formação profissional e humana das mulheres, desafiando-as a

serem sujeitas do processo de ensino e aprendizagem, com vistas à sua participação ativa e à ressignificação de conceitos e práticas que fizeram parte delas ao longo de suas vidas. Além disso, de acordo com suas percepções e conclusões, podem mudá-las e transformá-las a partir dos novos conhecimentos. Assim,

Uma proposta direcionada para a formação humana precisa englobar três perspectivas: a individual, por valorizar os saberes e trajetórias de vida de cada mulher; o mundo do trabalho, por ser instrumento de certificação de experiências e por ter caráter formativo e humanizador e a educacional, visto agregar valores ao processo de aprendizagem em um itinerário formativo planejado (IFRN, 2014, p. 16).

Portanto, o curso FIC em Costureiro no *campus* Caicó/IFRN, no âmbito do Programa Mulheres Mil, apresenta uma proposta educacional que oportuniza às mulheres uma perspectiva de mudança, tendo em vista a formação humana integral, para o exercício da cidadania em consonância com a produção e a socialização do conhecimento.

VIAGEM PELOS MAPAS DE VIDA DAS MULHERES

Chegamos agora no ápice de nossas narrativas. O que as mulheres falaram sobre suas vidas e metas para o futuro? Quais suas perspectivas em relação ao curso? Que compromissos são assumidos diante de suas trajetórias de vida? Como compreendem a si mesmas e às suas novas colegas? O que identificam de similaridades e diferenças em suas histórias?

A socialização dos mapas de vidas das mulheres acontece de forma voluntária. Primeiramente, iniciamos com o poema de Pedro Bandeira intitulado “Quem sou eu?”. O poema valoriza cada pessoa na sua individualidade, como ser humano, na sua cultura, sua forma de ser e de pensar. Essa atividade é essencial diante das discussões evidenciadas, pois as mulheres se sentem motivadas a compartilhar suas experiências de vida e sentem valorizadas como indivíduos únicos e capazes de ampliar suas potencialidades e possibilidades de mudança.

QUEM SOU EU?

Pedro Bandeira

Eu às vezes não entendo!
As pessoas em um jeito

De falar de todo mundo
Que não deve ser direito.

Aí eu fico pensando
Que isso não está bem.
As pessoas são quem são,
Ou são o que elas têm?

Eu queria que comigo
Fosse tudo diferente.
Se alguém pensasse em mim,
Soubesse que eu sou gente.

Falasse do que eu penso,
Lembrasse do que eu falo,
Pensasse no que eu faço
Soubesse por que me calo!

Porque eu não sou

o que visto.
Eu sou do jeito que estou!
Não sou também

o que eu tenho.
Eu sou mesmo quem eu sou!

Nesse momento, as participantes vão apresentando seus mapas de vida. Umhas dispostas a falarem, outras tímidas e objetivas. Momentos de emoção, de risos, de choros, mas essencialmente de rupturas com conceitos que foram estabelecidos para sua vida por outros, percebendo que podem pactuar com elas mesmas novas metas para suas vidas, agora como protagonistas dessa trajetória.

Eu me senti muito bem, porque revivi momentos importantes da minha infância, adolescência e outros momentos da minha vida, junto com as outras colegas do curso. Espero ter uma qualidade de vida melhor. Trabalhar para ter o meu próprio dinheiro. Ouvindo as histórias das colegas, passamos a ver nossas vidas com olhos diferentes (VIOLETA, INFORMAÇÃO ORAL).

Observamos nesse relato da aluna Violeta sentimentos que eclodiram no resgate de sua memória sobre as fases de sua vida. Além disso, a interação entre as colegas leva cada aluna a refletir sobre sua própria história, realizando uma releitura de sua própria vida e estabelecendo metas para novas conquistas.

[...] mulher é protagonista da sua história de vida e, conseqüentemente, da história de sua família, da escola e da comunidade em que está inserida e que a escola é protagonista de processos pedagógicos que contribuem nos processos de construção do projeto de conhecimento pessoal e institucional. (BRUN e BECKER, 2016, p. 20)

Nessa perspectiva, a disciplina Mapa da Vida oportuniza às alunas pensarem sobre seus objetivos nessa nova fase de sua vida, reconhecendo

seu papel como autoras desse processo, que se constitui como pessoal, profissional e acadêmico, permitindo-lhes ousar e compreenderem a si mesmas, numa jornada cuja condução está em suas mãos e que pode suscitar a liberdade de construir novos conhecimentos.

Sinto-me privilegiada, pois foram tantas histórias compartilhadas e em cada uma delas se conta como foram suas trajetórias de vida, sendo ela feliz ou triste. Também fiquei bastante emocionada, pois estamos tratando de pessoas que tiveram situações difíceis e ao lembrar, compartilhar, então nos colocamos no lugar dessas pessoas e isso me emocionou muito. Em relação às expectativas do curso, são as melhores possíveis, considerando que busco sempre aprender coisas novas. Espero adquirir todo o conhecimento passado pelos professores e também por minhas colegas de turma, e, assim, ao término do curso estarei confeccionando minhas próprias roupas (DÁLIA, INFORMAÇÃO ORAL).

Nesse relato, observamos as relações inter e intrapessoais se afluindo na percepção da aluna que, diante das trajetórias de vida caracterizadas como felizes ou tristes, consegue se colocar no lugar da outra colega, compreendendo essas realidades como possibilidades de aprendizagens

e mudanças para sua vida.

Sendo assim, a busca de autonomia se revela quando acredita no seu potencial de confeccionar suas próprias roupas, como ilustra o mapa da vida de Camélia.

Imagem 1 – Mapa da vida de Camélia



Fonte: dados da pesquisa.

Isso é o que Hortênci deseja: “ter uma profissão e poder ter meu próprio negócio e levar para toda a vida essa experiência”. Ao estabelecer metas, as mulheres marcam suas vidas diante de expectativas reais, visto que o curso de costureiro lhes oportunizará vivências sobre empreendedorismo para elaboração do plano de negócio e sua

execução com vistas à geração de renda.

Senti-me uma pessoa renovada, importante, uma sensação de liberdade, paz interior, feliz, fortalecida, vontade de sorrir e acreditar que também o futuro me sorri diante das dificuldades, além de me sentir capaz de enfrentar tudo de cabeça erguida. Nós somos grandes guerreiras da vida e que temos todos os direitos de lutar por uma vida melhor. Descobri que o conhecimento das coisas e de pessoas é muito importante na vida da gente e são muitas descobertas que faremos no decorrer do tempo (MAGNÓLIA, INFORMAÇÃO ORAL).

Reconhecer a capacidade de aumentar sua própria autoestima evidencia, nessa aluna, sentimentos de renovação e liberdade para conhecer e realizar ações que superem suas dificuldades, não baseados em idiossincrasias, mas eminentemente em sólidos conhecimentos que lhe deem o direito de lutar, compreender e buscar reinventar sua própria vida.

Imagem 1 – Mapa da vida de Jasmim



Fonte: dados da pesquisa.

Para Jasmim, ao compreender o contexto em que está inserida na sociedade, a mulher atribui valores de sua existência nessa realidade e as reflete nas suas responsabilidades, com vistas a ampliar suas potencialidades de mudanças e necessidades de reconstruir marcos para sua vida que sejam possíveis de realizar. Assim,

O processo de construção do Mapa da Vida, fundado em narrativas autobiográficas, provoca a reflexão sobre os processos gnosiológicos, experienciados ao longo da vida, condicionados por fatores culturais, políticos, sociais, religiosos, econômicos e ambientais (BRUN e BECKER, 2016, p. 21).

Nesse sentido, a construção do mapa da vida implica numa experiência singular para a mulher que o cria, as demais alunas e os profissionais envolvidos no programa, ampliando as percepções de todos no processo de reconstrução do conhecimento. Além disso, oportuniza a todas as mulheres caminhos diversos para delinear novas trajetórias para suas vidas.

A elaboração do mapa da vida propiciou às alunas o reconhecimento da necessidade de estabelecer metas. Isso é importante, pois as ajuda a perseverar, mesmo diante das dificuldades, e concluir o curso. Para Margarida, “no nosso mapa da vida, tivemos a oportunidade de conhecer um pouco da história de cada uma. Minhas expectativas aumentaram, agora tenho certeza que vou concluir este curso” (INFORMAÇÃO ORAL).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia do Programa Mulheres Mil baseada na abordagem do “Acesso, Permanência e Êxito” favorece a entrada da mulher no curso FIC em Costureiro ofertado pelo IFRN, tendo como premissa a identificação da vulnerabilidade socioeconômica e psicológica das mulheres. A partir disso, o acompanhamento da estudante pela equi-

pe multidisciplinar durante o curso busca apoiá-las nos sentidos psicológico, social e pedagógico.

Nessa perspectiva, são desenvolvidas ações multidisciplinares para estimular as alunas a buscarem superar suas dificuldades, propiciando, na instituição, um ambiente acolhedor que oportunize experiências exitosas capazes de motivá-las a permanecerem no curso e alcançarem suas metas como mulheres, investindo em sua ascensão acadêmica e conseqüentemente profissional e social.

Reconhecendo-se como sujeitas, as alunas aumentam sua autoestima, empoderam-se dos seus direitos e buscam sua autonomia na tomada de decisão para transformar suas vidas, a fim de elevarem sua escolaridade e melhorarem suas condições de inserção no mundo do trabalho.

Diante desses aspectos, a experiência com o mapa da vida incentiva as alunas a estabelecerem metas a partir de suas próprias realidades, com vistas a ressignificar suas vidas num processo contínuo de superação das dificuldades e de percepção da construção de suas próprias histórias nesse momento de ruptura com seus próprios desejos, anseios e experiências de vida.

Nesse sentido, Freire (2006, p. 124) afirma:

Ninguém pode conhecer por mim assim como não posso conhecer pelo aluno. O que posso e o que devo fazer é, na perspectiva progressista em que me acho, ao ensinar-lhe certo conteúdo, desafiá-lo a que se vá percebendo na e pela própria prática, sujeito capaz de saber. [...] ajudá-lo a reconhecer-se como arquiteto de sua própria prática cognoscitiva.

O Programa Mulheres Mil no *campus* Caicó busca materializar a função social do IFRN, comprometida com a formação humana e profissional (IFRN, 2012). Para isso, o instituto articula parcerias e ações gestionárias com o intuito de ofertar educação de qualidade às mulheres, para que construam novos conhecimentos e se encorajem a transformarem sua realidade na busca da justiça e da igualdade social.

A formação da mulher, nesse sentido, pressupõe, segundo Luck (2002, p. 83), que a finalidade da educação:

[...] alcance níveis cada vez mais competentes de integração das dimensões básicas - o eu e o mundo - a fim de que seja capaz de resolver-se, resolvendo os problemas globais e complexos que a vida lhe apresenta, e que seja capaz também de, produzindo conhecimentos, contribuir para a renovação da so-

cidade e a resolução de problemas com que diversos grupos sociais se defrontam (LUCK, 2002, p. 83).

Portanto, a viagem proporcionada pelo mapa da vida se conclui com releituras sobre a nossa capacidade de desejar, de amar, de se reinventar e de registrar as experiências de autocohecimento através das atividades realizadas na sala de aula, utilizando os vídeos, as músicas, as leituras dos poemas e os nossos mapas da vida, relatando nossas impressões, nossos sentimentos e as expectativas quanto à participação no Programa Mulheres Mil.

REFERÊNCIAS

BRUN, Marli; BECKER, Márcia Regina. A metodologia “Mapa da Vida” como experiência formadora de construção da justiça de gênero na escola. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO. **Anais**. São Leopoldo: EST, v. 4, 2016, p. 14-30.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional em Costureiro**. Natal: IFRN, 2014.

IFRN. **Projeto Político Pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva. Natal: IFRN, 2012.

LUCK, Heloisa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. 10^a ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROSA, Stela Márcia Moreira; MORESCHI, Márcia. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Programa Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Brasília: SETEC/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2012.



CAPÍTULO 4

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA NO PROGRAMA MULHERES MIL

Maria José de Oliveira⁸

IFRN-campus Caicó

Felipe Garcia de Medeiros⁹

IFRN-campus Caicó

INTRODUÇÃO

O Programa Mulheres Mil tem como obje-

8 Maria José de Oliveira é doutora em Linguística (UFPB) e mestra em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, 2009). Possui especialização em Pesquisa pela Fundação Francisco Mascarenhas, em convênio com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente é professora de Língua Portuguesa do IFRN-*campus* Caicó. Trabalha com pesquisas na área da Linguística funcional e conectores.

9 Felipe Garcia de Medeiros é graduado em Letras pela UFRN e mestre em literatura comparada pela mesma instituição, onde defendeu o trabalho sobre expressões do homoeotismo em Fernando Pessoa. Professor de Português e Literaturas do IFRN, lotado no *campus* Caicó, com experiência em gêneros textuais, literatura e ensino, é pesquisador na área de literatura e estudos culturais (nos eixos temáticos modernidade e pós-modernidade – tópicos de poesia e prosa).

tivo elevar a escolaridade profissional das alunas envolvidas, bem como contribuir para a inserção no mundo do trabalho dessas mulheres jovens e adultas que se enquadram em um perfil de vulnerabilidade, tanto do ponto de vista econômico como social. É um programa que vem sendo desenvolvido por escolas da rede federal, como os institutos federais de todo o Brasil, e representa um desafio para os educadores, já que requer o acolhimento de um público que, geralmente, está sem acesso aos bancos escolares há algum tempo.

Desse modo, neste trabalho, a proposta é registrar uma experiência vivenciada por professores de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-*campus* Caicó, especificamente voltada para o processo de ensino-aprendizagem de mulheres matriculadas no curso Mulheres Mil.

Convém ressaltar que o trabalho com esse grupo de mulheres vem sendo um desafio maior para os educadores, uma vez que se percebe a necessidade de se estabelecer metodologias de adequação e respeito às aprendizagens não formais, a partir de um conhecimento prévio vivenciado pelas participantes. Isso porque, em geral, elas trazem um manancial de conhecimento construído em um mundo experiencial de um laboratório

empírico multicultural, tornando árdua a tarefa de difusão do conhecimento formal proposto pelas escolas.

Por isso, justifica-se a necessidade de relatar experiências dessa natureza, tendo em vista que cada experiência vivida pelos educadores traz descobertas significativas para o processo de ensino-aprendizagem desse público.

O trabalho se organiza em quatro partes, além desta introdução: referencial teórico: gêneros textuais e gêneros textuais na sala de aula; relato de experiência I; relato de experiência II; e considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse tópico, comenta-se sobre os pontos de referência que embasam o registro de experiência.

Os gêneros textuais

O relato de experiência em pauta se assenta em uma experiência registrada por professores de Língua Portuguesa do IFRN-*campus* Caicó. Esses profissionais organizaram um trabalho para abordar a língua a partir de sequências didáticas que

priorizam a aprendizagem de gêneros textuais, levando-se em consideração aqueles que oferecem dificuldades mais simples para progressivamente se chegar aos mais formais.

Para esclarecer melhor a experiência, é mister discutir conceitos que dizem respeito às perspectivas basilares para engendrar tal planejamento. Pensando-se em estudos e pesquisas nesse sentido, adotou-se a linha bakhtiniana de estudo dos gêneros textuais, mesclado por estudos de Marcuschi (2008).

Para Bakhtin (1997), os gêneros discursivos são conceituados como tipos *relativamente* estáveis de enunciado que são organizados por uma composição, um tema (ou conteúdo temático) e um estilo próprios.

De acordo com o pensamento do autor,

Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma **forma padrão** e relativamente estável de **estruturação de um todo**. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). **Na prática**, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência **teórica** [...] (BAKHTIN, 1997, p. 35, grifos do autor).

Diante do exposto, a nossa comunicação acontece sempre através de um gênero textual/discursivo, em relação ao qual podemos ter domínio ou desconhecimento.

A respeito do tema, Marcuschi (2008, p. 155) considera que os gêneros textuais/discursivos:

São os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Desse modo, percebe-se que o gênero não pode ser considerado estático, nem pode ser visto de forma estanque, descontextualizada, uma vez que ele se materializa no próprio ato de comunicação ou contexto situacional, embora obedeça a certos padrões normativos sociais de função, estilo e composição, como atesta Bakhtin:

Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo de

fala, se tivéssemos que construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível (BAKHTIN, 1997, p. 302).

Pensando nessa direção, o trabalho com os gêneros demanda uma série de atividades contextualizadas, as quais devem considerar textos produzidos em eventos de fala, cuja formatação já está automatizada na mente dos falantes/ouvintes, uma vez que se percebe que eles apresentam suas peculiaridades, porém conservam certas regularidades em suas formas e funções. Obviamente, essas regularidades são necessárias para o sucesso da comunicação verbal, haja vista a percepção de que nosso sistema não suportaria a criação de gêneros novos que não partissem de experiências prévias construídas nas nossas histórias sociais. Em consequência disso, necessita-se de sua ampliação para atender a grande variedade de ações desenvolvidas no nosso dia a dia.

Nesse âmbito, o trabalho com os gêneros deve ser mais voltado para as suas similaridades organizacionais e funcionais. E sob o ponto de vista bakhtiniano, um gênero assim se caracteriza:

- Por uma forma de composição e um plano composicional;

- Por um conteúdo temático e pelo estilo;
- Por ser uma entidade escolhida de acordo com as necessidades temáticas, o conjunto de participantes, a vontade enunciativa ou a intenção do locutor.

Assim sendo, pode-se sumarizar que, no gênero, combinam-se o conteúdo temático, o propósito comunicativo, o estilo e a composição, componentes que precisam ser explorados e melhor trabalhados no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. Baseando-se nessas definições de língua (inserida em interações sociais concretas e, por isso, permeada de escolhas, estilos e composições), pode-se dizer que os gêneros textuais são os diversos enunciados que circundam a nossa vida, nos contextos formais ou informais.

A esse respeito, é válido asseverar que para Marcuschi (2008) é impossível não se comunicar por algum gênero, assim como é também impossível não se comunicar verbalmente por algum texto. Nesse âmbito, a comunicação se realiza necessariamente através de algum texto, cujo conceito se constrói na própria interação comunicativa.

Considerando tal perspectiva, ao interagir

no mundo social, promove-se uma organização interna do gênero, que, por sua vez, não existe de forma isolada, em vista de depender dos fatores ligados ao texto em funcionamento.

Em se tratando de gênero textuais, convém se considerar que há uma relação estreita entre gênero e tipo discursivo, porém o reconhecimento de um não anula o efeito do outro. Logo, optou-se também por discutir aqui o uso dos gêneros textuais/discursivos¹⁰ e tipos discursivos, haja vista a compreensão de que textos se caracterizam como sequências linguísticas que podem operar em muitos tipos de gêneros, como defende Marcuschi (2008). Para ele,

tipo textual designa uma espécie de construção teórica (em geral uma sequência subjacente aos textos) definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo}. O tipo caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas (sequências retóricas) do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais. Em geral, *os tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de catego-

10 Não se faz distinção aqui entre gêneros discursivos e gêneros textuais. Os dois são usados como equivalentes.

rias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção [...] Quando predomina um modo num dado texto concreto, dizemos que esse é um texto *argumentativo* ou *narrativo* ou *expositivo* ou *descritivo* ou *injuntivo* (MARCUSCHI, 2008, p. 154-155, grifos do autor).

Logo, observa-se que o autor aposta na crença de que os tipos textuais abrangem cinco categorias, conhecidas como narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. São, por isso, modos textuais. Já os gêneros textuais referem-se a textos materializados em situações comunicativas recorrentes e constituem listagens abertas¹¹.

Diante dessas definições, percebe-se que a diferença entre gênero e tipo está na composição do texto e na maneira como ele se apresenta, atentando para os aspectos formais, linguísticos, semânticos e pragmáticos. Dessa forma, os gêneros e os tipos são termos que, apesar de diferentes, se complementam e se integram quando o texto está acontecendo.

Outra questão que ainda merece discus-

11 Segundo Marcuschi (2008), seriam exemplos de gêneros textuais: telefonema, sermão, carta comercial, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, entre outros.

são em relação aos gêneros é a heterogeneidade tipológica dos textos, visto que a nossa sociedade é muito complexa e, por isso mesmo, nela se produzem discursos mistos que se constituem de várias sequências ao mesmo tempo. Ao trabalhar com os gêneros, deve-se atentar para questões de heterogeneidade tipológica, como também de intergenericidade, ou seja, da mistura de gêneros diversos em um mesmo texto.

É relevante destacar, ainda, que todo o trabalho nessa perspectiva deve partir dos gêneros mais simples para os mais complexos e da oralidade para a escrita, mediante um processo gradual de aprendizagem. Por isso, a seguir se discute e se defende um estudo dos gêneros em sala de aula, baseado em uma proposta de organização de sequências didáticas semelhante ao trabalho de Dolz e Scheneuwly (2004), como também em documentos oficiais da educação nacional.

OS GÊNEROS TEXTUAIS NA SALA DE AULA

Levando em consideração o trabalho de alguns autores como Dolz e Scheneuwly (2004), defende-se que o trabalho com os gêneros em sala de aula deve partir da organização de sequências didáticas.

De acordo com os estudiosos citados, a sequência didática é conceituada como “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (DOLZ; SCHENEUWLY, 2004, p.25).

As atividades que envolvem sequências didáticas podem ser assim sintetizadas:

I- **Apresentação da situação:** situação, modalidade (escrita, oral); dimensões: projeto coletivo (gênero, para quem, para que suporte; conteúdos, sobre o que falarão, leitura de exemplares do gênero a ser realizado, aspectos da organização do gênero.

II- **A primeira produção** (esboço geral – pode ser individual ou coletivo).

Para os casos de insucessos, sugere-se o trabalho com módulos:

Módulo 1: trabalhar o problema (como foi a representação da situação de comunicação – destinatários, objetivos, gênero, modalidade); a elaboração dos conteúdos; e o planejamento do texto (ordem

estrutural adequada); observar a seleção lexical ligada a esse nível semântico da expressão; **Módulo 2:** exercícios para identificar se o gênero foi bem produzido, transformar sequências. Variar o texto em algum dos seus aspectos; **Módulo 3:** fase da linguagem técnica; **Módulo 4:** Produção final.

Dessa forma, para que esses aspectos produzam efeitos na prática pedagógica, acredita-se que estratégias devem ser moldadas com base na visão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001), os quais definem como objetivo de ensino das línguas desenvolver no aluno os domínios da expressão oral e escrita em situações funcionais.

Desse modo, foi possível perceber que as alunas passaram a dominar novos gêneros e conhecimentos, o que pode corroborar com as palavras de Bentes (2008):

O domínio dos diferentes gêneros pode auxiliar o aluno a ser o legítimo “dono” de sua fala, ou seja, pode levar o aluno a ocupar, com maior consciência, os diferentes lugares a partir dos

quais pode falar e escrever. Além disso, o aluno, a partir de um trabalho com diferentes gêneros textuais, poderá tanto exercitar a reprodução dos gêneros, como também poderá reinventá-la por meio do exercício de práticas de linguagem significativas proporcionadas na/pela escola, durante as atividades de ensino/aprendizagem de língua portuguesa e outras disciplinas (BENTES, 2008, p. 93).

Sendo assim, resolveu-se adotar modelos de atividades de ensino-aprendizagem baseadas nas teorias acima expostas, com adaptações, na expectativa de que mediante um trabalho de escolhas de gêneros mais simples, as discentes pudessem se sentir possuidoras da sua fala e pudessem penetrar nos mais diversos ambientes sociais com aceitação e sem receios de sofrer preconceitos.

Os relatos de experiência

Tomando-se por base a teoria acima, desenvolveu-se um trabalho de Língua Portuguesa para se trabalhar com as Mulheres Mil, a partir de sequências didáticas, tomando-se por base a noção de sequência, na medida em que ela é útil para trabalhar os gêneros com os quais se imagina que

o público-alvo, os seja, as mulheres em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo programa, possam se identificar, partindo-se sempre de gêneros orais para os gêneros escritos, como também de gêneros mais simples para os mais complexos. Vale ressaltar a adaptação necessária dos métodos descritos no referencial teórico, em seus objetivos e etapas, em vista da existência de muitas peculiaridades do público objeto de estudo.

Dessa forma, planejou-se um trabalho, elegendo-se para aplicação em sala de aula os gêneros textuais diversos, tais como histórias de vida, canção, poesia, anúncios, mapas conceituais, entre outros, priorizando-se, a princípio, o trabalho com a oralidade e com temas relacionados à questão do papel da mulher na sociedade e no trabalho. A seguir, pode-se ler, na íntegra, dois relatos de professores.

RELATO I

Este relato diz respeito a uma experiência vivenciada no Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte-*campus* Caicó, em relação mais especificamente à disciplina de Língua Portuguesa, no ano de 2019, cuja docência estava sob o comando da professora Maria José de Oliveira.

Inicialmente, promoveu-se uma atividade a partir do gênero história de vida, momento no qual cada cursista foi estimulada a contar, voluntariamente, a sua história de vida, procurando justificar o seu interesse e sua inserção no grupo de alunas do Programa Mulheres Mil. Em um segundo momento, as alunas foram incentivadas a escrever a sua história para publicar no mural do projeto. A esse respeito, ressalta-se que a maioria delas se sentiu motivada a cumprir a tarefa, uma vez que, segundo observado, encontraram um ambiente propício e acolhedor para socializarem e compartilhar suas histórias, cujos conteúdos tinham em comum a superação de momentos difíceis e a esperança de crescimento pessoal. O ambiente era uma sala de aula, com carteiras organizadas em círculo, com almofadas e um ar descontraído. Acredita-se que elas se sentiram à vontade para lançarem os seus gritos e abrirem os livros de suas histórias porque foram ouvidas e valorizadas como mulheres que saem do anonimato. Tal atividade foi, pois, considerada produtiva, tendo em vista que além de “quebrar o gelo” e desmistificar o ambiente sisudo que transpassa a escola e a aprendizagem formal, possibilitou à professora traçar o perfil da turma e romper paradigmas relacionados ao medo de se expressar em sala de aula.

Dando continuidade ao curso, o professor fez uma exposição sobre os gêneros textuais do dia a dia, criando uma oficina composta por exemplares de vários textos, como receitas, músicas, recortes de jornais com notícias, anúncios, cartas, bilhetes e outros, no propósito de explicar que na vida diária nós convivemos com os mais diversos tipos de textos, os quais são produzidos a todo momento nas várias situações de comunicação com as quais nos envolvemos. Essa atividade rendeu efeitos positivos de interesse e compreensão, tendo em vista que o trabalho prático favoreceu a compreensão dos conceitos advindos da temática em questão.

Na ocasião, também se trabalhou a variação linguística, através de uma exposição simples de exemplos de falas de pessoas de diversos níveis sociais e de escolaridade (gênero conversa), propondo expor às alunas que a nossa língua é dada a variações e que cada situação pede uma modalidade de uso linguístico, no intuito de convencê-las de que todas as formas de linguagem apresentam seus valores e devem ser respeitadas. Isso pode ser explicado pela replicação das palavras de Marcuschi (2008, p. 213), para quem “ se devem criar situações reais com contextos que permitam reproduzir em grandes linhas e no de-

talhe a situação concreta de produção textual incluindo sua circulação, ou seja, com atenção para o processo de relação entre produtores e receptores". Assim sendo, ao se permitir criar as possibilidades de interação, simulando-se um diálogo entre produtores e receptores, acredita-se que as discentes compreenderam de forma mais significativa o assunto, assim como mostraram-se envolvidas na atividade.

Por isso, em ato posterior à exposição, o professor propôs a elas uma atividade de simulação de situações de falas diversas, as quais foram dramatizadas em sala pelas discentes, organizadas em grupos. As conversas simuladas foram entre uma empresária e uma costureira; uma costureira e seu cliente; uma costureira e seu chefe; e uma costureira e uma autoridade oficial.

A prática se revelou muito atrativa, haja vista que as cursistas, além de se sentirem atrizes, puderam vivenciar possíveis situações futuras do seu ambiente de trabalho, fato que provocou a curiosidade, o empenho e, conseqüentemente, um bom resultado de aprendizagem da maioria das participantes, uma vez que elas tiveram contato com o gênero, o produziram e o refizeram para corrigir os insucessos.

Na seqüência, foram propostas atividades

a partir de outros gêneros textuais mais simples, objetivando a inserção de novos gêneros no percurso formativo das envolvidas. Nessa perspectiva, desenvolveram-se exercícios elegendo o gênero canção. Para tanto, o professor apresentou algumas canções, as quais foram ouvidas em aula e logo após foram debatidas, através da organização de uma roda de conversa, onde voluntariamente cada uma fez uma apreciação sobre a letra da canção “Maria Maria”, de Fernando Brant e Milton Nascimento, composta no final dos anos de 1970:

Maria, Maria
É um dom,
Uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta
[...]

A canção possibilitou às mulheres fazerem uma análise do papel da mulher na sociedade, a qual se oferece como uma reflexão instigante e oportuna, em vista de tratar de força, de coragem, de fé e de amor. Ao ouvir a melodia, as alunas foram sensibilizadas a falarem também de canções que marcaram suas vidas. Depois da fase de orali-

dade, criou-se um mural em que todas escreveram estrofes de suas músicas preferidas, unindo assim o ler, o falar e o escrever. Dado o fato de esta ser uma atividade com canções, e por isso envolvente, o momento transcorreu de forma muito participativa, transbordante de gracejos e participações fartas, também pelo fato de ser um gênero simples e mais presente no cotidiano do público-alvo, que se sentiu homologado pela canção.

Ainda dando continuidade às ações do curso, foi a vez de se introduzir o gênero anúncio, considerando que este poderia ser útil para a clientela quando precisassem vender seus produtos. Assim, o professor desenvolveu uma atividade, trazendo para a sala várias revistas do ramo da moda (vale explicar que as cursistas estavam fazendo o curso de corte e costura), as quais foram espalhadas pelo chão da sala e, em seguida, as alunas foram instruídas a procurarem anúncios interessantes para apresentarem oralmente na sala. Em um segundo momento, receberam revistas para recorte, cartolinas, lápis hidrocor e tesouras a fim de que, então, pudessem produzir os seus anúncios. Para isso, deveriam simular uma situação em que estivessem na posição de criadoras de uma peça-produto, e desse modo, deveriam criar o anúncio do respectivo item.

Essa etapa de estudo também apresentou resultados positivos, haja vista que as estudantes se mostraram motivadas e entusiasmadas para fazer a atividade e a socializarem em sala para o professor e as colegas. Avançada essa fase, elas expuseram as suas produções na sala do projeto, novamente desenvolvendo as habilidades de ler, falar e escrever, corroborando-se o pensamento de Marcuschi (2008, p. 216) de que “não privilegia umas das duas modalidades e as vê integradamente e num grau ascendente de dificuldades”.

Desse modo, a escolha dos gêneros e das atividades possibilitou às alunas momentos de reflexão, a abertura para o contato com a diversidade e o respeito às diferenças, favorecendo o desenvolvimento da competência comunicativa de saber adequar a linguagem às diferentes situações e desmistificando o estudo da língua, cujo propósito pode ser baseado em saberes sobre o mundo, em uma proposta contextualizada e interativa.

RELATO II:

Este segundo relato de experiência apresenta uma síntese das atividades feitas no Programa Mulheres Mil no ano de 2019, cujo responsável foi o professor Felipe Garcia de Medeiros.

Pensou-se em como discutir e apresentar conteúdos de Língua Portuguesa com estudantes que há muitos anos estavam longe da sala de aula. Algumas mulheres, oriundas de contextos bastante carentes, algumas com o ensino fundamental incompleto, e até mesmo semialfabetizadas, tinham grandes dificuldades para estudar e compreender os processos formais que envolvem a estrutura de uma língua. A experiência que, praticamente, todas tiveram foi de um ensino focado na gramática, excludente, eliminando as possibilidades de essas mulheres explorarem suas competências comunicativas com êxito, visto que o conjunto da língua é muito mais amplo e abrangente que suas denominações gramaticais.

Para recebê-las, a ideia nos primeiros encontros da disciplina foi, portanto, de desfazer alguns preconceitos e crenças em torno da própria língua que elas falavam, através da qual se expressavam, e utilizavam – fosse de forma oral ou escrita – diariamente. Nesse sentido, Marcos Bagno foi fundamental na construção de um saber mais coerente com a dinâmica e razão de ser de uma língua, ao elaborar, em *Mitologia do preconceito linguístico*, uma série de mitos que acabaram se tornando verdades distorcidas para professores e alunos em relação ao estudo e aprendizado da

língua materna. A discussão, bastante produtiva, baseada no diálogo e na interação, mostrou que elas ainda guardavam traumas do passado em relação à própria língua, por causa da estreiteza do trabalho em sala de aula com uma gramática descontextualizada, munida de regras herméticas ou incompreensíveis, feitas para punir e expor que o falante nativo de uma língua não sabe a própria língua que domina. O diagnóstico de Bagno é cabal a respeito desse descaso:

O espaço social deixado vago pela inexistência de uma política linguística oficial, de âmbito nacional, acaba sendo ocupado, infelizmente, por uma política linguística difusa, confusa e retrógrada, justamente aquela praticada de modo repressor, persecutório e cientificamente desinformado pelas diversas instâncias da sociedade que, de um modo ou de outro, se interessam pela questão da(s) língua(s): a pedagogia tradicional, os meios de comunicação de massa, poderes executivos e/ou legislativos estaduais e municipais etc. (BAGNO, 2015, p. 24).

Fazê-las ver a própria língua por uma nova perspectiva, significativa e inclusiva, desfazer es-

sas amarras lacerantes, destravou os primeiros complexos em torno dos reais problemas com a disciplina de Língua portuguesa que elas tiveram ao longo dos anos, sem ter a clara ou justa consciência do que precisavam de fato, como boa parte dos estudantes que passam por essa experiência traumática com português: a falta de leitura e incentivo à leitura, sobretudo literária, bem como a diminuta prática ou contato com a escrita, sendo esta restrita às provas, com suas questões discursivas, ou até mesmo a um único gênero textual, a redação escolar e, por fim, o trabalho insistente com uma gramática descontextualizada, portanto, extremamente precário, como atesta Irandé Antunes, em *Gramática contextualizada*:

O trabalho pedagógico com a linguagem, portanto, não pode afastar-se dessas concepções e concentrar-se em atividades de mera identificação de categorias linguísticas, em atividades que, na prática, não tenham uma finalidade comunicativa específica, não tenham em vista um determinado interlocutor, inserido em certo contexto e, que, por isso mesmo, não se conformem a nenhum gênero, oral ou escrito, ou a nenhum suporte (ANTUNES, 2014, p. 24).

A partir dessa sequência didática inicial, a

turma do Programa Mulheres Mil compreendeu que uma língua é algo muito mais complexo, diversificado e significativo do que apenas o seu órgão interno, a gramática, que também tem seu espaço e relevância, desde que seja utilizada de maneira contextualizada e significativa, como atestou Antunes. Elas comentaram que a leitura era praticamente inexistente no período escolar, reduzida apenas a trechos de textos ou questões de provas, e a escrita também, na mesma esteira, bem como a oralidade silenciada na rotina regular da escola. O seminário era um gênero desconhecido das mulheres, que relataram não saber como se fazer um, pois os professores cobravam, mas não explicavam o gênero, mostrando as etapas e todo o processo, apenas passando a tarefa, e no fatídico dia da apresentação, algumas delas nervosas e despreparadas se restringiam apenas à leitura de papéis na mão, sendo, portanto, ineficaz uma atividade proposta em sala de aula – tão importante e fundamental para o aperfeiçoamento da oralidade dos estudantes.

Para fazer jus à nova perspectiva apresentada, o gênero mapa conceitual foi apresentado para que elas pudessem construir um cujo tema central era “Família”. Ao considerar esse contexto, depois de terem visto a explicação sobre esse gê-

nero e como deveria ser a produção textual, além de alguns exemplos diversificados, elas se animaram e estavam dispostas a produzir seus mapas para provar – e elas mesmas se convencerem – de que não há nenhum assombro em relação ao conhecimento que elas têm sobre a própria língua, ou seja, as mulheres iriam pôr em prática a discussão inicial de que a língua faz parte de nossa vida – e ela pode ser trabalhada de maneira contextualizada e produtiva em sala de aula.

A proposta consistia, pois, em: dividi-las em grupos de cinco, o que totalizou em cinco grupos com seis mulheres; cada um deles iria produzir, com lápis de diversas cores e cartolinas que foram disponibilizadas, um mapa conceitual que contemplasse o que significava “Família” para elas; após isso, elas deveriam apresentar o mapa – a partir de suas experiências de vida; ao longo de todo processo, nessa segunda parte do encontro, houve orientações, dúvidas foram tiradas, sugestões apresentadas, dicas, e pequenas correções no que diz respeito à ortografia, sem que elas se sentissem ofendidas, da forma mais esclarecida possível, e, partindo dos pressupostos discutidos no primeiro momento da aula, elas aprenderam a forma oficial de registro de algumas palavras escritas, compreendendo, sem traumas, como pode

funcionar o processo de aprendizado da ortografia.

Na terceira e última parte da atividade, após o intervalo, elas voltaram e fizeram uma apresentação que só pode ser resumida por uma palavra: *belíssima*. A emoção foi patente nesse fim de tarde, porque todas as mulheres se viram envolvidas com a palavra, com sua própria língua, agora ressignificada, e contaram as milhares de histórias vividas com a desenvoltura de uma palestrante experiente. Sobre a vida, elas tinham propriedade para falar e desenvolver narrativas maravilhosas, casos exemplares, nos quais aquela palavra grafada na cartolina, “*Família*”, acompanhada por uma galáxia de outras palavras que a circundavam, transformou aquele instante quase imorredouro em um encontro no qual o contato com um ensino de língua portuguesa interativo as persuadiu que é possível, sim, empoderar-se por meio do estudo, da leitura e da produção de texto, para além da gramática (sem desconsiderá-la, afinal, ela nos acompanha) a partir de uma aula de português que considere a competência comunicativa dos seus estudantes e a realidade social na qual se inserem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolver das atividades em uma perspectiva interativa, partindo-se de gêneros textuais da fala para chegar a uma reflexão sobre a escrita, ou seja, de uma gramática contextualizada, percebeu-se que as alunas se sentiram motivadas e encorajadas a participar das ações de leitura, de fala e de escrita.

Não se pode negar o desafio que foi trabalhar a língua com um público acometido pela vulnerabilidade como o do projeto Mulheres Mil, porém esse mesmo público revelou resultados satisfatórios, na medida em que se pode considerar que houve avanços em relação à compreensão de conceitos relevantes para um consequente empoderamento social, uma vez que agora as participantes estão munidas de uma visão ressignificada da vida e da língua, obtendo asas para escrever novas histórias, em vista das novas possibilidades vivenciadas pelo curso.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é,**

como se faz. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. *In*: _____. **Estética da criação verbal**. Trad. do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. Tradução Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 279-326.

BENTES, A. C. Gênero e ensino: algumas reflexões sobre a produção de materiais didáticos para a educação de jovens e adultos. *In*: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2008.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais- Língua Portuguesa- 5ª a 8ª séries**. Brasília: MEC/ SEF, 2001.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 2 ed. São Paulo: Parábola, 2008.



CAPÍTULO 5

AS MULHERES MIL E O ENSINO DA MATEMÁTICA: TEORIA E PRÁTICA NO CONTEXTO SOCIAL DAS ALUNAS

Joaildo Maia¹²
IFRN-campus Caicó

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

INTRODUÇÃO

O ensino da Matemática é de suma importância na vida das pessoas. Percebe-se a sua presença em muitas situações cotidianas, em todos os níveis da educação escolar, tendo aplicação em outras áreas do conhecimento. Por isso, a Mate-

12 Joaildo Maia possui graduação (licenciatura) em Matemática pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1994), especialização em Instrumentação para o Ensino de Matemática pela Universidade Federal Fluminense (2007) e mestrado em Ensino de Matemática pelo programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT/UFRN (2013). Atualmente é professor do IFRN-campus Caicó.

mática é uma ciência que busca desenvolver nos educandos a capacidade de raciocínio e a estruturação do pensamento lógico argumentativo, tornando-os capazes de analisar de modo crítico as situações problema relacionadas à sua vida diária, contribuindo assim para o aperfeiçoamento de suas habilidades cognitivas.

Nesse sentido, o ensino dessa ciência deve utilizar técnicas de aprendizagem que auxiliem os estudantes a se tornarem agentes do próprio conhecimento, estimulando-os na elevação da autonomia quando forem desafiados a resolver os problemas matemáticos que lhes são propostos.

Essa autonomia se faz necessária para a formação cidadã, uma vez que esta está diretamente relacionada à prática educativa, sem esquecer que o ensino da Matemática tem uma importante contribuição para o desenvolvimento humano. A escola, sendo um ambiente onde se pratica a cidadania, possibilita aos educandos um ensino e uma aprendizagem voltados para a sua inserção na sociedade.

No que se relaciona ao ensino da Matemática, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1999) anunciam que:

[...] a Matemática no seu papel formativo contribui para o desenvolvi-

mento de processos de pensamento e a aquisição de atitudes, cuja utilidade e alcance transcendem o âmbito da própria Matemática, podendo formar no aluno a capacidade de resolver problemas genuínos, gerando hábitos de investigação, proporcionando confiança e desprendimento para analisar e enfrentar situações novas, propiciando a formação de uma visão ampla e científica da realidade, a percepção da beleza e da harmonia, o desenvolvimento da criatividade e de outras capacidades pessoais (BRASIL, 1999, p. 251).

Assim, vê-se a influência da Matemática na formação humana e no desenvolvimento intelectual dos alunos, uma vez que proporciona o crescimento e o aprimoramento de suas capacidades pessoais, através da aquisição de conhecimentos científicos, habilidades e competências que os possibilitem analisar de forma crítica os problemas relacionados a sua realidade social.

Nessa perspectiva, temos a oportunidade de trabalhar os conteúdos matemáticos no curso de costureiro do Programa Mulheres Mil, a partir de situações sociais reais. O programa trabalha com mulheres em situação de vulnerabilidade social, vislumbrando a ascensão de sua escolaridade e, ao mesmo tempo, a sua capacitação para o mundo do trabalho. Nesse intuito, a disciplina de

Matemática favorece às educandas a apropriação de conceitos que se relacionam tanto à sua vivência diária quanto à educação profissional.

A MATEMÁTICA NO CERNE DA FORMAÇÃO PESSOAL, ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Visando oportunizar experiências educacionais no sentido de elevar o nível de escolaridade das egressas do curso de costureiro, as aulas de Matemática lhes proporcionam atuar como agentes do seu processo educativo à medida que os conteúdos se vinculam às suas experiências de vida. Por isso, os conteúdos matemáticos estudados aprimoram os saberes já adquiridos na educação básica, capacitando-as para o mundo do trabalho, ao passo que contribuem para a elevação da autoestima e das relações sociais, conforme preconizado no Projeto Pedagógico do Curso - PPC (2014), o qual afirma que,

para acompanhar o nível de habilidades e competências necessárias ao mundo do trabalho, as pessoas necessitam buscar, atualizar e inovar conhecimentos face às exigências das áreas e das aptidões profissionais seja para inserir-se, seja para reinserir-se ou manter-se no trabalho (PPC, 2014, p. 08).

Pelo exposto, observa-se que vivemos em uma sociedade dotada de exigências, na qual o profissional precisa estar cada vez mais qualificado, aperfeiçoando os conhecimentos já existentes ou adquirindo novos para permanecer ativo no mundo do trabalho. Com isso, a Matemática estudada no curso colabora para o aprimoramento das habilidades e competências exigidas pela sociedade.

Diante dessa realidade, após a conclusão do curso de costureiro ofertado pelo programa Mulheres Mil, algumas egressas continuaram suas trajetórias acadêmicas, participando dos processos seletivos do IFRN e retornando como discentes do curso técnico em vestuário, na forma subsequente, assim como no curso superior de tecnólogo em Design de Moda. Essa informação foi comprovada através de pesquisas realizadas junto à secretaria acadêmica do *campus* Caicó.

Portanto, vê-se que as mulheres, ao ingressar no curso, já trazem alguns conhecimentos matemáticos advindos de sua formação escolar. Nesse sentido, as aulas buscam aprimorar esse saber e capacitá-las para atuar no mundo do trabalho, servindo de incentivo para elas continuarem suas trajetórias acadêmicas, retornando à escola para a conclusão do ensino médio, no caso das que ainda

não haviam concluído, e assim, oportunizando-as ingressar nos cursos ofertados pelo *campus*. Além do mais, as referidas aulas também procuram elevar a autoestima dessas participantes por meio de atividades que relacionem os conteúdos estudados em sala de aula com situações reais de suas vidas.

O ENSINO DA MATEMÁTICA POR MEIO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS

Ressaltando a necessidade de um ensino voltado para a realidade de seu público, quando se almeja uma aprendizagem significativa, pensou-se em trabalhar com oficinas pedagógicas, possibilitando às participantes vivenciar na prática situações da vida cotidiana, assim como trabalhar a Matemática de forma lúdica.

O ensino da Matemática por meio de oficinas pedagógicas é uma importante ferramenta didática capaz de aproximar os conteúdos da realidade das educandas, dado que esse tipo de metodologia fomenta a construção do conhecimento matemático de forma coletiva, promovendo a troca de saberes e a interação social entre as sujeitas participantes, sendo, também, uma forma de desmistificar a imagem de que a Matemática é uma

ciência de difícil compreensão.

Nesse sentido, na visão de Candau (1999, p. 23), “[...] a oficina pedagógica constitui-se uma estratégia privilegiada onde ocorre a união entre teoria e prática, a socialização e o intercâmbio dos atores, construção coletiva do conhecimento (ação – reflexão), o exercício da participação e o trabalho com o cotidiano”.

Para a realização da atividade, partiu-se da concepção de que uma aprendizagem só faz sentido para as estudantes quando estas se sentem parte integrante do processo, pois dessa forma adquirem autonomia ao passo que refletem e procuram soluções para as situações que lhes são impostas.

Relato de experiência

OFICINA: TRABALHANDO AS OPERAÇÕES MATEMÁTICAS COM ENCARTES

Esta oficina teve como objetivo proporcionar uma vivência prática nas aulas de Matemática, trabalhando as operações com números decimais de forma significativa. As atividades consistiram na realização de tarefas através da simulação de compras, algo familiar do cotidiano da mulher.

Para isso, fez-se uso dos seguintes materiais: encartes de supermercados, catálogos de revistas de vendas, folhas de papel madeira, papel ofício A4, tesouras, colas, canetas, régua e calculadoras.

Inicialmente, a turma foi dividida em grupos. Após a formação das equipes, os materiais foram entregues conforme as tarefas iam acontecendo, sendo realizadas cinco atividades, três de forma coletiva e duas individuais.

Atividade 1

1ª tarefa: observando os produtos anunciados no encarte, recorte e cole cinco produtos que custem menos do que R\$ 2,00.

2ª tarefa: analise a situação e responda: você entrou no supermercado para comprar alguns produtos, entre eles um café, e, como dispõe de pouco tempo, procurou agilizar suas compras para que o valor fosse igual a R\$ 10,00, ou seja, de modo que não sobrasse troco. Que produtos você levou?

Material utilizado: encartes de supermercados, folha de papel madeira, tesoura, cola, caneta e calculadora.

Figura 1: encarte de supermercados

Adiante as suas compras com nosso ofertado de preços baixos.

ESQUENTA %

BLACK

Ligzarb

Mercearia

Padaria

Logos: bnf, Assuram, etc.

4 Dias Semanas

Mondelez Internacional

Praia

Fonte: <https://ligzarb.com.br/encarte/> (Imagem ilustrativa)
Acesso em 05/11/2021

Usando o encarte, desenvolveu-se uma atividade de forma coletiva, a qual proporcionou às alunas uma visualização prática da Matemática em situações reais diárias vivenciadas por elas, tendo em vista que as tarefas propostas fazem parte da rotina da maioria das mulheres (Figura 2). Com isso, observou-se que, quando se trabalha com situações práticas, o ensino desta ciência deixa de ser cansativo e desmotivador, tornando-se uma ação prazerosa dentro do contexto escolar. Daí a importância de se considerar, no processo educativo, os conhecimentos prévios das alunas.

Figura 2: atividade sendo realizada por uma das equipes



Fonte: o autor (2017).

Atividade 2

Com base no encarte, resolva a situação problema.

Você dispõe desta quantia:

- 3 moedas de R\$ 1,00
- 3 moedas de R\$ 0,50
- 3 moedas de R\$ 0,25
- 4 moedas de R\$ 0,10
- 3 cédulas de R\$ 5,00
- 2 cédulas de R\$ 2,00

Quanto você tem? Utilizando esse dinheiro, é possível comprar quais produtos do encarte? (Procure diversificar os produtos, e elabore uma tabela de compras destacando: produtos, quantidade, preço unitário e preço total).

Material utilizado: encartes de supermercados, folha de papel madeira, papel ofício A4, tesoura, cola, caneta e calculadora.

Figura 3: alunas realizando a atividade



Fonte: o autor (2017).

Durante a realização da atividade (Figura 3), percebeu-se a cooperação que ocorre no trabalho em equipe, pois houve uma integração entre as componentes do grupo, sendo as tarefas distribuídas entre elas. Por isso, ensinar e aprender dentro de um contexto que valorize os conhecimentos e as habilidades já adquiridas no meio social ao qual as alunas pertencem facilita a compreensão não apenas da Matemática, mas também da realidade.

A esse respeito, D'Ambrósio (1986, p. 36), afirma:

a Matemática está fortemente arraigada a fatores socio-culturais, sendo uma atividade inerente ao ser humano, praticada com plena espontaneidade, resultante de seu ambiente sociocultural e consequentemente determinada pela realidade material na qual o indivíduo está inserido.

Atividade 3

Na revista de vendas, há utensílios domésticos. Recorte e cole de acordo com o que se problematiza. Você possui R\$ 310,00. Que produtos conseguiria comprar com o dinheiro disponível de modo que sobrasse R\$ 25,40 para você efetuar o pagamento da conta de água?

Material utilizado: revistas de vendas, folha papel madeira, tesoura, cola, caneta e calculadora.

Figura 4: catálogo de vendas



Fonte: [...] https://issuu.com/revista_qe (Imagem ilustrativa) Acesso em 16/03/2018

Baseando-se na Figura 4, catálogo de vendas, a atividade envolvendo compras de utensílios domésticos (Figura 5) transcorreu sem que as alunas apresentassem dificuldades e, quando necessário, o professor era convocado para sanar pequenas dúvidas. Vale ressaltar a importância de utilizar uma metodologia que valorize o processo de ensino e aprendizagem, favorecendo os conhecimentos que as alunas trazem ao chegar à escola. Isso contribui para que estas adquiram autonomia no momento de tomar decisões e buscar estratégias para resolver as situações problema presentes no dia a dia, sendo papel do professor incentivá-las nesse processo.

A esse respeito, os Parâmetros Curriculares Nacionais (2006, p. 69) orientam que as alunas “saibam usar a Matemática para resolver problemas práticos do cotidiano; para modelar fenômenos em outras áreas do conhecimento; compreendam que a Matemática é uma ciência com características próprias [...]”.

Figura 5: alunas efetuando as compras



Fonte: o autor (2017).

Atividade 4

Você vai a uma festa e precisa comprar uma roupa nova e um calçado. Tendo como base os produtos anunciados na revista, quanto gastará para comprar um vestido e um sapato?

Material utilizado: catálogos de vendas, folha de papel madeira, tesoura, cola, caneta e calculadora.

Nesta atividade, cada aluna teve a possibilidade de escolher a roupa e o calçado de acordo com as opções apresentadas no catálogo (Figura 6), não existindo limite para o valor das compras. Observou-se o entusiasmo demonstrado pelas mulheres no momento da execução da tarefa (Figura 7). Com isso, vê-se a relevância de se estabelecer um elo entre o ensino da Matemática (aspectos cognitivos) e a autoestima (aspectos afetivos, pessoais e sociais) no ambiente da sala de aula, pois são fatores pertinentes na valorização do sujeito.

Nesse contexto, os PCNs (1997, p. 15) se referem ao tema destacando “a importância de a aluna desenvolver atitudes de segurança com relação à própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, de cultivar a autoestima, de respeitar o trabalho dos colegas e de perseverar na busca de soluções”.

Figura 7: alunas escolhendo os vestidos



Fonte: o autor (2017).

Atividade 5

Ao cuidar de sua beleza/aparência, a mulher administra seu orçamento. Tendo como base a revista de vendas, que produtos/acessórios você conseguirá comprar com R\$ 65,00?

Material utilizado: catálogos de vendas, folha de papel madeira, tesoura, cola, caneta e calculadora.

Figura 8: catálogo de vendas



Fonte: <http://www.luzon.com.br/catalogos> (Imagem ilustrativa) Acesso em 16/03/2017

Por meio do manuseio dos catálogos de vendas (Figura 8), cada aluna pôde simular compras de produtos distribuídos entre acessórios (pulseira, brinco, anel) e/ou cosméticos, totalizando o valor indicado na situação indicada pelo exercício. Esta foi mais uma tarefa que retrata o universo feminino e que faz parte do cotidiano da mulher. Assim, é interessante que o professor promova atividades voltadas para a realidade das sujeitas envolvidas no processo e, dessa forma, a estudante possa ver que a Matemática está presente nas mais diversas situações da vida em sociedade.

Figura 9: aluna pesquisando os produtos



Fonte: o autor (2017).

Ao final da oficina, cada equipe socializou o resultado do trabalho com todo o grupo presente

na sala, mostrando os produtos adquiridos e o valor das compras individuais, conforme se vê na Figura 10. Por meio da observação, verificou-se que as alunas participaram ativamente das atividades propostas, demonstrando ganhos na aprendizagem em relação aos conteúdos trabalhados e apresentados.

Figura 10: socialização dos trabalhos por uma das equipes



Fonte: o autor (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades apresentadas por boa parte das estudantes em à compreensão de conceitos matemáticos, percebeu-se que o ensi-

no desta ciência por meio de materiais concretos relacionados ao cotidiano das mulheres é um valioso instrumento para que ocorra uma aprendizagem significativa, uma vez que esse ensino lhes desperta o interesse em aprender.

Pelas observações feitas no transcórre da oficina, verificou-se o entusiasmo das alunas na realização das tarefas propostas, uma vez que esse tipo de atividade é algo familiar ao seu cotidiano. Diante disso, reafirma-se a necessidade e a importância do uso de metodologias diferenciadas nas aulas de Matemática para atender ao público-alvo.

O resultado foi positivo, uma vez que as alunas demonstravam motivação no momento da apresentação das tarefas e da entrega do material necessário para realizar as atividades. Assim, observou-se que as mulheres se sentiram instigadas pela metodologia utilizada no processo de ensino e aprendizagem.

No decorrer dos trabalhos, ocorreu uma cooperação mútua entre professor e alunas, passando a existir uma aproximação entre as partes envolvidas, tendo em vista que o papel do professor era de mediador do processo de ensino e aprendizagem.

Diante do exposto, considera-se que o ob-

jetivo proposto para a realização das atividades foi alcançado, apresentando resultados satisfatórios, pois se constatou a interação entre as componentes do grupo durante a realização das tarefas, bem como o entusiasmo no instante em que estavam simulando as compras, em especial na compra da roupa para ir a uma festa, o que também demonstra a elevação da autoestima das participantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias**. Brasília, 2006.

CANDAU, V. M. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

D'AMBROSIO, U. **Da realidade a ação:** reflexões sobre educação e matemática. Campinas: Unicamp, 1986.

IFRN/Instituto Federal do Rio Grande do Norte. **Projeto Pedagógico do Curso de Costureiro.** Natal, 2014.
ROSA, S. (Org.). **Mulheres Mil:** do sonho à realidade. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

.



CAPÍTULO 6

DIREITO DA MULHER NO PROGRAMA MULHERES MIL: COSTURANDO VIVÊNCIAS CIDADÃS

Ana Paula Dantas Ferreira¹³

IFRN-campus Caicó

Ana Santana Batista de Farias¹⁴

IFRN-campus Caicó

Suely Soares da Nóbrega¹⁵

IFRN-campus Caicó

*“A educação é o ponto em que decidimos
se amamos o mundo o bastante
para assumirmos a responsabilidade por ele”*

Hannah Arendt

13 **Ana Paula Dantas Ferreira** é mestra em Educação Profissional e bacharela em Direito. Atualmente é pós-graduada em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância e técnica-administrativa no IFRN-*campus* Caicó.

14 **Ana Santana Batista Farias** é mestranda em Educação, especialista em Direito Tributário, bacharela em Direito e escritora. Atualmente é auditora no IFRN-*campus* Caicó.

15 **Suely Soares da Nóbrega** é mestra em Educação, especialista em Educação Infantil e pedagoga com habilitação em Gestão Escolar. Possui experiência profissional como gestora do Programa Mulheres Mil, professora, coordenadora pedagógica, diretora, palestrante e docente do ensino superior no curso de Pedagogia e da pós-graduação em Educação. Tem participação em bancas examinadoras e de orientação de monografia. Atualmente, é Técnica em Assuntos Educacionais no IFRN-*campus* Caicó.

INTRODUÇÃO

A disciplina “Gênero, Cidadania e Direitos da Mulher” compõe a matriz curricular do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Costureiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), desenvolvido para atender ao Programa Mulheres Mil (IFRN/PPC FIC em COSTUREIRO, 2014). Estruturada no eixo articulador do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), a disciplina contribui para o enriquecimento da integração curricular, ratificando a proposta de formação humana integral das discentes, além de oportunizar a vivência com a cultura dos direitos humanos, a partir da abordagem multidisciplinar de questões ligadas ao gênero feminino, à cidadania e aos direitos.

A ementa da disciplina (IFRN/PPC FIC em COSTUREIRO, 2014) aborda temas sensíveis à mulher no mundo contemporâneo numa perspectiva histórica, crítica, sociocultural, política e jurídica. Nesse contexto, a abordagem pedagógica de conteúdos relacionados ao processo histórico de luta das mulheres pela emancipação e autonomia, bem como a educação para o exercício da cidadania e direitos humanos, devem privilegiar práticas educativas que provoquem nas alunas em condição

de vulnerabilidade social a busca não somente de sua emancipação financeira, através do aprendizado de um ofício, mas também de sua emancipação afetiva e cognitiva.

Na classificação de Mizukami (1986), a abordagem pedagógica sociocultural, cujo maior expoente foi Paulo Freire, busca justamente a promoção de uma educação “conscientizadora” que se baseia na relação dialógica e equânime entre professor e aluno, bem como privilegia a construção do pensamento crítico, partindo da realidade dos educandos. A reflexão da realidade possibilita que as alunas do Programa Mulheres Mil desenvolvam uma percepção crítica do contexto social no qual estão inseridas, dando significado maior ao conhecimento adquirido.

Assim, apresentamos como problema de pesquisa a seguinte questão: a aplicação de uma abordagem pedagógica sociocultural na disciplina “Gênero, Cidadania e Direito da Mulher”, componente curricular do curso de costureiro ofertado pelo Programa Mulheres Mil do IFRN-*campus* Caicó, contribui para a descoberta da cidadania e o fortalecimento da identidade das mulheres que participam do programa?

O presente trabalho objetiva apresentar, através de relato de experiência com discentes do

referido curso de costureiro, a utilização de abordagem pedagógica sociocultural no desenvolvimento da disciplina supracitada e a importância da promoção de Educação em Direitos Humanos para a consolidação de uma educação libertadora às mulheres mil.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: proposta pedagógica emancipadora para a disciplina “Gênero, Cidadania e Direitos da Mulher”

O compromisso com a Educação em Direitos Humanos está registrado no art. 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos, em seu item 2:

[...] 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. [...] (ONU, 1948).

A valorização da personalidade humana e a tolerância como valores educacionais centrais

é fruto da construção de um pacto internacional pela promoção da cultura dos direitos humanos. Nas palavras de Zenaide (2016), significa firmar o pacto de educar para o “nunca mais”, para o não retorno, e o enfrentamento a retrocessos que destituem a condição humana de grupos e pessoas por sua condição sexual, racial, religiosa, convicção política, entre outros.

Nessa perspectiva, a proposta de educar em Direitos Humanos no âmbito do Programa Mulheres Mil, especificamente no caso da disciplina de “Gênero, Cidadania e Direitos da Mulher”, para mulheres com um histórico de direitos violados, a começar pelo direito à educação, é paradigmático e desafiador. É preciso conduzir as alunas à valorização de sua subjetividade e de suas liberdades, e apresentar a importância da defesa dos direitos humanos para a mitigação da violência vivenciada pelo grupo e para a transformação social. Segundo a lição de Carvalho *et al.* (2012, p. 115), “[...] só se educa em direitos humanos quem se humaniza e só é possível investir completamente na humanização a partir de uma conduta humanizada”.

De acordo com Mizukami (1986. p. 94), a pedagogia sociocultural parte justamente da concepção de que a ação educativa será válida quando for “[...] precedida tanto de uma reflexão sobre o

homem como de uma análise do meio de vida desse homem concreto, a quem se quer ajudar para que se eduque”.

Dessa forma, a abordagem dialógica proposta por Freire (2005) conecta-se com os princípios que balizam a EDH à medida em que a prática educativa desafia as educandas a assumirem uma postura crítica ativa diante da responsabilidade que cada pessoa tem com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, deve-se levar em conta as experiências sociais das educandas e debater os temas a partir da realidade concreta.

Assumir os valores da dignidade humana, éticos e de tolerância na condução da disciplina, tanto na postura docente em relação às alunas quanto na abordagem dos temas, possibilita que as mulheres participantes do programa internalizem sua condição de sujeitas de direitos e protagonistas de suas histórias, bem como reconheçam nos outros a mesma condição de pessoas autônomas, livres e cidadãs.

Segundo Hunt (2009), os indivíduos são considerados sujeitos de direito apenas se todos se reconhecessem essencialmente semelhantes. “É o desenvolvimento incompleto dessa última condição que dá origem a todas as desigualdades

de direitos que nos têm preocupado ao longo de toda a história” (HUNT, 2009, p. 28).

Seguindo essa ótica, a disciplina em questão é um terreno fértil para o desenvolvimento das premissas da EDH, tendo como perspectiva que a pedagogia sociocultural em sala de aula, pois inserida no eixo articulador, propõe a construção de reflexões sobre os direitos da mulher a partir da análise da prática social.

De acordo com a ementa do curso de costureiro (IFRN/PPC FIC em COSTUREIRO, 2014), devem ser debatidos no âmbito da disciplina a contextualização histórica dos movimentos feministas; as políticas públicas de gênero e de atenção à mulher; os mecanismos de proteção previstos na legislação; os direitos da mulher na Constituição, no Código Civil e na legislação trabalhista; bem como e as modalidades de violência contra a mulher.

Assim, pretendemos apresentar, através deste relato, quais estratégias foram adotadas na condução da disciplina para a promoção de Educação em Direitos Humanos com vistas a educação libertadora às mulheres mil.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: COSTURANDO OS DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DA MULHER

Esta pesquisa consiste num relato de experiência referente à regência da disciplina “Gênero, Cidadania e Direitos da Mulher”, ao longo de seis encontros, com discentes do curso de costureiro ofertado pelo Programa Mulheres Mil do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)-*campus* Caicó.

Considerando os aspectos subjetivos e as particularidades que constituem as interações em sala de aula, adotou-se a pesquisa qualitativa como abordagem metodológica (RICHARDSON, 2015). Os objetos de análise utilizados para avaliar o entendimento acerca dos temas tratados e a capacidade de conectar a teoria com a prática social, conforme propõe Freire (2005), são atividades escritas, cartazes produzidos pelas alunas em sala de aula e observação das participações orais das educandas nas dinâmicas propostas.

As aulas foram planejadas com o objetivo de promover a educação para a defesa de direitos e o exercício da cidadania, fundamentando-se na construção histórica-cultural da identidade da mulher. No desenvolvimento da disciplina, optamos pela utilização de fontes didáticas diversas como

quadrinhos, músicas, filmes, textos e relatos das próprias alunas.

A seguir, apresentaremos a descrição dos seis encontros da disciplina e analisaremos a produção realizada pelas alunas em sala.

Diálogos iniciais - primeiro encontro

Na aula inaugural, o objetivo principal foi conhecer a turma, apresentar a proposta de trabalho e buscar criar um ambiente confortável e seguro para o diálogo e a interação. Com a sala organizada em círculo, foi distribuída a ementa da disciplina.

Primeiro, informamos que aquele era um espaço para o exercício do livre pensar, do debate, da escuta, da valorização das subjetividades e da construção conjunta do conhecimento. Em seguida, como dinâmica de apresentação, pedimos que cada aluna se apresentasse e falasse à vontade sobre a mulher que mais admira e qual a razão para esta admiração.

Essa dinâmica possibilitou que as alunas falassem um pouco sobre suas origens e história de vida, pois quase a totalidade das discentes elegeram suas mães como mulheres admiráveis, por batalharem e criarem seus filhos mesmo diante

das dificuldades. Algumas alunas se emocionaram durante o compartilhamento, e, no final da dinâmica, observou-se um acolhimento mútuo, com aplausos.

As narrativas compartilhadas conduziram à apresentação da ementa da disciplina, pois foi possível traçar um paralelo entre os temas propostos e as experiências sociais apresentadas pelas alunas naquele momento. Abordamos, por exemplo, o acúmulo de funções que a mulher comumente vivencia e pontuamos a necessária desmistificação do conceito de trabalho apenas em seu sentido econômico, visto que as alunas reconheceram, em seus depoimentos, o esforço que suas mães demandavam para cuidar das atividades domésticas, da família e ainda trabalharem.

Ainda na temática dos múltiplos papéis, exibiu-se o curta de animação de oito minutos intitulado “O sonho impossível?” (O SONHO, 1983). A obra cinematográfica retrata justamente a jornada diária de uma mulher trabalhadora em casa e fora dela. Após a exibição, as alunas tiveram 20 minutos para responder questões referentes ao filme:

a) Qual o tema do filme? O que lhe chamou a atenção ao conhecer a rotina dessa família? Justifique sua resposta;

b) O filme é de 1983, porém a dupla jorna-

da de trabalho ainda é uma realidade para muitas mulheres. Você se identifica com alguma situação apresentada no filme? Qual/quais?;

c) O que você aprendeu com o filme? Alguma cena não ficou clara? Justifique;

d) Do que você mais gostou no filme? Por quê?;

e) Para você, a divisão de tarefas entre homens e mulheres sonhada pela mulher/mãe do filme é um sonho impossível? Justifique.

A atividade propunha a análise de um curta de animação concebido há mais de 30 anos e objetivou levar as alunas a refletirem, a partir das próprias vivências e percepções, sobre as transformações do papel da mulher na sociedade.

As respostas demonstraram que houve a assimilação do tema pela maioria das participantes. Elas fizeram associações com a própria realidade e ponderaram semelhanças e distinções, conforme os relatos de Ametista e Safira¹⁶ em resposta a segunda pergunta:

Trabalho fora, estudo e cuidado da casa. Com o esposo, lavo, passo, faço a comida, cuidado de toda a casa e costuro, mas não me deixo sobre-

16 Optamos por utilizar nomes de pedras preciosas para representar as alunas do curso de costureiro do Programa Mulheres Mil-*campus* Caicó.

carregar. Procuo conversar com ele para dividirmos as tarefas e assim termos mais tempo para nós dois. Mas também sei que ainda existem mulheres nessa situação que o filme relata. Tenho vizinhas assim que são idênticas à mulher do filme. Minha vovó era assim, lamento por ela (AMETISTA, informação verbal).

Sou mãe e já fui casada. Quem sempre fazia tudo era eu. Eu acordava às 5h30 fazia o café do meu filho e do meu esposo. Enquanto meu esposo dormia, eu acordava nosso filho, dava o café dele, dava o banho, levava ele na escola e depois ia deixar meu esposo no trabalho. Depois que eu chegava em casa, ia fazer o almoço, lavar a louça do café, ajeitar a casa e lavar roupa. Quando dava 11 horas, eu ia buscar meu filho na escola e depois do almoço dele, dava um banho e colocava ele para dormir (SAFIRA, informação verbal).

Alguns depoimentos demonstraram o reconhecimento de que a sobrecarga pode inviabilizar o gozo de direitos, bem como a importância do autocuidado e da autoestima, de acordo com as respostas de Esmeralda e Rubi a terceira questão: “Eu aprendi que a mulher deve ser mais independente, ter as tarefas de casa compartilhadas e ter um lazer, que ninguém é de ferro” (ESMERALDA, informação verbal); “aprendi que nós mulheres temos os nossos direitos e valores. Temos que acima

de qualquer coisa NOS AMAR. Isso não é egoísmo, isso se chama AMOR PRÓPRIO” (RUBI, informação verbal, grifo da autora).

Direitos da mulher na história - segundo encontro

Para o segundo encontro, a sala foi novamente organizada em círculo. Em seguida, abordou-se, através de método expositivo, com apresentação de slides, o tema que contextualiza historicamente o processo de luta pela emancipação feminina: “As mulheres na história: apresentação da evolução dos direitos das mulheres e lutas feministas”. No decorrer da apresentação, as alunas foram convidadas a se posicionarem sobre a percepção acerca das mudanças que elas identificavam entre a geração de suas mães e a geração atual. As alunas demonstraram curiosidade quando apresentamos como as mulheres eram retratadas em pinturas, e como eram tratadas por pensadores, jornais, revistas e por leis e tratados.

Para encerrar a parte expositiva do encontro, exibimos o documentário, produzido pela Universidade Federal do Espírito Santo, intitulado “Voto feminino: brasileiras conquistaram direito em 1932”, que trata da conquista do voto feminino (VOTO, 2019).

Por fim, foi distribuída uma folha com três perguntas: “o que você entende por direitos humanos?”; “qual a importância da conquista dos direitos humanos no reconhecimento do direito das mulheres?”; e “quais direitos conquistados pelas mulheres você considera mais importantes?”. Deu-se o tempo de 20 minutos para a escrita das respostas.

A atividade objetivava identificar a compreensão geral das alunas sobre alguns conceitos trabalhados em sala de aula. Palavras-chave como dignidade, integridade, autonomia, proteção, direito à saúde, educação e moradia foram mencionadas nas respostas escritas e orais, indicando a compreensão, ainda que sincrética, do que significam os direitos humanos. Houve também a percepção quanto ao processo de lutas para a conquista de direitos importantes das mulheres, como a reflexão de Ágata na questão dois: “[...] Ainda existem muitos tabus a serem quebrados. Muitos ficam só na teoria. É uma luta constante”.

Em resposta à primeira pergunta, Ametista definiu direitos humanos da seguinte forma: “São todos os direitos relacionados à garantia de uma vida digna a todas as pessoas”. Utilizando também a dignidade como palavra-chave, Cristal elencou exemplos práticos: “direitos humanos para mim é

ter um mínimo de dignidade para viver, como saúde, moradia e educação. Ex.: médicos nos postos de saúde, remédio para todos, igualdade social e que as leis façam valer nossos direitos”.

O direito ao trabalho, a felicidade e a integridade física e mental foram citados com maior frequência na resposta a terceira pergunta, havendo a citação da Lei Maria da Penha como marco importante.

Mulheres e Direitos - terceiro encontro

Para o terceiro encontro, disponibilizamos às alunas cópias da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e material de apoio desenvolvido pelas docentes da disciplina sobre Gênero e Políticas Públicas para as Mulheres.

Em seguida, foi exibido o videoclipe “A Música que todos deveriam saber a letra” (A MÚSICA, 2018). O vídeo faz parte da campanha do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em comemoração aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). A música aborda quase a totalidade do teor da DUDH através de um rap interpretado por diversos artistas.

Antes da leitura em conjunto, houve a contextualização da criação da declaração no pós-

-guerra e, em seguida, as alunas foram convidadas a fazer a leitura conjunta da DUDH com o objetivo de, primeiramente, aproximá-las do marco civilizatório mais importante da idade contemporânea, uma vez que nenhuma delas havia tido contato com o teor do documento, além de buscar familiarizá-las com a linguagem jurídica e debater, em roda de conversa, sobre os direitos previstos na Declaração, igualdade de gênero e políticas públicas para as mulheres.

A partir dessa dinâmica, foi possível aprofundar a análise do distanciamento entre o pacto universal e a realidade vivenciada. Apresentamos, por exemplo, dados do Observatório do Trabalho Escravo no Brasil, elaborado pelo Ministério Público do Trabalho e pela Organização Internacional do Trabalho¹⁷, ao tratar dos artigos referentes ao trabalho digno e vedação à escravidão; tratamos de liberdade religiosa e da universalidade dos direitos humanos, ao abordarmos a situação dos refugiados e do direito ao lazer tão mencionado por elas nas atividades anteriores; entre outros.

17 Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo#:~:text=O%20Observat%C3%B3rio%20Digital%20de%20Trabalho,resultados%20e%20baseadas%20em%20evid%C3%A2ncias>. Acesso em 15/02/2019.

Garantias legais e contradições sociais - quarto encontro

Para o quarto encontro, primeiramente, foi realizada a finalização da leitura coletiva da DUDH. Em seguida, apresentamos o conceito de Constituição e um pouco sobre o processo histórico da criação da nossa Carta Magna. Ao ler alguns direitos fundamentais previstos no artigo 5º, demonstrou-se a similaridade das garantias previstas na DUDH e no texto constitucional (BRASIL, 1988).

Como o objetivo do encontro era apresentar um panorama geral da legislação que protege a mulher, entregou-se material de apoio elaborado pelas docentes da disciplina sobre os direitos da mulher na legislação nacional e exibiu-se o vídeo “STJ cidadão: Direitos da Mulher”(STJ, 2018).

O vídeo aborda, através de depoimentos, temas como discriminação no trabalho e direitos da trabalhadora gestante. O tema de violência obstétrica chamou atenção e foi o centro do debate, pois muitas alunas refletiram sobre sua própria experiência de parto após assistirem aos depoimentos sobre violência obstétrica, tanto das vítimas quanto das especialistas. Algumas se identificaram com os depoimentos e outras relataram não terem vivenciado experiência negativa no parto. Foi um

momento bastante rico, pois as alunas puderam refletir sobre os conteúdos trabalhados a partir de suas experiências pessoais.

A consciência de si para a consciência do mundo - quinto encontro

No penúltimo encontro, houve a apresentação da proposta de atividade avaliativa final. Antes de tratar dos temas de violência doméstica e feminicídio, foi preciso reforçar os conceitos de gênero e violência de gênero. Assim, houve um breve momento expositivo de revisão e exibimos o vídeo “Igualdade de gênero”, produzido pela ONU Mulheres (IGUALDADE, 2016). O vídeo trata dos conceitos de gênero e das consequências da desigualdade e da violência de gênero, como o feminicídio.

Por fim, as modalidades de violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha e os mecanismos legais de proteção à mulher foram debatidos após a leitura da Cartilha em quadrinhos sobre violência doméstica “Você não está sozinha: Lei Maria da Penha e a Rede de Proteção da Mulher” (ESGARIO, 2013). A leitura foi feita por duas alunas, e cada uma foi convidada a interpretar um personagem da história. Por fim, exibiu-se uma reportagem que trata de alterações recentes

na legislação de Proteção à Mulher através de relatos, dados e entrevista de Maria da Penha (ALTERAÇÃO, 2019).

O exercício da cidadania e o reconhecimento da dignidade humana - sexto encontro

O último encontro foi destinado à atividade avaliativa final, que consistiu na apresentação de um seminário. A turma foi dividida em cinco grupos de três a cinco membros. Cada grupo dispôs de 1h30min para produzir um cartaz sobre um dos tipos de violência doméstica: violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Os temas foram sorteados em sala e, em seguida, cada grupo dispôs de dez minutos para apresentar o trabalho.

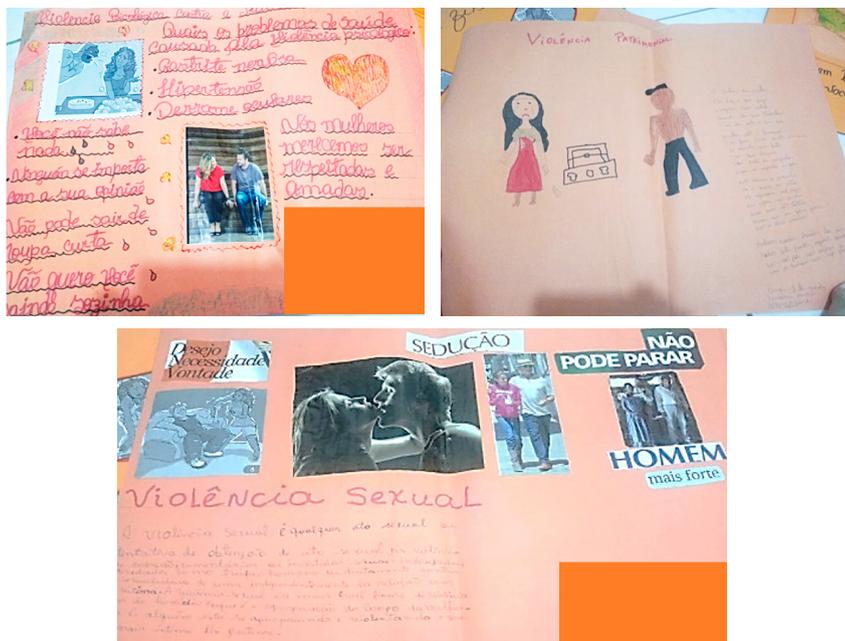
Na atividade, as alunas puderam desenvolver a criatividade na construção dos conceitos e apresentação dos trabalhos.

O primeiro grupo representou a violência moral através de ilustração de um dedo indicador apontado para uma mulher, demonstrando a compreensão quanto ao constrangimento que se tenta impor à mulher na prática de violência dessa natureza. O segundo grupo tratou de violência física e representou o tema através de recortes, frases e ilustração do

laço roxo, utilizado como símbolo da campanha contra a violência doméstica. O terceiro grupo abordou a violência psicológica, elencando exemplos desse tipo de violência e consequências físicas da prática. Essa apresentação foi objeto de curiosidade, pois atos naturalizados e tratados até como cuidado podem significar violência. O quarto grupo tratou do conceito de violência sexual, utilizando imagens de homens em aparente posição de domínio, recortes de palavras de ordem como “não pode parar” e escrita do conceito dessa violência no corpo do trabalho. Já o quinto grupo abordou a violência patrimonial, com ilustração de uma mulher com a roupa rasgada, uma cômoda e um homem com uma chave, além de um poema. Durante as apresentações, algumas alunas utilizaram exemplos vivenciados por conhecidas ou por elas mesmas para abordar os conceitos e temas.

Figura 1: cartazes desenvolvidos no seminário





Fonte: acervo da pesquisa, 2019.

O dinheiro da mulher

Ela faz o que quiser
 Ninguém pode controlar
 Quando ela quer trabalhar
 Pois ela sabe o que quer

Mulher não é brinquedo
 Pra ficar presa dentro de casa
 Se marido quer bater
 Tem que denunciar
 Sem medo da vergonha
 Agora se imponha a falar

Não denuncie o marido

Se a queixa vai retirar
Ele afirmará mil vezes
Que agora vai mudar
Quem ama não tortura
Nunca caia em falsas juras
Não se deixe dominar

Mulheres nunca desistam dos
seus sonhos
Lute, persista, acredite sempre
em você
Você pode
Você consegue
Se ame acima de qualquer coisa
Seja feliz

(Poema construído na disciplina
de Gênero, Cidadania e Direitos
da Mulher, pelas alunas do curso
FIC de costureiro, vinculado
ao Programa Mulheres Mil)

A partir da análise dos conteúdos elaborados nos cartazes e das explicações feitas pelas alunas nos seminários, percebemos que houve assimilação dos temas e o emprego da capacidade de utilizar exemplos do cotidiano para explicar conceitos referentes aos tipos de violência. Além disso, o ato corajoso de relatar ao grupo episódios de violência sofrida e a percepção, a partir da reflexão sobre as próprias relações afetivas, de que algumas experiências pessoais tratadas com natu-

ralidade poderiam ser classificadas como atos de violência de gênero e violação de direitos, indicam que houve o fortalecimento da identidade cidadã das participantes e elevação da autoestima.

Assim, considerando os objetivos dispostos na ementa da disciplina, transcritos abaixo, a partir dos depoimentos escritos, orais, das ilustrações e dos símbolos apresentados no decorrer dos seis encontros, é possível admitir que os objetivos traçados no PPC para a disciplina foram cumpridos:

Debater sobre as diversas abordagens que cercam as questões ligadas ao gênero feminino. Promover discussões que possam elevar a autoestima feminina. Conhecer as modalidades de violência (doméstica, familiar ou laboral) contra a mulher e seus mecanismos legais de repressão. Compreender os direitos e deveres de cidadania feminina. Promover a reflexão sobre a importância da ética na vida e no trabalho (IFRN/PPC FIC em COSTUREIRO, 2014, p. 27).

No geral, observamos que durante as dinâmicas propostas e através dos depoimentos, as alunas demonstraram reconhecerem-se como sujeitas de direito, ao mesmo tempo que identificaram o seu papel como agentes políticos capazes

de contribuir com a ruptura do ciclo de violações dos direitos da mulher. Além disso, elas foram capazes de identificar as contradições do próprio sistema de proteção aos direitos humanos a partir da análise crítica da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência teve como objetivo apresentar e discutir estratégias para a promoção da EDH a partir da abordagem pedagógica sociocultural no âmbito da educação profissionalizante. A pesquisa foi realizada no *campus* Caicó do IFRN, com discentes do curso de costureiro do Programa Mulheres Mil.

Foram trabalhados os temas propostos na ementa da disciplina “Gênero, Cidadania e Direitos da Mulher” através da exibição de vídeos, música, quadrinhos, *slides* e do estudo de material de apoio, com aulas dialógicas.

A partir da análise das atividades realizadas e da produção do seminário, conclui-se que a utilização de práticas pedagógicas na perspectiva da abordagem sociocultural no ensino da disciplina contribuiu para motivar a participação das alunas nos debates reflexivos sobre o papel social da mulher e a importância do conhecimento de direitos

e suas violações no processo de construção de senso crítico, da autonomia e da emancipação das alunas, bem como possibilitou que elas relacionassem suas experiências pessoais aos conteúdos trabalhados.

Portanto, a continuidade do Programa Mulheres Mil através da oferta do curso FIC em Costureiro no IFRN *campus* Caicó é um projeto educativo que promove a cultura dos direitos humanos no âmbito da educação, profissionalizando jovens e adultos e contribuindo para a ampliação da ocupação das mulheres no espaço público e produtivo da região, à medida em que promove uma educação conscientizadora.

REFERÊNCIAS

ALTERAÇÃO na Lei Maria da Penha amplia proteção de mulheres com deficiência. Globoplay: [S.n.], 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7835516/>. Acesso em: 31 out. 2020.

A MÚSICA que todos deveriam saber a letra. Produção: Conselho Nacional do Ministério Público CNMP. Youtube: CNMP, 2018. 1 vídeo (4min 42 seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H_qP2vx4Sk. Acesso em: 31 out. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] Re-**

pública Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, M. E. G. *et al.* Educar em direitos humanos: uma proposta pedagógica para formação do sujeito de direitos da EJA. *In:* CARVALHO, M. E. G., QUEIROGA, M. S. N., MEDEIROS, L.G.B (Org.). **Educação e direitos humanos interfaces.** João Pessoa: Editora UFPB, 2012. p. 113-121.

ESGARIO, A. R. **Você não está sozinha: Lei Maria da Penha e a Rede de Proteção da Mulher.** 2013. Disponível em: <http://fem.org.br/files/pdf/cartilhleimariadapenha-pdf124.pdf>. Acesso em: 31 out. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2005.

HUNT, L. **A Invenção dos Direitos Humanos: Uma História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional em Costureiro.** Natal: IFRN, 2014.

IGUALDADE de gênero. Youtube: ONU mulheres, 2016. 1 vídeo (2min. 36secs.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZCGLC-vziRc>. Acesso em: 31 out. 2020.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: E.P.U.,1986.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 29 out. 2020.

O SONHO Impossível (ONU), 1983. Produzido por Studio J. Trnka Kratky Films, Praga (República Tcheca) em parceria com as Nações Unidas. 1 vídeo (8 min.16 segs.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dKSdDQqkmlM&t=409s>. Acesso em: 31 out. 2020.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2015.

STJ cidadão: Direitos da Mulher. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Youtube: STJ, 2018. 1 vídeo (30min. 23seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ibxkR_05JUY. Acesso em: 31 out. 2020.

VOTO feminino: brasileiras conquistaram direito em 1932. Produção: Universidade Federal do Espírito Santo. Youtube: UFes, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDeh6NYMr3g>. Acesso em: 31 out. 2020.

ZENAIDE, M. N. T. Linha do tempo da Educação em Direitos Humanos na América Latina. *In*: RODINO, A. M.; TOSI, G.; FERNANDEZ, M. B.; ZENAIDE, M.N.T. (Org.). **Cultura e Educação em Direitos Humanos na América Latina**. João pessoa: Editora do CCTA, 2016. p. 38-89.



CAPÍTULO 7

A CONFECÇÃO DE ECOBAGS UTILIZANDO RESÍDUOS DA BONELARIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NAS AULAS DE CORTE E COSTURA DO PROGRAMA MULHERES MIL

Mirelly Karolinny de Melo Meireles¹⁸
IFRN-campus Caicó

Clarisse Gabriele Pereira de Souza¹⁹
IFRN-campus Caicó

INTRODUÇÃO

A categoria *mulher* engloba uma

18 Mirelly Karolinny de Melo Meireles possui Licenciatura Plena em Letras/ Língua Inglesa e Bacharelado; e Licenciatura Plena em Enfermagem pela Universidade Estadual da Paraíba (2008/2011); Especialização em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestrado em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Doutoranda em Linguística (Proling/UFPB); Professora de Língua Inglesa do IFRN - campus Caicó; Coordenadora do Programa Mulheres Mil e da IFSol.

19 Clarisse Gabriele Pereira de Souza é aluna do curso de Design de Moda do IFRN-campus Caicó. Além disso, foi voluntária do Programa Mulheres Mil no ano de 2018 e, em 2019, tornou-se bolsista. Leciona a disciplina de Corte e Costura no referido programa.

multiplicidade de subjetividades. E dentre várias especificidades entre as mulheres, existe a dimensão de gênero, que se articula com outras dimensões, como as de raça/etnia, de geração, de classe social, de sexualidade e de orientação sexual (BRASIL, 2011). Desse modo, as políticas universalistas fracassam em seus objetivos, uma vez que desconsideram as desigualdades de gênero e não consideram as mulheres em sua diversidade. Assim, nesse sentido, o ideal seria a implementação de políticas públicas que ressaltassem o viés da inclusão.

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No que concerne ao contexto educacional, defende-se o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, levando em consideração as suas necessidades, interesses e características (FREIRE, 2008).

Portanto, para que a escola consiga desenvolver cidadãos com competências complexas, que lhes permitam participar na sociedade de que fazem parte e que revelem atitudes de tolerância e respeito para com todos os outros cidadãos, ela não pode permanecer inalterada (ibid.). Desse modo, a escola deve romper com alguns valores da educação tradicional, respeitando as culturas, as capacidades e as possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva acredita na escola como comunidade educativa e defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. Além de ser uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (RODRIGUES, 2000).

Embarcando nessa discussão e levando em consideração os pilares da inclusão social, o Programa Mulheres Mil foi criado pela Portaria No 1.015/2011 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e corresponde a uma das ações do Plano Brasil sem Miséria, qual seja, a de elevar a renda e as condições de bem-estar da população (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2015 *apud* MARIZ; COSTA, 2015), além de promover a inclusão de mulheres de baixa renda, vulneráveis socialmente e com

baixo nível de escolaridade; moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, através da capacitação em diversos cursos.

Assim, o Programa Mulheres Mil do IFRN-*campus* Caicó está baseado no curso FIC em Costureiro, na modalidade presencial, centrando-se em ações pedagógicas, de natureza teórico-prática, planejadas para atender essas demandas socioeducacionais de formação e de qualificação profissional. Nesse sentido, consolida-se em iniciativas que visam formar, qualificar e possibilitar tanto atualização quanto aperfeiçoamento profissional às cidadãs em atividade produtiva ou não. Contemple-se ainda, no rol dessas iniciativas, trazer de volta ao ambiente escolar pessoas que foram excluídas dos processos educacionais formais e que necessitam dessa ação política e pedagógica para estimular a continuidade dos estudos.

Diante disso, algumas disciplinas são ofertadas e, dentre elas, uma das mais aguardadas pelas mulheres é a disciplina de Corte e Costura, cujo principal objetivo é o ensino da prática de costura. Desse modo, pensando nas novas vertentes presentes nos conceitos de moda e sustentabilidade, o curso se moldou para que fossem repassadas a essas alunas formas sustentáveis de produzir peças usando materiais que provavelmente seriam

descartados, como forma de repensar os resíduos. Foram utilizados insumos comuns na região Seridó, o retalho de bonelaria, já que, geralmente, tais insumos acabam sendo descartados pelas empresas produtoras de bonés ou ficam sem uso, acumulando-se.

Portanto, o objetivo do presente trabalho consiste em relatar aulas da disciplina de Corte e Costura do Programa Mulheres Mil do IFRN-*campus* Caicó em que resíduos de bonelaria foram utilizados para a confecção de *ecobags*.

REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS TÊXTEIS PARA A CONFECÇÃO DE PRODUTOS: UM VIÉS SUSTENTÁVEL

Durante o processo de desenvolvimento de produtos do vestuário, uma grande quantidade de resíduos é produzida, sendo estes, na maioria das vezes, descartados irregularmente em aterros sanitários, representando um grande problema para as empresas concernentes ao acúmulo de resíduos no Brasil (MENEGUCCI *et al.*, 2015).

Dessa maneira, existem várias discussões acerca da sustentabilidade e da reutilização a fim de minimizar o desperdício de tecidos, produtos e materiais, além de poupar a natureza. Vários es-

tudos (MCQUILLAN; RISSANEN, 2011; PEREZ; MARTINS, 2012) mostram que o desperdício de tecido usado em confecções fica na ordem de 15- 20%, em média, não só no Brasil, mas também no mundo. Esse problema normalmente é resolvido de forma paliativa, enviando-se o resíduo para lixões autorizados pelos órgãos públicos, sendo o empresário obrigado a pagar novamente pelo transporte até lá e pelo seu depósito, onerando ainda mais os custos de fabricação (FLETCHER, 2011). Existem outras soluções menos interessantes, como incineradores e processos de reciclagem, que geram subprodutos sem valor agregado. Nesse contexto, a solução mais promissora são os processos de *upcycling* ou reaproveitamento do material no estado em que se encontra, reduzindo os custos e ampliando as possibilidades expressivas do material (ANICET, 2013).

Portanto, a reutilização é uma maneira de prolongar o ciclo de vida de um produto, inserindo-o na produção de outros itens que possam ser comercializados (BOSSSEL, 1999), a exemplo da utilização de resíduos de bonelarias para confecção de *ecobags* – objeto do presente estudo. Dessa maneira, as fábricas de bonés da região do Seridó/RN fazem doações de resíduos para serem reutilizados pelo nosso *campus*, visto que acabamos rea-

proveitando-os em nossas aulas e na confecção de outros produtos.

Levando-se em consideração que o comportamento do consumidor é de suma relevância para as empresas, nota-se que a indústria da moda vem considerando a alternativa de refletir sobre seus atuais e futuros clientes, por intermédio das perspectivas da sustentabilidade (BERLIM, 2012). A partir desse contexto, há indícios que vêm demonstrando os caminhos trilhados pelo sistema da moda na direção da sustentabilidade, seja em seu processo criativo, desenvolvedor, produtivo ou comercial (NAVALON, 2013).

METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste num relato de experiência e estrutura-se em pressupostos da pesquisa qualitativa de cunho interpretativista (MINAYO, 1993, 2000; DENZIN; LINCOLN, 2006 *apud* DE GRANDE, 2011). Os dados que compõem o *corpus* de análise foram coletados em uma turma do Programa Mulheres Mil do IFRN-*campus* Caicó no ano de 2019. Participaram da pesquisa trinta mulheres matriculadas no Programa Mulheres Mil/IFRN-*campus* Caicó.

Para subsidiar dados para o presente rela-

to de experiência, serão descritas quatro aulas em que foram utilizados resíduos oriundos das bone-larias da região do Seridó/RN, para a confecção de *ecobags* para comercialização destas. Ademais, é relevante considerar que tais resíduos foram doados a nossa instituição por uma bone-laria da região, como citado previamente.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

Este relato de experiência será dividido em quatro partes, relacionadas às aulas ministradas no Programa Mulheres Mil com o intuito de ensinar a confeccionar *ecobags* através da utilização de resíduos da bone-laria.

Aula 1

Inicialmente, foram realizadas as apresentações individuais de cada mulher, a fim de conhecer os propósitos de cada uma e sondar suas experiências com a costura. Em seguida, foi exibido o plano do curso a ser seguido, de acordo com o calendário acadêmico e com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso (IFRN-PPC 2014). Ademais, foram mostrados alguns eventos e feiras que elas teriam oportunidade de participar para mostrar todo o material que viessem a produzir, além de apontar que teriam a oportunidade de comerciali-

zar tais produtos.

Após essa parte inicial da Aula 1, as alunas aprenderam as noções básicas sobre passagem de linha e o uso das máquinas, iniciando pela máquina reta. Em seguida, iniciou-se a avaliação de desempenho de cada aluna no que concerne à passagem de linha e à costura no papel, que foi feita para que elas pudessem ter mais intimidade com a máquina e desenvolvessem as habilidades de costura reta e curva. A turma obteve um bom resultado, mesmo sendo a primeira aula prática. Compreendemos que isso se deu pois elas estavam bastante motivadas e ansiosas para aprender a costurar e confeccionar seus próprios produtos.

Por fim, já conseguimos selecionar algumas alunas – as quais consideramos mais experientes, uma vez que já possuíam as noções básicas de costura – para serem monitoras e, juntamente com a professora, auxiliar as colegas que apresentavam uma maior dificuldade.

A Figura 1 mostra a nossa primeira aula no Laboratório de Costura do IFRN-*campus* Caicó:

Figura 1: aula 1 no Laboratório de Costura



Fonte: arquivo Mulheres Mil (2019).

Aula 2

Na segunda aula, apresentamos às alunas as máquinas de costura overloque e ensinamos a passagem de linha nesta. Desse modo, como atividade prática, elas fizeram a passagem de linha na referida máquina e, em seguida, tiveram a oportunidade de costurar com retalhos e aprender acerca do manuseio correto e seguro.

Por fim, ao concluírem as atividades propostas, foram ensinadas as diferenças entre a máquina reta e overloque, além das suas funções para que uma peça de roupa seja bem costurada.

Aula 3

Após as aulas introdutórias, comunicamos

às alunas que os primeiros itens que elas produziriam seriam confeccionados com resíduos – reaproveitaríamos uns retalhos de jeans e, utilizaríamos, predominantemente, resíduos oriundos da bonelaria.

Em seguida, trabalhamos com a modelagem das *ecobags* e, depois de cortadas, fizemos algumas demonstrações de como os resíduos oriundos da bonelaria poderiam ser utilizados para criar formas e figuras e, desse modo, agregar valor à peça. Por fim, as *ecobags* foram costuradas e, cada participante criou sua própria peça, de acordo com sua criatividade e utilizando resíduos. As Figuras 2 e 3 mostram uma das mulheres produzindo sua bolsa e algumas *ecobags* produzidas por elas:

Figura 2: aluna confeccionando sua *ecobag*



Fonte: arquivo Mulheres Mil (2019).

Figura 3: *ecobags* confeccionadas com resíduos de bonelaria



Fonte: arquivo Mulheres Mil (2019).

Aula 4

Essa última aula, que visava à confecção de *ecobags* com resíduos da bonelaria, foi dedicada às apresentações das bolsas criadas pelas mulheres na aula anterior. Percebemos que, visivelmente, elas estavam felizes e realizadas com seus feitos, além de se mostrarem mais motivadas para confeccionar mais itens. Durante as apresentações, verificamos que algumas agregaram outros materiais para compor suas peças (retalhos que elas tinham em casa), enquanto outras já apresentavam novas ideias sobre como usar os retalhos em outras peças. A Figura 4 mostra as apresentações das *ecobags* pelas mulheres.

Figura 4: apresentações das *ecobags* pelas mulheres



Fonte: arquivo Mulheres Mil (2019).

Durante essa última aula, acabamos propondo que as mulheres também confeccionassem *nécessaires*, para que aproveitassem os resíduos de tamanhos menores. As alunas agregaram valor às peças, moldando flores e costurando sobre as peças. Algumas ainda foram mais além, criando padrões geométricos como estampa. Podemos observar na Figura 5 algumas *nécessaires* criadas e confeccionadas por elas:

Figura 5: *nécessaires* confeccionadas pelas mulheres



Fonte: arquivo Mulheres Mil (2019).

Como citado previamente, havíamos sugerido algumas feiras e eventos nos quais as mulheres poderiam participar para expor e vender os itens produzidos. Assim, logo após essa produção inicial, tivemos a oportunidade de participar da V Semana de Ciência, Tecnologia e Extensão do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (SECITEX), em Mossoró/RN. Realizamos uma reunião com a turma e foram escolhidas três mulheres para participarem do evento, a fim de representar toda a turma. Então, levamos a produção delas para expor e conseguimos vender 70% do que foi produzido. A Figura

6 expõe nossa participação nesse evento.

Figura 6: participação na V SECITEX



Fonte: arquivo Mulheres Mil (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência teve como objetivo apresentar uma metodologia de ensino da disciplina de Corte e Costura do Programa Mulheres Mil no IFRN-*campus* Caicó, em que foram utilizados resíduos oriundos da bonelaria para a produção de *ecobags*. Esta pesquisa foi realizada com 30 alunas.

Inicialmente, trabalhamos com as noções básicas de costura: passagem de linha e uso das

máquinas. Em seguida, mostramos a importância de se trabalhar com resíduos e propomos a confecção de *ecobags*. As alunas se mostraram extremamente motivadas e felizes ao produzir suas próprias peças e, além das *ecobags*, ainda produziram *nécessaires*.

Além disso, participamos de um importante evento do IFRN, V SECITEX, no qual elas puderam expor e comercializar sua produção. Desse modo, concluímos a relevância do Programa Mulheres Mil quanto ao aumento da autoestima dessas mulheres, além de conseguirmos norteá-las e ensiná-las uma profissão. Além disso, com essa atividade, pudemos demonstrar que, com resíduos, elas conseguem produzir peças e comercializá-las, ou seja, produzir de maneira sustentável e ainda conseguir uma renda.

REFERÊNCIAS

ANICET, Anne. **Contextura**: processos produtivos sob abordagem zero waste. Doutorado em Design – Universidade de Aveiro, 2013.

BERLIM, Lilyan. **Moda e sustentabilidade**: uma reflexão necessária; São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012.

BOSSSEL, H. **Indicators for Sustainable Develop-**

ment: theory, method, applications. A Report to the Balaton Group. Winnipeg (Canada), International Institute for Sustainable Development, 124 p., 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria No 1.015/2011, de 21 de julho de 2011.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/legislacao/arquivos/portaria-mulheres-mil-n-1015.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017

DE GRANDE, P. B. O pesquisador interpretativo e a postura ética em pesquisas em Linguística Aplicada. **Eletras**, v. 23, n. 23, p. 11-27, dez. 2011.

FLETCHER, Kate; GROSE, Lynda. **Moda & Sustentabilidade:** design para mudança. São Paulo, SP. Editora Senac, 2011.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, v. XVI, n. 1, 2008, p. 5-20.

IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada em Costureiro.** Deliberação No 19/2014 – CONSEPEX/ IFRN, de 20 de maio de 2014. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-de-qualificacao-profissional/mulheres-mil/modelista-e-costureira-em-geral/view>. Acesso em: 10 mar. 2020

MARIZ, A. R. S.; COSTA, O. M. M. **Estudo do Êxito do programa Mulheres Mil: elevação da escolaridade e inserção no mundo do trabalho.** Trabalho de Conclusão de Curso. IFRN: 2015.

McQUILLAN, H.; RISSANEN, T. 2011. **Yield: making fashion without making waste**. Disponível em: <http://yieldexhibition.com/yieldexhibition-catalogue.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

MENEGUCCI, F. *et al.* Resíduos Têxteis: Análise sobre descarte e reaproveitamento nas indústrias de confecção. *In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão*, 2015.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

NAVALON, Eloize; LEVINBOOK, Miriam. Diálogos entre Educação, Moda e Sustentabilidade: práticas aplicadas. IX Colóquio de Moda. **Anais...** Fórum das Escolas de Moda. [Consult. 2013-08-16] Disponível em <https://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202013/ARTIGOS-DE-GT/Artigo-GT-Ensino-Educacao-teoria-e-pratica-em-Moda/Dialogos-entre-Educacao-Moda-e-Sustentabilidade-praticas-aplicadas.pdf> Acesso em 20/02/2019.

PEREZ, Iana U.; MARTINS, Suzana B. Design zero waste: prevenção de resíduos no setor de confecção de produtos de vestuário e moda. **Anais do 4º Simpósio Paranaense de Design Sustentável**. Curitiba, 2012.

RODRIGUES, D. O paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível. **Inclusão**, v.1, p. 7-13, 2000.



CAPÍTULO 8

O EMPODERAMENTO DA MULHER DO SERIDÓ NORTE-RIOGRANDENSE: INCLUSÃO SOCIAL A PARTIR DO PROGRAMA MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (BRASIL)-CAMPUS CAICÓ

Maria das Vitórias de Macêdo Azevedo²⁰
IFRN-campus Caicó

Emília Vilarinho²¹
Universidade do Minho

INTRODUÇÃO

Uma política pública deve se configurar como a expressão de um processo público, à medida que todos os interessados, diretos e indiretos, manifestam seus interesses respectivos. Desse

20 Maria das Vitórias de Macêdo Azevedo possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2004), pós-graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011), mestrado em Sociologia da Educação e Políticas Educativas pela Universidade do Minho-campus Gualtar, Braga/PT (2020). Atualmente é contadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas.

21 Emília Vilarinho é Doutora em Ciências da Educação e professora da Universidade do Minho.

modo, assevera-se que a política pública se alicerça no pressuposto de que a participação dos cidadãos na tomada de decisões acerca de projetos irá influenciar diretamente suas vidas.

Quando se trata da educação profissional no contexto das políticas públicas, Rocha (2017, p. 71) destaca que

a apreciação das políticas públicas de educação profissional na perspectiva das relações sociais de gênero (centrando-se nas mulheres) e no contexto no qual elas são produzidas evidenciam um tenso processo de negociação que determina o cerceamento e/ou a concretização de reformas, planos, projetos, programas e ações implementados – separada ou articuladamente – pelo Estado e pelos movimentos sociais que pressionam por: novas políticas públicas; pela ocupação de espaços de ação pública; e pelo reconhecimento de novas formas de desigualdade.

O objetivo geral deste estudo é compreender o empoderamento das alunas do Programa Mulheres Mil no IFRN-*campus* Caicó após a conclusão do curso, no ano de 2018. Dessa forma, o objetivo geral será desenvolvido a partir dos seguintes objetivos específicos: caracterizar o público alvo nos níveis socioeconômico e educacional; conhe-

cer as motivações dessas mulheres para buscarem o programa; compreender as expectativas das alunas quanto ao impacto do PMM no cotidiano profissional e pessoal; identificar os efeitos do PMM no empoderamento e na emancipação social; e compreender o contributo do curso de costureiro para a melhoria da qualidade de vida das alunas.

A escolha do local de estudo deve-se à função social do IFRN comprometida com a formação e qualificação dos cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia e ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, com o exercício da cidadania e a produção e a socialização do conhecimento.

As experiências e conhecimentos transmitidos às alunas no espaço educativo devem ser encarados como instrumento de construção social destas na luta por cidadania e valorização. Nesse contexto de busca pela emancipação do indivíduo, Baquero (2012, p. 176) afirma que o “empoderamento refere-se à habilidade das pessoas de ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção de melhoria de sua situação de vida”.

O empoderamento compreende um processo de valorização de si mesmo através da elevação da autoestima e da autonomia para a transforma-

ção de ações em resultados pretendidos. Sob esse aspecto, Stromquist (1997, p. 78) afirma que “as mulheres precisam se tornar seus próprios defensores para enfrentar os problemas e situações que as afetam e que foram previamente ignorados”.

Segundo Lisboa (2007, p. 643), o poder social está ligado ao processo de tomada de decisão e ação coletiva, pois

o empoderamento orienta-se para a conquista da cidadania, isto é, a conquista da plena capacidade de um ator individual ou coletivo de usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos.

Mesmo que as ações das políticas públicas anunciem o atendimento à classe menos favorecida da população, sua materialização segue voltada para corroborar com os interesses do capital. Tal fato se alicerça na dualidade estrutural da sociedade brasileira, cujas políticas públicas educacionais sempre estiveram pautadas na perspectiva de formação diferenciada para as classes sociais.

Diante do cenário educativo atual, as políticas educativas estão subordinadas aos ditames de

uma agenda globalmente estruturada para a educação (DALE, 2004), que exerce influência sobre o sistema educativo através da ação dos diferentes atores sociais, em que a economia do conhecimento se volta para um capital imaterial no qual a educação é encarada como um bem comercializável e a escola se equipara a uma empresa que compete por novos clientes (alunos). A trajetória do Ensino Profissional no Brasil demonstra que o ensino técnico qualifica a população para atender às demandas do setor produtivo e econômico do país.

O Programa Mulheres Mil é uma política pública que tem como objetivo promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas, influenciando o capital social e o empoderamento a partir da educação. A pesquisa se baseia nas reflexões e experiências das alunas do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Costureiro, sendo os dados recolhidos um contributo para a avaliação da implementação do programa na região do Seridó, levando em consideração todas as particularidades da região e a oportunidade dada a essas mulheres que frequentaram o IFRN-*campus* Caicó.

ABORDAGEM TEÓRICA: POLÍTICAS PÚBLICAS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

A política diz respeito a um conjunto de interações que se observa na arte, no trabalho, na religião e na educação, objetivando atingir determinado fim. Quanto à política direcionada para a educação, o legislador, ao denotar características a uma política educacional, age em função de concepções que dizem respeito à formação humana que a sociedade quer organizar e, por conseguinte, às relações econômicas que se incorporam no seio dessa mesma sociedade, a qual reflete sua formação na organização e consolidação do acesso à educação para o desenvolvimento do conhecimento. No que tange aos discursos oficiais, conforme Brasil (2000, p. 12), “toda a legislação possui atrás de si uma história do ponto de vista social”.

Segundo Dias e Matos (2012, p. 12), a definição de políticas públicas encontra-se associada às “ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana”.

As políticas públicas educacionais objetivam restaurar a justiça social, partindo do pressuposto

de que a educação precisa ter múltiplos olhares, dentre eles os direcionados para a diversidade e a inclusão de direitos humanos. Nesse aspecto, a justiça social parte da concepção de que a educação precisa ser, em seu sentido lato, democrática, valorizando a cultura com igualdade e respeito social.

Nesse sentido, os desafios da educação brasileira são muitos e exigem grande esforço por parte dos atores sociais no tocante à elaboração, implementação e avaliação de políticas destinadas à melhoria da qualidade do ensino, e sobretudo, incentivos à escolarização de crianças, jovens e adultos vítimas da desigualdade social e excluídos do ambiente escolar.

No contexto das políticas educativas, há que se considerar os processos de reestruturação da educação no âmbito global, a fim de atender às prioridades do capital. Nesse sentido, influenciado pelo neoliberalismo, o Estado se adequa aos ditames do capital em detrimento do social, atendendo às imposições dessa nova ordem econômica. Sobre o papel do Estado nas políticas educativas, Dale (2010, p. 1110) salienta que “ele tem sido e continua sendo um conjunto de instituições muito expressivo e poderoso, capaz de mobilizar poder e ação”. Por esse ângulo, o autor argumenta que o

capital, para existir, terá que se apropriar do poder do Estado enquanto aparelho que institui as políticas públicas educacionais.

É na importância de conhecer as políticas e as práticas educacionais que se faz necessário investigar sobre sua implementação. Logo, Zão (2011, p. 27) menciona que “o estudo da política educativa (education politics) orienta para a análise das formas como a agenda é concretizada”.

As políticas de educação colocam em prática o que é estabelecido pelas políticas educativas, contudo, são contraditórias porque não solucionam os problemas existentes na sociedade (DALE, 1988). Mesmo assim, a educação deve ser compreendida como uma política social que tem, no Estado, o papel de formular as políticas educativas, ao mesmo tempo em que as implementa, intervindo e se articulando às reivindicações por direitos sociais (AZEVEDO, 2004).

A trajetória do Ensino Profissional no Brasil demonstra que o ensino técnico qualifica a população para atuar nos processos produtivos em evidência a cada momento histórico. As políticas implantadas pelos governantes sobre a Educação Profissional e Tecnológica promoveram a transformação da gestão educacional para atender às demandas do setor produtivo e econômico do país.

A tradição histórica denota que as políticas públicas são decorrentes de reivindicações das classes subalternas. Assim, a luta das mulheres contra as desigualdades, violências e opressões de gênero interferiu no convívio e na relação feminina com o ambiente ao seu redor no decorrer dos séculos. A história dos direitos da população feminina caracterizou-se pelo intenso processo de desresponsabilização do Estado Brasileiro, sendo na contemporaneidade marcada pelas desigualdades sociais e econômicas e pela ausência de políticas equitativas. A categoria gênero foi caracterizada por uma construção sócio-histórica, à medida em que se atribuía os papéis do homem e da mulher dentro da sociedade de classes.

As mulheres sofrem com a opressão machista, racista e classista, não tendo sido socializadas para assumir o papel de explorador/opressor, pois não lhes é permitido ter outro papel institucionalizado a não ser o de exploração e opressão. Os caminhos determinados para as mulheres negras delimitaram um espaço subalternizado, e na contemporaneidade ainda se evidencia um processo de negação de direitos para essas mulheres, que, contrariando o que lhes foi determinado no período da escravidão, lutam por uma sociedade mais justa (CINACCHI, 2016).

PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL NO IFRN – CAMPUS CAICÓ

O Programa Mulheres Mil foi instituído pela Portaria no 1.015, de 21 de julho de 2011, constituindo uma das ações do Plano Brasil sem Miséria, que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade, objetivando criar oportunidades para as mulheres quanto ao acesso à educação, à redução das desigualdades sociais e econômicas, à promoção da igualdade de gênero, ao combate à violência doméstica, à autonomia feminina, ao ingresso no mercado de trabalho, à melhoria na renda, à redução da pobreza e ao exercício da cidadania.

Na perspectiva da construção de um país mais justo e igualitário, o atendimento às demandas sociais e econômicas está entre as atribuições do poder público para garantia de direitos e a resolução de problemas, em especial em relação à igualdade de gênero e ao combate à violência contra mulheres. Nesse sentido, Rocha (2017, p. 132) aponta que “a violência de gênero, originada na cultura patriarcal, centra-se na ideia de sujeição das mulheres ao exercício do poder masculino, efetivado pelo uso da força”.

O Programa Nacional Mulheres Mil foi implantado no *campus* Caicó do IFRN em 2012, pos-

sibilitando a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) a mulheres que buscam, sobretudo, a transformação da realidade de suas vidas por meio da igualdade, da justiça social, da educação e do desenvolvimento.

O processo seletivo para ingresso no programa conta com uma avaliação socioeconômica realizada pelo serviço social, atendendo a todos os requisitos constantes em edital, sendo o curso ministrado na modalidade presencial para 30 (trinta) alunas residentes das comunidades mais carentes da região, com idade mínima de 16 (dezesseis) anos, cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal e que tenham cursado, no mínimo, Ensino Fundamental II Incompleto.

O curso possui carga horária total de 200 horas, distribuídas em 4 (quatro) módulos organizados em dez disciplinas e três seminários de integração que compõem a matriz curricular definida em um projeto-pedagógico que privilegia temas como direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima e relações interpessoais, gênero, inclusão digital, entre outros, desenvolvidos para propiciar a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e a emancipa-

ção das mulheres. (IFRN-PPC 2014).

O IFRN-*campus* Caicó iniciou os trabalhos acadêmicos em 21 de setembro de 2009, com o objetivo voltado para a geração de trabalho e renda, a emancipação dos setores excluídos da sociedade e o desenvolvimento socioeconômico local e regional, numa perspectiva de educação que vai além da ação escolar, assumindo amplo papel na formação e na qualificação profissional dos cidadãos para atuar nos diversos setores da economia. Atua nos níveis de educação básica e ensino superior, capacitando jovens e adultos por meio dos cursos de nível médio (forma integrada e subsequente), superior (Licenciatura em Física e Tecnologia em Design de Moda), além de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), focados na qualificação profissional e voltados para a empregabilidade.

Com a interiorização do ensino profissionalizante para os recantos do país, aumenta a possibilidade de alavancar o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Desse modo, a articulação com as políticas públicas que interagem na cadeia produtiva local é muito importante para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do interior do Brasil e a transformação da realidade social.

CAPITAL SOCIAL: EDUCAÇÃO, FAMÍLIA E PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE

O capital social é um recurso fundamental para a promoção de bem-estar social partindo da interação entre as pessoas através da confiança mútua, da cooperação e da participação, seja dentro de uma família, instituição, bairro ou comunidade. Bourdieu (2010, p. 67) define o capital social como

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...], mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

No mundo moderno, convivemos com o dinamismo do mercado de trabalho e o surgimento de novas tecnologias e, em conjunto com esses fatores, com a internet e uma enorme quantidade de sites de redes sociais, cujos indivíduos se conectam. O valor que cada indivíduo possui nas redes sociais é nomeado capital social. Assim, podemos entender que, associados às ações sociais

planejadas pelo governo, pela comunidade e pelos atores sociais, os esforços empreendidos pelos indivíduos terão papel fundamental para modificar suas condições de vida. Por esse ângulo, quanto mais capital social, melhor aproveitamento de capital econômico e cultural (BOURDIEU, 2010).

O capital cultural contribuirá para o rendimento escolar, sendo a família responsável pelo investimento na educação dos filhos. Compreende algo herdado, de pertencimento anterior a um grupo, em que os indivíduos se reconhecem e se aceitam de forma mútua para a acumulação de mais capital econômico, mantendo o status social e imobilizando as estruturas sociais (BOURDIEU, 2010).

Desse modo, a escola reproduz a estrutura social, porém o rendimento escolar depende do capital cultural, enquanto o rendimento econômico e social (certificado escolar) depende do capital social colocado a seu serviço. Portanto, Bourdieu (2010, p. 41-42) afirma que

[...] cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar.

A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo às classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, consequentemente, pelas taxas de êxito.

A família cumpre um papel primordial na formação social e educacional dos indivíduos, corresponsabilizando-se com o processo de ensino e aprendizagem destes, pois a família participa do processo de transmissão de conhecimento ao educando, sendo fundamental sua identificação com as ações de formação humana que são realizadas na escola.

No que diz respeito ao capital social relacionado à função da mulher na sociedade, o gênero feminino acumula as atribuições da maternidade e tarefas domésticas para poder se inserir no mercado do trabalho, o que demonstra uma sobrecarga de trabalho atribuída às mulheres. Na conjuntura social, a maioria das mulheres pobres assume tanto tarefas domésticas quanto cuidados familiares, repercutindo no afastamento educacional e, posteriormente, em desvantagens acadêmicas e profissionais.

Desse modo, “a independência das mulheres está condicionada pelas suas relações familiares, tal como pela sua participação no mercado

de trabalho e pelas políticas sociais” (PORTUGAL, 2008, p. 4).

EMPODERAMENTO E AVANÇOS DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Na cultura baseada no patriarcalismo, o homem é superior à mulher no contexto das relações sociais, políticas e culturais. Ao homem sempre coube o sustento da família, além da tomada de decisões no trabalho e na sociedade, enquanto à mulher coube o trabalho de cuidar da casa e dos filhos, com participação inativa na sociedade.

A fratura social decorrente da desigualdade de oportunidades, da distribuição de recursos e bens, assim como das posições dos atores na estrutura social, está relacionada ao nível de fluidez social, às possibilidades de mudanças de classes, à competição entre os indivíduos e à distribuição de oportunidades entre grupos sociais. De acordo com Cinacchi (2016), existe um desequilíbrio sistêmico entre mulheres e homens quanto à inserção no mercado de trabalho, e essa desigualdade está relacionada ao fato de que as mulheres recebem salários inferiores, além de ocuparem cargos mais baixos que os homens. Segundo Bourdieu (2012, p. 110),

a melhor prova das incertezas do estatuto atribuído às mulheres no mercado de trabalho reside, sem dúvida, no fato de que elas são sempre menos remuneradas que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo iguais, elas obtêm cargos menos elevados com os mesmos diplomas [...]

Ao se abordar a desigualdade de gênero, faz-se necessário esclarecer que existem papéis diferenciados e hierárquicos no mercado de trabalho, influenciados por determinações socioculturais. Não obstante, a situação da mulher no que se relaciona tanto aos direitos civis e trabalhistas quanto à sua inserção no mercado de trabalho tem se modificado na sociedade nas últimas décadas. Outrossim, observa-se a elevação do seu nível de escolaridade, associada à representação de seu papel na sociedade (SANTOS, 2008).

Sendo assim, a maioria das mulheres de classes sociais mais baixas tende a assumir as tarefas domésticas e os cuidados com a família, podendo ser prejudicadas no que diz respeito à escolarização e ao trabalho. Nesse sentido, sua escolarização pode vir a ser um instrumento de luta pela igualdade de acesso aos bens produzidos.

Por outro lado, há de se refletir também sobre a quantidade de mulheres inativas, os motivos

que impedem sua inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento de políticas efetivas para a redução das desigualdades de gênero quanto à participação na economia do país.

A desigualdade de gênero no Brasil tem como precedentes uma herança histórica e uma cultura política que excluem do mercado de trabalho, tanto da esfera pública quanto da privada, grupo de pessoas por motivos de discriminação de gênero e raça. Devido à dupla jornada de trabalho feminino, embora as mulheres sejam incorporadas ao mercado de trabalho, não conseguem desvincular-se do papel social de cuidadora, dificultando suas possibilidades de participar das oportunidades laborais de forma equânime com os homens.

Apesar dos avanços, a discriminação e a violência contra a mulher demonstram que a dominação patriarcal não foi superada e que a população feminina continua subjugada, sendo as mulheres, geralmente, vistas e tratadas “apenas como provedoras do bem-estar da família ou como meio de bem-estar de outros, como mães e esposas, nunca como sujeitos autônomos com demandas próprias” (COSTA, 2000, p. 41).

Os movimentos sociais voltados para a democratização e as reivindicações coletivas por direitos trabalhistas e infraestrutura, iniciados

nos anos 1970, contaram com a participação das mulheres para a inclusão da questão de gênero na agenda pública com foco na superação das desigualdades e na formulação de políticas públicas com recorte de gênero. Sobre a organização desses movimentos, Farah (2004, p. 51) menciona que “ao mesmo tempo que denunciavam desigualdades de classe [...] passaram também a levantar temas específicos à condição da mulher como direito a creche, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher”.

Segundo Sardenberd (2012), o empoderamento das mulheres está relacionado ao processo de conquista da autonomia e busca da libertação da dominação patriarcal a qual foram submetidas ao longo do tempo, assumindo o controle de suas vidas com autodeterminação e superando a opressão de gênero.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa do tipo exploratória, que busca compreender os efeitos produzidos pelo Programa Mulheres Mil na vida das alunas que participaram da turma de 2018 do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Costureiro no IFRN-*campus* Caicó. Quanto ao método, foi utilizado o

estudo de caso, que “consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (MERRIAM, 1988 *apud* BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 89).

A população pesquisada compreende 30 (trinta) mulheres participantes do Programa Mulheres Mil do IFRN-*campus* Caicó. Fizeram parte do *corpus* de entrevistas 10 (dez) delas, selecionadas respeitando o critério de cruzamento entre o nível de escolaridade incompleto (fundamental/médio) e a renda familiar até um salário mínimo (inferior a 1/2 salário mínimo/acima de 1/2 salário mínimo até 1 salário mínimo).

As técnicas utilizadas para coleta dos dados foram a entrevista semiestruturada e a análise documental e bibliográfica. Na pesquisa realizada, as alunas entrevistadas expressaram suas percepções sobre o empoderamento feminino de acordo com aspectos educacional, profissional, social/pessoal e psicológico, assim como apresentaram uma avaliação geral do Programa em relação às suas expectativas e resultados. O procedimento adotado para o tratamento e análise dos dados coletados foi o de análise de conteúdo, que consiste em “um conjunto de instrumentos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se apli-

cam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2016, p. 15).

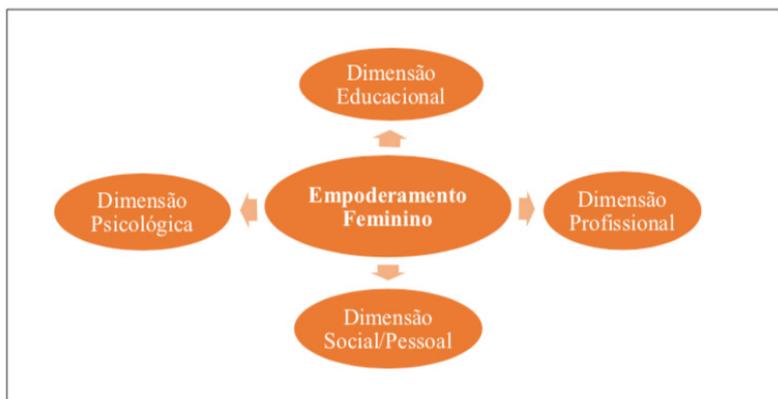
Portanto, os resultados apresentados a seguir demonstram os aspectos apontados pelas alunas entrevistadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada no período de junho a julho de 2019 por meio de entrevistas semiestruturadas com as 10 (dez) alunas que participaram do Curso FIC em Costureiro no IFRN-*campus* Caicó no período de julho a dezembro de 2018.

No primeiro contato com as alunas, foi feito o convite para que elas participassem da pesquisa, e, em seguida, foram iniciadas as entrevistas individualizadas, com o propósito de compreender o contributo do Programa Mulheres Mil para o empoderamento de mulheres jovens e adultas em situação de vulnerabilidade social. O resultado apurado com a pesquisa se encontra exposto de acordo com as dimensões do empoderamento estabelecidas por Baquero (2012), Costa (2000), Lisboa (2007) e Stromquist (1997).

Figura 1: Dimensões do Empoderamento Feminino



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A Dimensão Educacional evidencia o percurso escolar das entrevistadas em relação ao abandono escolar e às motivações para regressar às instituições de ensino e continuar com o processo de aprendizagem.

A pesquisa revelou que a maioria das entrevistadas abandonaram a escola há mais de dez anos por diversos motivos, porém, o casamento e a gravidez na adolescência foram os motivos mais citados para a interrupção dos estudos. Sobre os motivos para ingressar na escola, constatamos que a busca por qualificação está relacionada à expectativa de melhoria da renda, seja através do emprego formal ou da abertura do seu próprio negócio. Ademais, o programa ainda despertou

nas alunas o desejo para regressar e permanecer no ambiente escolar. Podemos extrair dos relatos das alunas que o retorno à escola, por meio do PMM, tem relação com objetivos profissionais, bem como com o desejo de realização pessoal e a tentativa de autoafirmação como ser produtivo e capaz de vencer obstáculos. Portanto, a prática educativa é essencial para a prática produtiva e para a vida social. Segundo Coutinho (2015, p. 82),

as conquistas educacionais são fundamentais para o empoderamento das mulheres em todas as esferas sociais. Sem educação, as mulheres não conseguem acessar melhores empregos, saírem da informalidade, serem melhores remuneradas e avançarem para uma maior participação política e social.

Na Dimensão Profissional foram destacados os fatores relacionados ao acesso da mulher no mercado de trabalho e a oportunidade de participação na renda familiar. Sobre o empoderamento econômico das mulheres, foram abordadas a situação ocupacional e a oportunidade de atuação na área da qualificação, com foco para a empregabilidade e o empreendedorismo. Segundo Costa (2000), o acesso da mulher no mercado de traba-

lho proporciona independência econômica, possibilita o controle de recursos e influencia no empoderamento psicológico.

Com a pesquisa, constatou-se que a situação ocupacional das entrevistadas está relacionada à prática de atividades de caráter temporário, sem garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários, além de atividades domésticas e do lar, consideradas por elas como tarefas naturais do cotidiano. Além disso, os dados coletados demonstram que o PMM foi capaz de estimular o sentimento de empreendedorismo como oportunidade de ingresso no mundo produtivo, realização pessoal e independência financeira.

De modo geral, os relatos das alunas mostram que o objetivo maior para ingressar no programa era a qualificação profissional, e, consequentemente, o ingresso no mercado de trabalho. No momento da pesquisa, ficou comprovado que não havia ocorrido mudança significativa de antes para depois da certificação em termos de inserção profissional. Portanto, o resultado da pesquisa evidencia que o setor empresarial local não está absorvendo essas alunas em sua totalidade.

A Dimensão Social/Pessoal trata da percepção das alunas sobre as relações sociais, seja dentro da família ou em comunidade. A maioria

das entrevistadas considera positivo o aprendizado adquirido para a melhoria da relação familiar a partir da compreensão do papel da mulher na família e da importância da interação e da cooperação entre os membros para a melhoria da convivência.

Não houve participação ou filiação das entrevistadas a entidades ou grupos de caráter voluntário com demandas em benefício da comunidade. Já a interação social foi um dos aspectos mais evidenciados como fator positivo para o compartilhamento de informações indispensáveis ao desenvolvimento dos seres humanos. Nesse sentido, o PMM oportunizou ampliar o círculo de amizades e a troca de experiências que contribuíram para o desenvolvimento pessoal das alunas e a transformação das relações sociais de poder.

Na Dimensão Psicológica do empoderamento, tratamos dos aspectos relacionados à autoestima, à autoimagem, à autoeficiência, à autoconfiança e ao bem-estar psicológico das mulheres, que, por sua vez, originam-se da capacidade de consciência individual ou coletiva aliada ao desejo de crescimento por meio da motivação e da autoconfiança para a conquista de direitos e a emancipação social. Nesse ínterim, de acordo com Lisboa (2007, p. 642), “o empoderamento psicológico é,

muitas vezes, o resultado de uma ação vitoriosa nos domínios social ou político, embora também possa resultar de um trabalho intersubjetivo”.

De uma forma geral, a maioria das entrevistadas acredita que o PMM impactou positivamente em suas vidas, sendo a elevação da autoestima um dos contributos mais relevantes e que está relacionado à mudança de consciência diante da visão de mundo, ao sentimento de superação dos obstáculos, à determinação, à motivação e à perseverança para atingir os objetivos, além do sentimento de amor próprio despertado, colocando-as na posição de agente principal da ação, detentor de direitos e de poder.

As entrevistadas concordam que o curso contribuiu para mudar a visão que as participantes tinham de si mesmas, além de despertar o sentimento de motivação em busca de novas possibilidades de realização pessoal e profissional. Reconhecem, ainda, as mudanças e realizações ocorridas em suas vidas no tocante à conscientização de direitos e do papel da mulher na sociedade tanto na esfera pública quanto privada.

Para a avaliação do Programa Mulheres Mil, foram tratados aspectos relacionados à percepção geral das participantes sobre os contributos e conhecimentos transmitidos pelo programa, com o

intuito de se identificar os efeitos provocados no capital social das alunas quanto à sua emancipação social e empoderamento.

A partir dos relatos, compreendemos que, de modo geral, o propósito das mulheres em participar do programa era adquirir qualificação profissional para garantir uma vaga no mercado de trabalho como costureira, seja atuando de forma autônoma ou em emprego formal. Embora a maioria das alunas não tenha atingido todos os objetivos pretendidos, elas demonstraram que a experiência foi satisfatória para a melhoria de suas vidas no tocante à elevação da autoestima; à interação social; à autoconfiança; ao conhecimento relacionado aos direitos da mulher e à violência doméstica; e ao incentivo para regressar à escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostra-se relevante para demonstrar o contributo do Programa Mulheres Mil para o empoderamento das mulheres que participaram do curso. Os dados coletados revelam que o programa contribuiu para despertar nas alunas o reconhecimento sobre a importância do acesso à educação; a consciência sobre os direi-

tos da mulher na sociedade; o conhecimento sobre violência doméstica e os mecanismos legais para combatê-la; e, sobretudo, a elevação da autoestima.

Mesmo não alcançando os objetivos profissionais, as alunas reconhecem o Programa Mulheres Mil como agente de mudança de suas realidades, tendo em vista o despertar da consciência crítica e a possibilidade de atuação como sujeitos capazes de transformar suas realidades.

Os resultados da pesquisa demonstram que a estrutura curricular necessita ser revisada para melhor adequação dos conteúdos ministrados. Ainda destacamos a importância de parcerias entre a instituição que oferta o programa e empresas privadas, para facilitar a inserção dessas alunas no mercado de trabalho, além da necessidade de instrumentos de avaliação dos resultados produzidos na dimensão profissional.

Por fim, ressaltamos que o empoderamento é um processo contínuo, portanto não é possível mensurá-lo em curto prazo, contudo, novas investigações devem ser realizadas para comprovar o êxito do programa quanto à inclusão educativa, produtiva e econômica das mulheres em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, n. 6, v. 1, p. 173-187, 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099>. Acesso em: 23 maio 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BRASIL. Parecer CNE/CEB – 11/2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Portaria n. 1.015, de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Mulheres Mil e dá outras pro-

vidências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=858_9-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 out. 2019.

CINACCHI, G. C. As Políticas Públicas para mulheres no Brasil: focalizar para universalizar?. *In*: CONGRESSO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2., 2016, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: CRESSRJ, 2016. Disponível em: www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/118.pdf. Acesso em: 04 dez. 2018.

COSTA, A. A. Gênero, Poder e Empoderamento das mulheres. Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gavião. Vitória da Conquista, BA: NEIM/REDOR. 2000. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/textosapoio1.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

COUTINHO, J. M. **As trilhas do empoderamento feminino no IFBaiano-Campus Uruçuca**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA. 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3559306. Acesso em: 09 abr. 2019.

DALE, R. A educação e o estado capitalista: contribuições e contradições. **Revista Educação e**

realidade, Caxias do Sul, RS, v. 13, n. 1, p. 17-36, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/issue/viewFile/3064/330>. Acesso em: 15 out. 2019.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 25, n. 87, p. 423-460, mai./ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 15 out. 2019.

DALE, R. A sociologia da educação e o estado após a globalização. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 17 out. 2019.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas. 2012.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004/7943>. Acesso em: 30 mar. 2019.

LISBOA, T. K. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis, SC, **Anais** [...]. Florianópolis, SC: UFSC, 2007. Dis-

ponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/teresa_kleba_lisboa.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019.

PORTUGAL, S. As mulheres e a produção de bem-estar em Portugal. **Oficina do CES**, no 319. Coimbra, Portugal: Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. 2008. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11072/1/As%20mulheres%20e%20a%20produ%20c%27%20a%20de%20bem-estar%20em%20Portugal.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

ROCHA, R. de C. **O Programa Nacional Mulheres Mil no contexto das políticas públicas de Educação Profissional no Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2017. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/943/ROCHA%252c%20R%20C.%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SANTOS, T. S. Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar. **Revista SER Social**, v. 10, n. 22, p. 97-128, jan./jun. 2008. Disponível em: www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Santos_genero_politicas%20sociais.pdf. Acesso em: 16 de fev. 2019.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando empoderamento na perspectiva feminista. (Ed. rev.) Salvador, BA, Brasil: NEIM/UFBA, 2012. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>.
Acesso em: 28 nov. 2018.

STAKE, R. E. **A arte da investigação com estudos de caso**. Lisboa: FCG, 2007.

STROMQUIST, N. La búsqueda del empoderamiento: em qué puede contribuir el campo de la educación. *In*: LÉON, M. (Org.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Colombia: TM Editores, 1997. p. 75-95.

ZÃO, M. E. V. **Estado e terceiro sector na construção das políticas educativas para a infância em Portugal: o caso da Educação Pré-Escolar (1995-2010)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/19708>. Acesso em: 28 set. 2019.



CAPÍTULO 9

CRIAÇÃO E GESTÃO DE PROJETO: UM ESTUDO DE CASO NO PROGRAMA MULHERES MIL

Artemissa Keisy Sales da Silva²²

IFRN-campus Caicó

INTRODUÇÃO

A Gestão de Projetos dentro da administração pública vem crescendo cada vez mais. Por isso, há olhares voltados para a mistura dessas duas áreas. A intenção de envolvimento da área de gestão com a de projetos é fazer com que exista uma organização diante da elaboração de projetos criados com o uso de técnicas da Gestão, buscando, dessa forma, por parte da própria administração pública, entregar para a sociedade projetos que tenham uma ação positiva e que resolvam problemas sociais, por meio das políticas públicas.

Nas instituições públicas, os projetos são usados a fim de criar serviços a serem ofertados à população, pensando na melhoria de vida das pessoas envolvidas, atendendo aos objetivos com

22 Artemissa Keisy Sales da Silva foi bolsista na Coordenação de Extensão do IFRN-campus Caicó. Possui graduação em Administração pela Faculdade Santa Terezinha.

clareza, contando com recursos do governo – servidores, materiais e finanças – e com prazos determinados, evitando assim o desperdício de recursos.

Por meio da Gestão de Projetos, ainda na criação de cada projeto, as instituições públicas buscam seguir o planejamento, desenvolvimento, monitoramento e controle dos projetos que envolvem a sociedade, possibilitando uma maior qualidade dos serviços desenvolvidos.

Com isso, este trabalho tem como objetivo fazer uma análise de como se deu a criação do projeto de extensão do Programa Mulheres Mil denominado “Modelagem, Corte e Costura: inclusão e valorização da diversidade de mulheres na educação profissional” no âmbito do Instituto Federal do Rio Grande do Norte-*campus* Caicó/RN e, dessa maneira, analisar o processo de gestão do projeto.

Esta pesquisa se norteia pelo paradigma qualitativo e possui caráter documental. Aplicou-se um questionário à coordenadora do projeto, Mirelly Karolinny de Melo Meireles, e esta ficou livre para respondê-lo. Ademais, foram analisados documentos inerentes ao projeto, como o seu relatório final.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Gestão de projetos na administração pública

De forma visível, a administração pública está inteiramente associada à gestão de negócios e projetos do Estado, em que o objetivo principal é a oferta de bens e serviços com qualidade e eficiência almejadas pela sociedade, não se prendendo apenas aos conceitos de eficiência e eficácia, mas também às questões que envolvem princípios de legitimidade e legalidade.

Na administração pública, na maioria das vezes, os projetos são criados para sanar alguns problemas da sociedade, e é através desses projetos, muitas vezes realizados em instituições públicas federais, estaduais e municipais, que o governo chega até a população.

O gerenciamento de projetos tem como base não só habilidades e técnicas, mas também as habilidades de gestão de pessoas. Na administração pública, a gestão de projetos, quando aplicada de forma correta, pode trazer diversos benefícios. Conforme Espinha (2018), estes são alguns dos benefícios: otimização de recursos, maior controle de processos, cumprimento do programa e riscos minimizados.

Dessa maneira, a gestão de projetos faz

com que organizações, sejam elas públicas ou privadas, obtenham ótimos resultados através do seu gerenciamento. Ademais, os benefícios citados anteriormente são de extrema importância para que o projeto tenha um controle e seja bem-sucedido.

As vantagens e benefícios trazidos por esse tipo de gestão precisam atender a todos os envolvidos no processo: o gerente (responsável pelo planejamento, execução e supervisão do trabalho), a equipe de produção e o usuário/cliente.

Para Carlos Junior (2017, p. 12),

Com efeito, realizar uma gestão eficiente dos projetos, mais que um importante diferencial competitivo, significa tornar as organizações mais ágeis, mais dinâmicas e prontas para entregar muito mais valor aos usuários desses projetos. Se não fosse assim, muitas delas provavelmente não teriam sobrevivido à crescente competitividade.

A utilização da gestão de projetos é uma das formas de melhorar as respostas aos anseios da sociedade e aos que irão se beneficiar sobre esses projetos. Inúmeras organizações, sejam elas privadas ou públicas, vêm implementando essa estratégia como forma de entregar resultados de forma eficaz, eficiente e com efetividade.

Criando projetos

Tratando dos impactos de um projeto nas organizações públicas e privadas, faz-se necessário entender e definir o que é um projeto, seu conceito, seus diferentes tipos e suas demais características.

Segundo Paes e Vilga (2016, p. 11), “projeto é uma ação diferente de tudo o que já foi feito até aquele momento (ele é único), que tem recursos limitados para ser executado e um prazo para começar e terminar”. O PMBook (2004) define projeto como um empreendimento temporário feito para criar um produto, serviço ou resultados únicos.

Assim, para a criação de um projeto, é preciso entender que cada um tem iniciativas que lhe são próprias, seja no produto ou serviço gerado, seja no cliente ou usuário, nas pessoas envolvidas. Porém, existem características que identificam os mesmos como um todo, entre as quais Moura (2013, p. 08) cita: sequência clara e lógica de eventos; início, meio e fim; objetivo claro e definido; e utilização de recursos e parâmetros predefinidos.

A partir dessas características, dá-se início aos processos de criação e iniciação de um projeto, que, de acordo com Moura (2013, p. 05),

servem para identificar e definir novos projetos, em que são esta-

belecidos os primeiros parâmetros (objetivo, justificativa, partes envolvidas, público-alvo, escopo, recursos necessários, gerente do projeto, entre outros) e quando é obtida sua aprovação formal.

Com os processos do projeto pré-definidos, inicia-se detalhadamente o escopo do projeto, em que o coordenador/gerente do processo passa a se preocupar com as etapas de planejamento, execução, monitoramento e controle e encerramento. Neste último, verifica-se se as metas foram desenvolvidas com êxito e se os usuários do serviço ou produto estão satisfeitos com o resultado, e é neste processo em que todas as atividades de todos os grupos são finalizadas.

A revisão pós-projeto é necessária principalmente quando os projetos em questão são de instituições e organizações públicas governamentais, sendo necessário um feedback para saber se esses projetos afetaram positivamente a vida das pessoas envolvidas, principalmente quando o caráter deles tem cunho social, atingindo indivíduos em situações de vulnerabilidade. Portanto, essa revisão faz com que a organização veja em que pode melhorar o projeto e o que deve ser mantido.

METODOLOGIA

Com o objetivo de explorar a área de criação e gestão de projetos, esta pesquisa se norteia no paradigma qualitativo, em que a investigação se preocupa em qualificar o objeto de estudo através da visão dos participantes (MOREIRA; CALEFFE, 2006). Desse modo, será aplicado um questionário à participante da pesquisa, a coordenadora do curso de extensão Mulheres Mil. Segundo Padilha (2018), “neste método o entrevistado fica livre para responder ao questionário de forma livre, para demonstrar seu conhecimento sobre o assunto enfoque no estudo”.

Para análise do relatório do projeto estudado, este estudo se enquadra no método de investigação de cunho documental, pois, conforme Moretti (2018) “a análise documental é considerada uma valiosa técnica de abordagem de dados qualitativos. Trata-se de um procedimento muito útil na hora de descobrir circunstâncias”. Sendo assim, objetiva-se analisar alguns documentos inerentes ao projeto, tal como o seu relatório final.

Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Rio Grande do Norte-*campus* Caicó.

Como em diversas instituições públicas,

estas são divididas em vários setores, sendo um destes o setor de Extensão, onde são desenvolvidas atividades oferecidas ao público externo da instituição. Todos os projetos da instituição criados por professores e/ou servidores são avaliados e postos em práticas no referido setor.

Um dos projetos implementados na instituição é o Programa Mulheres Mil, que está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo Federal, especialmente nos eixos de promoção de equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação.

No *campus* Caicó do IFRN, esse programa é desenvolvido através do projeto de extensão intitulado “Modelagem, Corte e Costura: inclusão e valorização da diversidade de mulheres na educação profissional”, o qual será base de pesquisa para conhecimento sobre a área estudada.

Participante da pesquisa

A pesquisa será aplicada à coordenadora do projeto, Mirelly Karolinny de Melo Meireles, que também é professora na referida instituição. Ela é responsável por todo projeto Mulheres Mil, desde o planejamento até a execução, o ciclo de vida do projeto, a coordenação e o controle.

Procedimentos para a coleta de dados

A fim de coletar os dados para o presente estudo, será aplicado um questionário à coordenadora do projeto, no qual são apresentadas uma série de perguntas que buscam informações sobre os objetivos a serem estudados. Ademais, será analisado o relatório final, que por sua vez é feito para fins de conclusão do projeto.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Objetivamos fazer uma análise de como se deu a criação do projeto de extensão do Mulheres Mil “Modelagem, Corte e Costura: inclusão e valorização da diversidade de mulheres na educação profissional”, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte-*campus* Caicó/RN, além de analisar o processo de gestão desse projeto. Assim, nesta seção serão analisados os dados oriundos do questionário e da análise do relatório final, e, por fim, será feito um paralelo entre ambos.

O questionário aplicado à coordenadora do curso é composto por 4 (quatro) perguntas. Vejamos:

A primeira questão procura entender como se deu a criação do projeto Mulheres Mil no IFRN *campus* Caicó. Esta foi a resposta: “O programa Mulheres Mil foi instituído em 2007 pela secretaria de

educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação. O projeto tem como objetivo promover a formação profissional e tecnológica articulada com o aumento da escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Quanto ao projeto em nossa instituição ocorreu o início em 2011”.

Neste contexto, a fundação do projeto em questão, além da criação de demais projetos, se deu a partir de um programa.

De acordo com o que já foi citado por Moura (2013, p. 13), “um programa é um conjunto de projetos relacionados, gerenciados de modo coordenado”, e, diante disso, as ações governamentais partem destes programas, iniciando seus projetos aplicados nas instituições que se disponibilizam a aplicá-los.

A gestão, o planejamento e o controle podem influenciar diretamente na conclusão dos projetos, fazendo com que eles tenham sucesso e cumpram com o que foi planejado ou, quando mal gerenciados, obtenham insucesso ou até mesmo não sejam concluídos. Em consonância com essas ideias, a segunda pergunta buscou entender melhor como os resultados obtidos têm ligação direta com o gerenciamento do projeto: “Você acredita que os resultados obtidos têm a ver com a forma

que o projeto foi gerenciado? Explique”. Vejamos a resposta: “Creio que sim, pois este deve ser organizado e planejado nos mínimos detalhes, além de que, deve-se ter uma boa articulação da equipe. Caso o projeto não seja gerenciado de maneira adequada, conseqüentemente seria desorganizado e poderia haver uma desmotivação das participantes”.

Ao analisar a resposta juntamente com o relatório (análise documental), constatou-se que no projeto existem metas a serem cumpridas não só pela equipe, como também pelas alunas beneficiárias. Além disso, existe um cronograma de execução para que as metas e atividades sejam cumpridas nas datas previstas como no planejamento, afetando direta e positivamente nos resultados obtidos, mostrando que o gerenciamento pode afetar os desfechos do projeto.

Nesse sentido, vale lembrar que o processo de gerenciamento de projetos é dividido em cinco partes, sendo um deles o monitoramento e controle, sobre os quais Moura (2013, p. 15) afirma que “ocorrem durante quase todo ciclo de vida [do projeto], mas a intensidade das atividades cresce ao final do planejamento e durante a execução do projeto”.

Dessa forma, observa-se que no geren-

ciamento do projeto estudado existe o monitoramento e controle através das metas a serem atingidas e do cronograma de execução com as datas de realização.

É relevante ressaltar que o gerenciamento de projetos, quando aplicado corretamente, pode trazer vários benefícios para os objetivos, metas e resultados, fazendo com que o projeto tenha êxito. Considerando compreender esses benefícios, a terceira questão buscou entender quais as vantagens desse gerenciamento: “Se houve o gerenciamento do projeto, quais as vantagens você pôde verificar?”. Esta foi a resposta da coordenadora: “Aulas bem articuladas e planejadas com a proposta do projeto; todos os participantes motivados e com uma finalidade específica, motivar e melhorar as condições das participantes; além de que estas se sintam bem acolhidas, sendo uma situação exitosa”.

Diante disso, compreende-se que com o gerenciamento do projeto as vantagens estão interligadas aos processos para que as alunas beneficiárias sejam atingidas de forma positiva, a fim de que estas venham a concluir o projeto.

Nesse sentido, para Espinha (2018), “Dois dos benefícios da gestão de projeto são o cumprimento do programa e os riscos minimizados”.

Assim, com aulas bem articuladas e planejadas, o cumprimento do programa será realizado. O foco na motivação das participantes faz com que sejam minimizados os riscos, tais como a variável 'desistência', uma vez que, sendo ela alta, não seria possível concluir o projeto com 100% de sucesso.

Os envolvidos na criação do projeto têm influência direta com o sucesso do projeto: uma equipe dedicada e envolvida faz com que, desde a criação até o fim da execução do projeto, este seja bem planejado e organizado. Dessa maneira, a quarta pergunta foi relacionada aos participantes deste projeto. Vejamos a resposta: "servidores do *campus*: professores, coordenadores, assistentes sociais, psicóloga, secretários, técnicos administrativos, em geral".

Constata-se que as partes interessadas no projeto são toda a equipe da instituição, informação que corrobora com o analisado no relatório. Além disso, ficou claro que os alunos da instituição que atuam como bolsistas têm participação ativa na realização do projeto, tendo como atividades o suporte aos professores, de maneira que tenham uma experiência com o ensino e que repassem às alunas do projeto o que já sabem.

Nesse diapasão, Santos (2013) afirma que "a equipe de gerenciamento do projeto precisa

identificar cada parte interessada, para determinar os requisitos e as expectativas em relação ao projeto”, e, portanto, tendo essa identificação, é possível que o gerenciamento fique mais fácil, buscando assim alinhar o planejamento e as expectativas e diminuindo atrasos na realização do projeto.

Ao fazer um comparativo entre a análise documental e as respostas dadas pela coordenadora do projeto no questionário aplicado, é possível observar que por parte da equipe e da gestão existe uma organização e planejamento para que todo o processo de execução do projeto se dê de acordo com o planejado. Todavia, o relatório deixa claro que o projeto é dividido em partes, como as metas e atividades – que têm datas previstas para execução –, prestação de contas, plano de aplicação, pendências, equipe, caracterização das beneficiárias do projeto, lições apreendidas e conclusão. Ao final do projeto, a coordenadora realiza um relatório do que foi realizado e quais foram os resultados obtidos.

Pode-se observar que as partes divididas e analisadas do relatório final se encaixam no processo de execução de projetos, parte principal para a gestão, que merece maior atenção do gestor do projeto, pois envolve questões como orien-

tar e gerenciar o trabalho do projeto; gerenciar o conhecimento do projeto; gerenciar a qualidade; adquirir recursos; desenvolver a equipe; gerenciar a equipe; gerenciar as comunicações; implementar respostas aos riscos; conduzir as aquisições; e gerenciar o engajamento das partes interessadas.

Essas divisões fazem com que se tenha um maior controle da execução do projeto, sendo que elas estão, na maioria das vezes, ligadas ao gestor, uma vez que este controla o gerenciamento, comunica-se com a equipe para compreender a evolução das atividades, entre outras atividades. Entende-se que a intenção principal dessa interação é garantir que o projeto empregue todos os processos necessários para atender aos requisitos das entregas.

No que concerne à criação do projeto, também foi observado na análise documental que, para iniciação e criação do projeto, são necessários diversos objetivos, a partir da discriminação do projeto, sendo esta feita a partir de divisões, como: resumo do projeto, justificativa, fundamentação teórica (já que a instituição e o projeto lidam com o contexto educacional), objetivo geral, acompanhamento e avaliação do projeto, resultados esperados e disseminação deles.

Portanto, fica claro que existe um proces-

so de iniciação existente na gestão deste projeto. Conforme Moura (2013, p. 05),

Os processos de iniciação servem para identificar e definir novos projetos, em que são estabelecidos os primeiros parâmetros (objetivo, justificativa, partes envolvidas, público-alvo, escopo, recursos necessários, gerente do projeto, entre outros) e quando é obtida sua aprovação formal.

Nesse processo inicial, também existe a possibilidade de se prever interrupções, continuações ou postergações, além de que o envolvimento dos participantes desde o início do projeto faz com que a probabilidade de propriedade compartilhada, aceitação de entrega e maior colaboração no projeto sejam maiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos estão cada dia mais presentes na área da Administração Pública. Desse modo, a intenção deste estudo foi possibilitar a junção de Gestão de Projetos e da Administração Pública e fazer uma análise da gestão de projetos voltada para o social, dentro de uma instituição federal.

Dada a importância da gestão de proje-

tos na administração pública, fica claro que todo e qualquer projeto deve ser bem definido, desde seu planejamento até o seu fim. Cada projeto tem suas peculiaridades e complexidades, ainda mais quando se trata da administração pública, onde a equipe deve se adequar à realidade e necessidades desse cenário.

Fica nítido também que o sucesso do projeto ao fim do seu ciclo se relaciona com o seu gerenciamento e a forma como foi criado, envolvendo o controle e o planejamento, com metas a serem cumpridas em datas específicas, como foi visto no relatório analisado. O projeto fluiu de forma correta, assim como foi planejado no início de sua criação, envolvendo os servidores da instituição e fazendo com que as mulheres beneficiárias alcançassem seus objetivos, inclusive o de conseguir a formatura do curso.

De modo geral, na análise das respostas e do relatório, foi possível observar que o Projeto Mulheres Mil passa por cada fase de vida padrão de um projeto. Com isso, pôde-se observar a adoção de metodologias usadas na Gestão de Projetos para o seu sucesso, gerando benefícios.

Por fim, conclui-se que o êxito do projeto está totalmente correlacionado com sua gestão, criação e planejamento, desde as etapas iniciais até

o término de sua execução, deixando nítido que a gestão de projetos na Administração merece ainda mais atenção, para que os resultados desses projetos, cuja maioria é entregue à sociedade, impactem nas vidas das pessoas de forma positiva e resolvam, de certa forma, problemas sociais ainda existentes no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS JUNIOR. **Gestão de projetos: o que é e para que serve?** 2017. Disponível em: <https://www.projectbuilder.com.br/blog/o-que-e-gestao-de-projetos/>. Acesso em: 22 set. 2019.

ESPINHA, Roberto Gil. **Gestão de Projetos: O que é e TUDO sobre como gerenciar projetos.** 2018. Disponível em: <https://artia.com/blog/gestao-de-projetos-o-que-e-para-que-serve/#o-que-e-um-projeto>. Acesso em: 24 set. 2019.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MORETTI, Isabella. **Projeto de extensão universitária: como funciona e qual a importância: A proposta deve resultar em ganhos para os estudantes e ter impacto positivo na sociedade.** 2019. Disponível em: <https://viacarreira.com/projeto-de-extensao-universitaria/>. Acesso em: 20 set. 2019.

MOURA, Luiz Otávio Borges de. **Introdução à Ges-**

ção de Projetos. Brasília: Enap – Escola Nacional de Administração Pública, 2013.

PAES, Evandro Silva; VILGA, Vaine Fermoseli. **Gestão de Projetos.** Londrina: Educacional S.A, 2016.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (Pennsylvania). **Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos:** (Guia PMBOK®). 2004. Disponível em: http://www.las.inpe.br/~perondi/23.06.2008/CCGP_a.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

PADILHA, Estéfane. **13 tipos de pesquisa científica que podem ser feitos na faculdade.** 2018. Disponível em: <https://blog.doity.com.br/tipos-de-pesquisas-cientificas/>. Acesso em: 29 out. 2019

SANTOS, Lutieri Torres dos. **Quais são as partes interessadas em um projeto?** Dev Media. 2013. Disponível em: <https://www.devmedia.com.br/quais-sao-as-partes-interessadas-em-um-projeto/27997>. Acesso em: 15 nov. 2019.



Tipografias utilizadas:
Open Sans
Montserrat

Todos os direitos são reservados à Editora IFRN, não podendo ser comercializado em período de contrato de cessão de direitos autorais.
Em caso de impressão com recursos próprios do autor, está liberada a sua comercialização.



A Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) já publicou livros em todas as áreas do conhecimento, ultrapassando a marca de 150 títulos. Atualmente, a edição de suas obras está direcionada a cinco linhas editoriais, quais sejam: acadêmica, técnico-científica, de apoio didático-pedagógico, artístico-literária ou cultural potiguar.

Ao articular-se à função social do IFRN, a Editora destaca seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania, a produção e a socialização do conhecimento.

Nesse sentido, a EDITORA IFRN visa promover a publicação da produção de servidores e estudantes deste Instituto, bem como da comunidade externa, nas várias áreas do saber, abrangendo edição, difusão e distribuição dos seus produtos editoriais, buscando, sempre, consolidar a sua política editorial, que prioriza a qualidade.



editora**ifrn**





Mirelly Karolinny de Melo Meireles possui Licenciatura Plena em Letras/ habilitação Língua Inglesa e Bacharelado e Licenciatura Plena em Enfermagem pela Universidade Estadual da Paraíba (2008/ 2011); Especialização em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba; Mestrado em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Participou do Intensive English and Orientation Program em Iowa State University/ USA. Atualmente é professora de Língua Inglesa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)/ Campus Caicó; Coordenadora do Programa Mulheres Mil e da Incubadora Solidária (IFSol) no referido campus.



Mulheres Mil no IFRN-campus Caicó: Tecendo Saberes e Práticas Emancipatórias consiste em uma coletânea que objetiva retratar práticas e experiências do curso FIC em Costureiro, vinculado ao Programa Mulheres Mil do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)- campus Caicó. Os artigos foram escritos por docentes, técnicos administrativos, bolsistas, alunos e estagiários que fazem parte do programa.

As publicações aqui reunidas mostram pesquisas inerentes ao perfil socioeconômico das mulheres atendidas pelo programa, bem como as consequências positivas do curso para as egressas. Ademais, é exposto um estudo que mostra a boa gestão do projeto no campus Caicó, que culmina em bons resultados. Portanto, a grande maioria dos artigos presentes neste livro trata de relatos de experiências das disciplinas que compõem o curso, como a Aula Inaugural; o Mapa da Vida; Língua Portuguesa; Matemática; Gênero, Cidadania e Direitos da Mulher; e Corte e Costura.

Assim, esta obra busca mostrar a relevância do Programa Mulheres Mil na vida das mulheres em situação de vulnerabilidade social, além de buscar um fortalecimento ainda maior desse projeto.

ISBN 978-65-86293-83-8

